

**HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT:
REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
(PIBIC)**

**Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas
Volume 4**



**THIAGO NILTON ALVES PEREIRA
RUHENA KELBER ABRÃO
JOSÉ DE OLIVEIRA MELO NETO
VÂNIA DE PAULA NEVES
LÚCIA MORAES E SILVA
ANA JÚLIA CAMPOS VIEIRA
(ORG)**

**HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT:
REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
(PIBIC)**

**Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas
Volume 4**



**THIAGO NILTON ALVES PEREIRA
RUHENA KELBER ABRÃO
JOSÉ DE OLIVEIRA MELO NETO
VÂNIA DE PAULA NEVES
LÚCIA MORAES E SILVA
ANA JÚLIA CAMPOS VIEIRA
(ORG)**



EDUFT
Conhecimento na palma da mão

THIAGO NILTON ALVES PEREIRA
RUHENA KELBER ABRÃO
JOSÉ DE OLIVEIRA MELO NETO
VÂNIA DE PAULA NEVES
LÚCIA MORAES E SILVA
ANA JÚLIA CAMPOS VIEIRA

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E LETRAS
VOLUME 4

THIAGO NILTON ALVES PEREIRA
RUHENA KELBER ABRÃO
JOSÉ DE OLIVEIRA MELO NETO
VÂNIA DE PAULA NEVES
LÚCIA MORAES E SILVA
ANA JÚLIA CAMPOS VIEIRA

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

1ª Edição
Volume 4
PALMAS
2025

Universidade Federal do Tocantins
Editora da Universidade Federal do Tocantins - EDUFT

Reitor
Luís Eduardo Bovolato

Vice-reitora
Marcelo Leineker Costa

Pró-Reitor de Administração e
Finanças (PROAD)
Carlos Alberto Moreira de Araújo

Pró-Reitor de Avaliação e
Planejamento
(PROAP)
Eduardo Andrea Lemus Erasmo

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis
(PROEST)
Kherley Caxias Batista Barbosa

Pró-Reitora de Extensão, Cultura e
Assuntos Comunitários (PROEX)
Maria Santana Ferreira dos Santos

Pró-Reitora de Gestão e
Desenvolvimento de Pessoas
(PROGEDEP)
Michelle Matilde Semiguel Lima
Trombini Duarte

Pró-Reitor de Graduação (PROGRAD)
Eduardo José Cezari

Pró-Reitor de Pesquisa e
Pós-Graduação (PROPESQ)
Karylleila dos Santos Andrade

Pró-Reitor de Tecnologia e
Comunicação (PROTIC)
Werley Teixeira Reinaldo

Conselho Editorial
Presidente

Ruhena Kelber Abrão Ferreira

Membros do Conselho por Área

Ciências Biológicas e da Saúde
Ruhena Kelber Abrão Ferreira

Ciências Humanas, Letras e Artes
Fernando José Ludwig

Ciências Sociais Aplicadas
Ingrid Pereira de Assis

Interdisciplinar
Wilson Rogério dos Santos

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



<http://www.abecbrasil.org.br>



<http://www.abeu.org.br>

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

Diagramação: Valentina Rodrigues Moreno

Revisão Linguística: os autores

Revisão Técnica: Diego Ebling do Nascimento

DOI 10.20873//_eduft_2025_13

Ficha catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins (SISBIB)

I58 Horizontes Científicos da UFT: Reflexões do XX Seminário de Iniciação Científica (PIBIC) - Ciências Humanas, sociais e letras (volume 4). / Thiago Nilton Alves Pereira. Ruhena Kelber Abrão. José de Oliveira Melo Neto. Vânia de Paula Neves. Lúcia Moraes e Silva. Ana Júlia Campos Vieira – Palmas, TO: EdUFT, 2025.
171p.

ISBN: 978-65-5390-162-9.

1. Iniciação Científica. 2. PIBIC. 3. Universidade. 4. Ciência. 5. Educação. I. Pereira, Thiago Nilton Alves. II Abrão, Ruhena Kelber. III Neto, José de Oliveira Melo. IV Neves, Vânia de Paula Neves. V. Silva, Lúcia Moraes. IV. Vieira, Ana Júlia Campos. Título.

CDD 371.3

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte |

Apresentação

É com imenso entusiasmo que apresentamos esta coletânea comemorativa, criada para celebrar as duas décadas de história, impacto e realizações do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Estes livros simbolizam muito mais do que uma simples marca temporal; eles representam a consolidação de uma trajetória dedicada ao fortalecimento da pesquisa científica, da formação de talentos e do compromisso inabalável da UFT com a excelência acadêmica e a transformação social por meio do conhecimento.

Desde sua criação, o PIBIC vem desempenhando um papel central no estímulo à pesquisa científica e na formação de novas gerações de pesquisadores em diferentes áreas do conhecimento. Ao longo desses 20 anos, o Programa proporcionou a centenas de estudantes a oportunidade de vivenciar de perto a ciência em sua essência, despertando a curiosidade investigativa, incentivando o pensamento crítico e promovendo o desenvolvimento de competências e habilidades profícuas ao enfrentamento dos desafios acadêmicos e profissionais.

As contribuições do PIBIC para a sociedade vão além das publicações científicas, dos projetos inovadores e das apresentações em eventos acadêmicos. Elas se traduzem em impactos reais na qualidade de vida da população, no fortalecimento das políticas públicas e no desenvolvimento sustentável da região, principalmente em um território como o estado do Tocantins. Por meio de suas pesquisas, os estudantes e orientadores associados ao Programa não apenas geraram conhecimento, mas também construíram elos entre a Universidade e a Sociedade, reafirmando o papel indubitável da ciência como vetor de transformação.

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

Esta coletânea de livros, é, portanto, uma homenagem a todos aqueles que contribuíram para a construção dessa história de sucesso na Universidade Federal do Tocantins: os professores orientadores, que, com dedicação e expertise, guiaram jovens pesquisadores em seus primeiros passos no universo científico; os estudantes, que, movidos pela curiosidade e determinação, desafiaram os limites do conhecimento; os gestores, que acreditaram na relevância do programa e garantiram seu fortalecimento ao longo dessas duas décadas; e as instituições parceiras, cujo apoio sempre foram fundamentais para a concretização de inúmeras iniciativas.

Ademais, o registro de momentos marcantes, os desafios superados e as conquistas alcançadas, esta obra pretende ser uma fonte de inspiração para as gerações futuras. O PIBIC/UFT não é apenas um Programa Acadêmico; é uma demonstração viva de como a ciência pode mudar vidas e transformar realidades.

Assim, reafirmamos nosso compromisso com a continuidade desse legado e com a ampliação das oportunidades de formação científica para os jovens pesquisadores. Esperamos que as histórias contadas e os resultados registrados sirvam como um convite para a reflexão e o engajamento, mostrando que investir em ciência e educação é, sem dúvidas, investir em um futuro mais justo, sustentável e próspero para todos.

Parabenizamos a Universidade Federal do Tocantins, o Programa Institucional de Iniciação Científica e todas (os) os envolvidos ao longo desses 20 anos. Que esta obra celebre as conquistas do passado, inspire as ações do presente e oriente as ações futuras. Viva a ciência, viva o conhecimento, viva o PIBIC/UFT!

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

Prof. Dr. Thiago Nilton Alves Pereira

Prof. Dr. José de Oliveira Melo Neto

Prefácio

¹Rafael Tubone Magdaleno

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

Prefaciando uma coletânea de escritos diversos e qualificados, produzidos no âmbito de uma política exitosa de estímulo à iniciação científica, é um motivo de grande orgulho. Essa iniciativa reflete o esforço contínuo de nossa Universidade e de sua Pró-Reitoria de Pesquisa em promover a iniciação à pesquisa, enfrentando os desafios que historicamente limitam o progresso da ciência em nosso país.

Embora a iniciação científica no Brasil remonte a 1950², foi somente em 1993, com a criação do PIBIC, que a atividade passou a ser normatizada de maneira estruturada. Essa formalização não apenas consolidou a prática, mas também delineou importantes razões para seu estímulo nas graduações. Entre os objetivos estabelecidos, destacam-se “a) despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudantes de graduação, mediante suas participações em projetos de pesquisa, introduzindo o jovem universitário no domínio do método científico; b) proporcionar ao bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos científicos, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa”, dentre outras³.

A iniciação científica presta-se ao desenvolvimento da autonomia científica, intelectual e cidadã dos discentes, que poderão dedicar-se de forma orientada a uma pesquisa de caráter proteico, transdisciplinar (se for o caso), e voltada para problemas que julga relevantes e/ou interessantes. Essa atividade gera inúmeros benefícios aos estudantes, tais quais, uma efetiva participação dos estudantes no processo pedagógico, deixando de ser apenas objetos do ensino, para tornarem-se sujeitos do conhecimento; uma efetiva participação dos estudantes com a ponta da pesquisa no campo de conhecimento a

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

que se dedica; e também uma maior e melhor compreensão do seu mundo.

Na medida em que pesquisa, o estudante aprende. A aprendizagem, afirma Jorge Larrosa, não é um processo puramente racional, ela deve mobilizar afetos e produzir experiências. E é mais fácil produzir afetos e experiências a partir de temas, conceitos e saberes valorizados pela curiosidade estudantil em suas particularidades.

A iniciação científica é uma política exitosa pois produz inclusão, desenvolvimento intelectual discente e, por vias difusas, uma implementação dos saberes produzidos na comunidade.

Há mais, no entanto.

Eu pude participar como membro avaliador dos trabalhos de iniciação científica no XX Seminário de Iniciação Científica da Universidade Federal do Tocantins, especificamente dos trabalhos apresentados no Campus de Porto Nacional. E, confesso, fui tomado pelo assombro dada a qualidade dos trabalhos apresentados.

É de conhecimento geral que a palavra assombro/espanto, em grego τὸ θαυμάζειν⁴, é utilizada por Aristóteles para indicar a inclinação humana para a filosofia como amor do saber. Pois foi inclinado para a busca pelo saber que saí das apresentações às quais presenciei.

Fiquei espantado pela qualidade dos trabalhos apresentados, que percorriam uma ampla gama de temáticas, desde análises geopolíticas do espaço americano, passando por pesquisas acerca da importância do letramento científico e literário, da geografia da saúde e epidemiologia no mapeamento das doenças municipais, alcançando o mapeamento da relação entre desmatamento na amazônia legal e conflitos sociais.

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

O espanto foi tanto que, dias depois, encontrei-me pesquisando sobre os assuntos expostos pelos estudantes. Tão convincentes ao demonstrar a importância de suas pesquisas e a relevância do assunto, escancararam o alçapão de minha ignorância.

Há maneira melhor de estimular a curiosidade do que apontar o não-saber daquilo que se poderia/deveria saber? Em meu juízo, não há.

Por essa razão, recomendo com entusiasmo a leitura dos trabalhos aqui apresentados. Permitam-se, como eu, abrir os 'alçapões', de suas próprias ignorâncias, pois é nessa abertura que se revela o papel fundamental da transmissão de saberes universitários.

Tal prática deve unir o acúmulo de conhecimentos tradicionais, como propõe Michael Oakeshott, à postura crítica e transformadora ensinada por Paulo Freire e Bell Hooks. É assim que formamos uma educação verdadeiramente erudita, expansionista e emancipatória.

Referências

- 1) Professor-Adjunto do colegiado de Direito da Universidade Federal do Tocantins, campus Palmas. Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Bacharel em Direito (PUC-SP) e Filosofia (USP).
- 2) Como exposto por BIANCHETTI; OLIVEIRA; DA SILVA; TURNES (2012, p. 571)
- 3) PINHO, 2017, p. 661.

- 4) Uma versão bilingue português-francês pode ser encontrada em: <https://remacle.org/bloodwolf/philosophes/Aristote/metaphysique1.htm>. A citação aristotélica é “διὰ γὰρ τὸ θαυμάζειν οἱ ἄνθρωποι καὶ νῦν καὶ τὸ πρῶτον ἤρξαντο φιλοσοφεῖν” que, em tradução livre, “pois, (é) devido ao espanto/assombro, (que) os homens começaram a filosofar, tanto no começo, quanto agora”. O tema do assombro também é encontrável no Teeteto de Platão.

BIANCHETTI, L., OLIVEIRA, A. de, SILVA, E. L. da, & TURNES, L. (2012). A iniciação à pesquisa no Brasil: políticas de formação de jovens pesquisadores. *Educação*, 37(3), 569–584. <https://doi.org/10.5902/198464445012>

LARROSA, Jorge. Tremores: Escritos sobre a experiência. São Paulo: Autêntica, 2014.

PINHO, M. J. de (2017). Ciência e ensino: contribuições da iniciação científica na educação superior. *Avaliação: Revista Da Avaliação Da Educação Superior (campinas)*, 22(3), 658–675. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772017000300005>

MASSI, L., & QUEIROZ, S. L.. (2010). Estudos sobre iniciação científica no Brasil: uma revisão. *Cadernos De Pesquisa*, 40(139), 173–197. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742010000100009>

SUMÁRIO

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE
INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

Tamires Pereira de Sousa	
Ana Cristina Serafim da Silva	
Capítulo 2	33
O FENÔMENO DO TRABALHO INFANTIL NA REGIÃO DE ARAGUAÍNA	
Sarah Roberta Guimarães Sales	
Ana Cristina Serafim da Silva	
Capítulo 3	55
A Tutela Ambiental Brasileira para as unidades de conservação	
Beatriz Castro Pereira	
Suyene Monteiro da Rocha	
Capítulo 4	66
PRÁTICAS EM ARTE E SAÚDE COMO PROMOÇÃO DO BEM-ESTAR FÍSICO E MENTAL DAS PESSOAS IDOSAS	
Renan Carlos Gomes Lopes	
Renata Patrícia da Silva	
Capítulo 5	87
LEITURAS SÓCIO-ESPACIAIS EM RUAS COMERCIAIS EM PALMAS/TO	
Maria Eduarda Santana de Araujo Souza	
Roberto de Almeida Bottura	
Capítulo 6	106
AFERINDO URBANIDADE EM RUAS COMERCIAIS EM PALMAS/TO	
Thauana Gomes do Carmo	
Roberto de Almeida Bottura	
Capítulo 7	125
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO TOCANTINS: ESTUDO DA APA SERRA DO LAJEADO	
Pedro Henrique Porto Mangueira	
Suyene Monteiro da Rocha	
Capítulo 8	138
O ENSINO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA A PARTIR DOS CURRÍCULOS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA REGIÃO NORTE	
Layandra Viana de Sousa	
Marciel Barcelos	
Capítulo 9	151
REDUÇÃO DE DANOS E PSICANÁLISE LACANIANA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	
Manuela Campos de Souza	

Ricardo Monteiro Guedes de Almeida
José Antônio Correia de Carvalho
Sobre os organizadores

170

Capítulo 1

CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NA REGIÃO DE DIANÓPOLIS - TOCANTINS

Tamires Pereira de Sousa ¹
Ana Cristina Serafim da Silva ²

RESUMO

Esta pesquisa visa analisar e identificar as características do trabalho infantil por meio das principais atividades laborais de crianças e adolescentes, traçar seus perfis e jornadas de trabalho, bem como as implicações na saúde, desenvolvimento e educação na região de Dianópolis do Tocantins, compreendidas pelos municípios de Almas, Dianópolis, Novo Jardim, Porto Alegre do Tocantins, Rio da Conceição e Taipas

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

do Tocantins. Foram contatadas 30 instituições locais que fazem parte da rede de proteção de crianças e adolescentes, das quais 18 participaram da pesquisa. Utilizou-se uma abordagem qualitativa, a coleta de dados foi realizada através de um questionário estruturado com perguntas abertas e fechadas via Google Forms, e a análise foi a partir da análise de conteúdo de Bardin. A partir dessa análise, foram identificadas três categorias relacionadas ao trabalho infantil: Caracterização do trabalho infantil a partir dos dados da instituição; Caracterização do trabalho infantil a partir da Percepção dos atores sociais e Encaminhamentos/ações da instituição. Os resultados mostraram que 13 instituições não registraram casos de trabalho infantil, alegando desconhecimento. Apenas cinco confirmaram dados dos últimos três anos. A análise revelou que há mais meninos do que meninas trabalhando, com idades entre 6 e 12 anos, predominando a raça/etnia preta e parda em atividades nas ruas. Metade das instituições possui protocolos de encaminhamento e programas de proteção. Além disso, 61,1% dos entrevistados relataram ter visto crianças em situação de trabalho, evidenciando a necessidade de uma atuação conjunta e qualificada dos profissionais para efetivar a rede de proteção.

Palavras-chave: Trabalho infantojuvenil; Infância e Adolescência; Direitos Humanos.

¹ Graduanda em Psicologia, bolsista PIBIC-CNPq, Universidade Federal do Tocantins (UFT), Miracema, tamires.sousa@mail.uft.edu.br.

² Psicóloga, Doutora em Psicologia Social (UFPB), Docente do curso de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Miracema, Tocantins. E-mail : anacris_serafim@mail.uft.edu.br.

INTRODUÇÃO

Ao discutir o trabalho infantil, observa-se sua presença ao longo da história da humanidade, não sendo algo recente, mas sim evoluindo em diferentes contextos e características. Desde a Idade Média, é notável que crianças já eram inseridas como força de trabalho, como meio de sobrevivência e para atender às necessidades da sua família (Silvia e Alberto, 2022). Com o avanço do capitalismo, essa prática tornou-se mais exploratória devido à busca por maior lucro através da utilização excessiva do trabalho infantil. A Revolução Industrial também contribuiu para intensificar essa realidade, ao criar novas demandas laborais que incluíam crianças em fábricas, submetendo-as a condições de trabalho desumanas (Del Priode, 2007). A partir do século

XIX, começou a surgir uma preocupação maior com a exploração desenfreada do trabalho infantil nas indústrias.

Dessa forma, entendem-se como trabalho infantil, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2001), todas as atividades econômicas e/ou atividades de sobrevivência, tendo ou não a finalidade do lucro, podendo ser remuneradas ou não, desempenhado por crianças e adolescentes com idade inferior aos 16 anos. Conforme o Decreto 6.481 (2008), a exceção aceita apenas na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos, no entanto, vale frisar que fica proibido o trabalho para pessoa menor de dezoito anos em ambientes perigosos, insalubres e o trabalho noturno. Diante desse contexto, percebe-se como a criança ao longo da história passou a ser utilizada como mão de obra e, para assegurar sua proteção, tornou-se necessária a implementação de regulamentações para seu trabalho.

Tal problemática, ocasionada por diversos motivos, está intrinsecamente ligada à evolução histórica, persistindo na realidade atual e sendo influenciada pela pobreza, cultura e pelas deficiências na educação. O trabalho árduo em idade precoce também acarreta outras consequências diretas no desenvolvimento físico e mental das crianças (Alberto, 2010), as quais impactam até a vida adulta, uma vez que essa dura responsabilidade lhes é imposta. Dessa forma, a presente pesquisa visa analisar e identificar as características do trabalho infantil por meio das principais atividades laborais de crianças e adolescentes, traçar seus perfis e jornadas de trabalho, bem como as implicações na saúde e no desenvolvimento na região administrativa de Dianópolis do Tocantins, compreendidas pelos municípios de Almas, Novo Jardim, Porto Alegre do Tocantins, Rio da Conceição e Taipas do Tocantins.

A legislação brasileira busca assegurar a proteção das crianças e dos adolescentes, garantindo seus direitos e combatendo o trabalho infantil. A Constituição Federal de 1988 instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, com a finalidade de garantir a proteção

integral desses indivíduos. De acordo com o Artigo 3º do ECA, crianças e adolescentes possuem todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, com a garantia de oportunidades para seu desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em um ambiente de liberdade e dignidade. Dessa forma, convém também ressaltar que, embora as políticas educacionais não tenham a capacidade de erradicar o trabalho infantil e possibilitem a todos alcançar a emancipação humana, são de alcance universal e instrumentos de transformação social, capazes do desenvolvimento da omnilateralidade humana (Alberto e Yamamoto, 2017).

Segundo os dados coletados pela PNAD, aponta que entre a 2016 a 2022, no Brasil, havia 386 mil pessoas de 5 a 17 anos de idade em situação de trabalho infantil, trabalhando 40 horas ou mais na semana de referência. No Tocantins em 2019, havia por volta de 331.435 crianças e adolescentes, dentre esses cerca de 18.969 se encontravam em situação de trabalho infantil, que perfaz 5,7% do total de crianças e adolescentes do estado, segundo dados do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI, 2019).

Diante dessa situação, essas crianças e adolescentes acabam se tornando vulneráveis e desprotegidos, amadurecendo precocemente e, como pequenos trabalhadores, enfrentam condições caracterizadas pela instabilidade, o que resulta em precariedade no emprego, jornadas longas e remunerações baixas ou até inexistentes. Eles estão expostos a essas condições difíceis de trabalho e à negação do direito a uma educação e formação profissional que poderiam oferecer melhores oportunidades no futuro. Assim, é importante destacar a relevância dessa fase crucial da vida, pois lidar sozinho com as exigências do ambiente externo, mesmo em tenra idade, torna-se cada vez mais angustiante (Moreira, 2008).

No que diz respeito ao trabalho da rede de proteção, é imprescindível que as instituições responsáveis se articulem para realizar um serviço conjunto, colocando em prática os direitos

estabelecidos pela legislação e assegurando o cuidado dessas crianças e adolescentes. Assim, a rede, como destacado por Silva e Alberto (2019), torna-se uma ferramenta das políticas públicas, composta por atores sociais que desempenham papéis essenciais. Contudo, apesar de ser uma tarefa vital, é igualmente importante conscientizar sobre a relevância dessa função e rever os obstáculos que dificultam esse trabalho. Segundo Marteleto (2001), a rede só faz sentido se houver interação entre todos os atores sociais envolvidos nas instituições, uma vez que uma rede não se resume a uma mera soma de relações entre esses atores; sua estrutura influencia cada uma dessas interações.

Portanto, é fundamental considerar o contexto em que essas crianças e adolescentes estão inseridos, analisando as condições que os levam a atividades laborais desgastantes e prejudiciais à saúde. É responsabilidade do Estado, da sociedade e da família assegurar legalmente os direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à formação profissional, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar. Logo, não é responsabilidade das crianças e adolescentes realizar atividades econômicas ou de sobrevivência, sejam elas remuneradas ou não; o que lhes cabe é desfrutar de seus direitos com bem-estar. Sendo assim, a proposta deste projeto de pesquisa é identificar o perfil, as atividades laborais desempenhadas pelas crianças e adolescentes, a jornada de trabalho que são submetidas, bem como os riscos e as consequências, contribuindo para o debate de uma temática tão sensível e atual.

MÉTODO E MATERIAIS

Para realizar este estudo, foi necessário uma pesquisa em fontes bibliográficas sobre a exploração do trabalho infantil na região administrativa de Dianópolis, assim como sobre a rede de proteção dos direitos da criança e do adolescente e a legislação que garante tais

direitos, seguido da análise dos documentos encontrados. Logo após averiguar o cenário dessa localidade, quanto à mão-de-obra infantil, fez-se um levantamento das instituições presentes em cada cidade que fazem parte da rede de proteção.

Ao contactar o Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (CMDCA) de cada município, com intuito de certificar as instituições presentes bem como os telefones para contato, teve alguns casos que os números telefônicos estavam inativos, sendo necessário entrar contato com a prefeitura municipal para conseguir contactá-los. Para coletar os dados, foi empregado um questionário contendo perguntas abertas e fechadas sobre o trabalho infantil na cidade com base nos dados das instituições, e a segunda parte do formulário visava captar a percepção dos atores sociais, se já presenciaram ou tinham conhecimento de crianças e adolescentes em condição de trabalho seja nas ruas, oficinas mecânicas ou como trabalhos domésticos.

A comunicação procedeu-se a partir de ligações, via whatsapp ou e-mail de cada instituição, solicitando aos atores sociais que atuam nas mesmas que respondessem a um questionário via Google Forms. A partir das instituições que fazem parte da Rede de proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes, foram contactadas (30) instituições em todas as cidades, mas apenas (18) responderam, se disponibilizando a participar dessa pesquisa, dentre elas: CMDCA, Conselho Tutelar, CRAS, CREAS, Defensoria Pública, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Assistência Social.

Para a organização dos dados obtidos, foi utilizado o software MaxQDA, e a Análise de Conteúdo Temática de Bardin (1977) para analisar os dados. Assim como será destrinchado na discussão a seguir, identificou-se três categorias, sendo elas: Caracterização do trabalho infantil a partir dos dados das instituições; Caracterização do trabalho infantil a partir da Percepção dos atores sociais e encaminhamentos/ações da instituição.

DADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa realizada em Dianópolis, Sudeste do Tocantins, destaca o potencial turístico e agropecuário da região. Foram contatadas (30) instituições que fazem parte do Sistema de Garantia de Direitos, mas apenas (18) responderam. Após o levantamento das informações e a organização dos dados, para melhor detalhar o perfil das crianças a análise foi dividida em três categorias, sendo elas: A) Caracterização do trabalho infantil a partir dos dados da instituição; B) Caracterização do trabalho infantil a partir da Percepção dos atores sociais e C) Encaminhamentos/ações da instituição. A)

DADOS A PARTIR DAS INSTITUIÇÕES

Os dados obtidos pelas instituições, das 18 que responderam, 13 não tinham casos registrados, alegando, na sua maioria, não ter dados ou não estar cientes dessas informações, pois atuam na proteção. É de suma importância destacar que a falta de dados não significa que eles não existam, já que as denúncias podem não ser recebidas por essas devidas instituições.

Apenas 5 instituições confirmaram dados dos últimos três anos. Ao analisar o perfil das crianças e adolescentes segundo esses dados, identificou que há mais meninos do que meninas em condição de trabalho, sendo 17 meninos e 5 meninas, com idades entre 6 e 12 anos e entre 16 e 18 anos, envolvidos em atividades nas ruas com vendas, durante o dia, para sua família. Com base nessas informações, nota-se que o trabalho infantil nas atividades informais nas ruas também envolve uma questão de gênero, sendo competido tarefas de meninos trabalhos braçais e as meninas serviços domésticos, tendo em vista que o trabalho doméstico faz parte da Lista das piores forma de trabalho infantil. Segundo Alberto:

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

Vê-se a divisão sexual do trabalho como dinâmica, desnaturaliza-se a compreensão do masculino e feminino como ditado pelo biológico e concebem-se ambos como uma construção social, situam-se a multiplicidade, a diversidade de determinações e as contradições. Essas relações sociais são produtos de contextos históricos específicos, que assumem características diferenciadas historicamente. Alberto et al. (2010)

No que diz respeito à raça e etnia, a maioria das crianças envolvidas era composta por crianças pretas e pardas. A forma de remuneração recebida por essas crianças se dava em dinheiro ou alimentos, o que se alinha aos dados coletados pela PNAD na amostra contínua de 2023, que revelam a persistência dessa condição exploratória entre crianças pretas e pardas, especialmente em atividades não agrícolas. Conforme observado por Alberto (2002), é comum que as atividades desempenhadas por crianças sejam vistas como mera ajuda a adultos, o que resulta na invisibilidade desse tipo de trabalho. Dessa forma, as medidas de prevenção ou erradicação do trabalho infantil, não foram tão eficazes uma vez que essa prática continua a ocorrer.

Na questão da escolaridade, não foram obtidas informações claras, uma vez que a instituição alegava desconhecer essa realidade das crianças. No entanto, ao considerar as idades relatadas, que variam entre 6 e 12 anos, cuja escolaridade é obrigatória, o que revela uma violação dos direitos (Brasil, 1991), Diante desse cenário, essas crianças trabalhadoras estão expostas a diversos riscos, como a evasão escolar, jornadas exaustivas, violência sexual, entre outros que marcaram até a chegada da vida adulta.

Dos participantes, dos cargos que eles exerciam, três eram conselheiros tutelares, duas coordenadores do CRAS e CREAS, quatro trabalhavam como secretários na Secretaria municipal de Assistência Social, três assistentes sociais do CRAS, dois pedagogos representante do CMDCA e CREAS, e uma psicóloga do CRAS. A maioria era do sexo

femino, sendo apenas três masculino. No que se refere à formação onze tinham curso superior, um com superior em andamento durante a pesquisa e seis com ensino médio. Dentre os cursos superiores, três dos atores sociais fizeram pedagogia, uma psicologia, quatro serviço social, um licenciatura em artes visuais e música, um cursando engenharia ambiental e dois não especificaram. O tempo de trabalho na instituição variava entre treze anos e quatro meses.

DADOS A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS ATORES SOCIAIS

Na segunda parte do questionário, sendo as respostas baseadas na percepção dos atores sociais, 61,1% dos entrevistados relataram ter visto crianças em situação de trabalho e 38% afirmaram que nunca viram, o que contrasta com os casos oficialmente registrados já que a maioria das instituições informaram não ter dados ou conhecimento. O desafio de desconstruir a normalização do trabalho infantil perpassa diferentes épocas e eventos históricos. Segundo Vygotsky (1996/2006), a constituição dos sujeitos é vista enquanto processo, de forma integrada pelas condições sociais e históricas, transformando os signos em construções singulares.

A partir da análise, apontou que há mais meninos do que meninas, com idades entre 6 e 12 anos e entre 13 e 15 anos, envolvidos em atividades nas zonas urbanas como vendedores ambulantes, limpeza de lotes ou ajudando nos negócios da família, geralmente durante o dia, para ajudar a prover o sustento familiar, sendo em sua maioria crianças pretas e pardas. Por outro lado, constatou-se que grande parte das meninas nessa mesma faixa etária, majoritariamente pretas e pardas, trabalham fazendo atividades domésticas ou sendo babá, principalmente durante o dia, não muito diferente dos poucos casos registrados pelas cinco instituições. Vale ressaltar que todas as atividades desenvolvidas por meninos e meninas afetam o corpo e provocam sensações que são expressas no sofrimento no corpo e do

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

corpo (Alberto, 2010), mediante a isso, essas crianças e adolescentes independente da localidade dessas atividades acabam sendo expostos a grandes responsabilidades e riscos bem como os seus direitos violados como já foi anteriormente exposto.

A concepção de infância e adolescência adotada pelos atores sociais da Rede de Proteção norteia a atuação na garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes (Silva e Alberto, 2022). Mesmo diante dos trabalhos relatados, ao responderem sobre a dimensão dos riscos em que essas crianças eram expostas, 44% dos entrevistados não sabia dizer, 22% disseram que não existia riscos e apenas 33% informaram riscos como aliciamento, perigo de se machucar com as ferramentas, agressão e abandono escolar. Em relação às iniciativas e programas destinados ao enfrentamento do trabalho infantil, 72% dos participantes certificaram conhecimento desses protocolos, dos quais citaram: A abordagem social, campanhas de combate ao trabalho infantil, de abuso e exploração sexual e palestras nas escolas. campanhas do CRAS em parceria com o conselho tutelar, no sentido de alertar a comunidade sobre o tema.

É relevante também destacar, com base nas respostas à última questão do formulário, que a perspectiva dos atores sociais sobre o trabalho infantil revela opiniões diversas e instigantes. Enquanto alguns veem essa questão como um desafio que exige atenção, outros a consideram uma alternativa viável para o sustento familiar, desde que não interfira nos estudos. Essa diversidade de opiniões é evidente nas próprias declarações dos participantes:

Uma situação muito delicada que os governantes deviam olhar com mais carinho para essa situação. (A1)

Na minha opinião ajuda os pais para eles crescerem já sabendo trabalhar.(A2)

Possa ser trabalhados mais programas de combate e conscientização dos mesmos. (A3)

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

Infelizmente ainda há trabalho infantil na nossa cidade, não como antes que era explorado pelo adultos, mas há uma situação que persiste que é a desistência dos alunos em estudar, para poder trabalhar.(A4)

Acho que o adolescente a partir dos 16 anos pode trabalhar, desde que não atrapalhe os estudos, e desde de que também não coloque sua vida em risco ou em locais que possam prejudicar a sua saúde.(A5)

Nosso município é um município de pequeno porte, interior de classe social baixa. A maioria praticam trabalho são para ajudar no sustento da família, desde que não seja trabalho que comprometa o bem está da criança e não a prejudique e não as coloca em risco. Acredito que seja viável. Contanto que não impede de praticar suas atividades essenciais como criança, não atrapalhe na escola etc. Até porque as crianças que já precisamos são com idades superiores a 12 anos.(A6)

ENCAMINHAMENTOS/AÇÕES DA INSTITUIÇÕES

Ao analisar os encaminhamentos realizados, constatou-se que metade das instituições informou possuir protocolos e programas voltados para o combate ao trabalho infantil, como o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Núcleo Institucional de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (NUDECA). Por outro lado, 44% dos entrevistados relataram não ter conhecimento sobre os protocolos e encaminhamentos implementados pela instituição.

Em relação a ações feitas para combater o trabalho infantil na região, as instituições responderam que fazem palestras, políticas de assistência social, campanhas e caminhadas a fim de conscientizar as famílias e comunidades a respeito dessa temática. Porém, embora

exista essa movimentação ainda assim não é suficiente para a resolução do problema.

A ausência de informações sobre o trabalho infantil nas instituições pode indicar que esse problema está sendo invisibilizado. Além disso, é fundamental que a formação dos profissionais envolvidos seja uma prioridade, garantindo que todos entendam sua função na identificação e no enfrentamento do trabalho infantil, contribuindo ativamente para a eliminação desse problema. Além do mais, como aponta Silva e Duarte (2020), o trabalho infantojuvenil é uma afronta aos direitos conquistados em prol das crianças e adolescentes, fere seu direito à educação, à saúde, à formação profissional, ao lazer, ao convívio familiar e comunitário, e a vivenciar a infância.

Outro fator observado na coleta de dados foi a desarticulação da rede de proteção, o que compromete a eficácia desse trabalho conjunto. Quando as instituições não atuam de forma integrada, surgem falhas na identificação de situações de risco e na implementação de medidas protetivas. Dessa forma, ressalta-se a importância da construção de uma rede colaborativa e integrada, essencial para garantir a proteção efetiva dos direitos das crianças e adolescentes. A falha de um único componente do “Sistema de Garantias” ou sua atuação desconexa em relação aos demais prejudica a todos, impedindo que o objetivo comum seja alcançado (Digiácomo, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa realizada, cujo o objetivo foi descrever o trabalho infantil na região de Dianópolis, considera um desafio significativo e muitas vezes invisibilizado. A análise realizada ao longo deste estudo revela não apenas a persistência desse fenômeno, mas também suas profundas implicações sociais e emocionais para as crianças e adolescentes. Logo, é fundamental reconhecer que para

combater o trabalho infantil, é crucial uma cooperação conjunta seja da rede de proteção, participação dos atores sociais, políticas públicas e toda sociedade.

Assim, com base nos formulários preenchidos, foram utilizados dados das instituições envolvidas e as opiniões dos atores sociais que participaram do estudo, observou-se uma contradição nas respostas das instituições ao notar a falta de dados em relação às informações fornecidas pelos atores sociais a partir das suas percepções, sendo que 72% das instituições não tinham casos e 61,1% dos entrevistados já viram crianças em situação de trabalho. Dessa forma, apercebe-se que embora não haja registros, essa realidade ainda persiste na sociedade atual, onde é comum encontrar meninos e meninas realizando atividades para fins lucrativos.

Diante desse cenário, a percepção dos participantes sobre infância e adolescência influencia diretamente sua atuação nas instituições em que trabalham. Além disso, percebe-se uma carência de articulação na Rede de Proteção, já que a maioria das respostas revelaram o desconhecimento do fluxo integrado de assistência para essas crianças. Embora os participantes estejam informados sobre as possíveis ações a serem tomadas ao identificarem casos de trabalho infantil, a lacuna nessa rede faz com que o atendimento dessas crianças ainda sejam cada vez mais fragmentados.

Conforme destacam Silva e Alberto (2022), o principal desafio contemporâneo em relação aos Direitos Humanos, especialmente os direitos das crianças e adolescentes, não é mais a sua fundamentação, mas sim a proteção efetiva desses direitos, pois embora existam leis que garantam essas proteções, sua efetividade ainda é limitada na prática, e os problemas persistem. Ademais, a pobreza está intimamente relacionada ao trabalho infantil. Portanto, ao abordar o combate ao trabalho infantil, é fundamental incluir ações direcionadas às famílias mais vulneráveis, proporcionando o apoio necessário para

sua proteção e desenvolvimento. Igualmente importante é incentivar a educação e promover a intervenção eficaz das políticas públicas.

Por fim, a presente pesquisa realizada em Dianópolis do Tocantins se fez de suma importância para mapear o cenário quanto ao trabalho infantil, revelando a necessidade de um olhar mais atencioso para essas crianças e adolescentes que tem seus direitos violados ao serem submetidas a grandes responsabilidades. Sendo assim, para transformar essa situação, é fundamental que todas as partes da sociedade se envolvam nesse processo, revisitando conceitos, preconceitos e mitos a respeito do tema. Além disso, o poder público deve assumir sua responsabilidade (CEDECA, 2020), desconstruindo a aceitação histórica do trabalho infantil para enfrentar os desafios existentes.

REFERÊNCIAS

Alberto, M. F. P. (2002). A dimensão subjetiva do trabalho precoce de meninos e meninas em condição de rua em João Pessoa (PB). (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

ALBERTO, M. F. P. & Yamamoto, O. H. (2017). Quando a educação não é a solução: política de enfrentamento ao trabalho Infantil. Temas em Psicologia, 25 (4) 1677-1691.DOI: 10.9788/TP2017.4-10Pt.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm acessado em: 01 mar. 2024.

FNPETI, Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador. Disponível em

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

<http://www.fnpeti.org.br/biblioteca/ver/511-conceito-de-trabalho infantil.html>. Acesso em 14 de fevereiro de 2018.

DEL PRIORE, Mary (Org.). História da criança no Brasil. 6.ed. São Paulo: Contexto, 2007.

DIGIÁCOMO, M. J. O Sistema de Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente e o Desafio do Trabalho em "Rede". In: Escola Da Magistratura Do Paraná (Org.). O Sistema de Justiça e o Sistema de Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente. 2011.

MOREIRA, I. M. C.(2008). O trabalho infantil no Brasil contemporâneo. Caderno CRH, Salvador, v. 21, n. 54, p. 551-569, Set./Dez. 2008.

MARTELETO, R. M. (2001). Análise de redes sociais: Aplicação nos estudos de transferência da informação. Ciência da Informação, 30(1), 71-81. UFRJ/ECO. Ci. Inf., Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan./abr. 2001.

Observatório dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes/ Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente– Cedeca Glória de Ivone. Trabalho Infantil no Tocantins, 2ª ed., 2020.

OIT, Organização Internacional do Trabalho. Combatendo o trabalho infantil: Guia para educadores / IPEC. – Brasília: OIT, 2001. : il.

PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Trabalho de Crianças e Adolescentes de 5 a 17 anos de idade 2016/2022. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102059_informativo.pdf. Acessado em: 27 ago 2024.

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

SILVA, A. C. S., ALBERTO, M. F. P. Fios Soltos da Rede de Proteção dos Direitos das Crianças e Adolescentes. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 2019 v. 39.

SILVA, A. C. S., ALBERTO, M. F. P. The Silencing and Naturalization Processes of Child Labor in Brazilian Society. *Trends in Psychology*, 16 May 2022.

SILVA, A. C. S., ALBERTO, M. F. P. A Garantia dos Direitos Infantojuvenis a partir da Concepção de Infância e Adolescência. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*. 2022, Vol. 02.

SILVA, A. C. S., DUARTE, R. P. L. (2020). O trabalho infantojuvenil e a ausência de dados: percepção da rede de proteção. *Barbarói*, (57), 65-87.

VYGOTSKI, L. S. (2006). *Obras escogidas* (Vol. 4, 2a ed.). Visor. (Obra original publicada em 1996)

FINANCIAMENTO

Para os bolsistas Pibic/CNPq é obrigatório a seguinte frase:

“O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil”

Capítulo 2

O FENÔMENO DO TRABALHO INFANTIL NA REGIÃO DE ARAGUAÍNA

Sarah Roberta Guimarães Sales¹
Ana Cristina Serafim da Silva²

RESUMO

Essa pesquisa teve por objetivo identificar as características do trabalho infantil na região administrativa de Araguaína, que abrange 10 municípios: Aragominas, Araguaína, Babaçulândia, Carmolândia, Filadélfia, Muricilândia, Nova Olinda, Palmeirante, Santa Fé do Araguaia e Wanderlândia, de forma a verificar as principais atividades de trabalho desempenhadas por crianças e adolescentes. Ademais, buscou-se detectar o perfil das crianças e adolescentes em situação de trabalho, bem como observar as principais implicações/consequências do trabalho infantil à saúde

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

e escolarização desses jovens. Para realização da pesquisa, foi feito levantamento das instituições que atuam no Sistema de Garantia dos Direitos, em seguida, foi feito contato com o CMDCA para anuência e identificação das instituições que fazem parte da Rede. Foi realizado o contato com as instituições e enviado um questionário via Google Docs para coleta de dados. Utilizou-se a Análise de Conteúdo Temática de Bardin para analisar os dados. Os resultados mostraram que das 29 instituições participantes da pesquisa, 25 delas não tinham registro de casos de trabalho infantil, alegando desconhecimento. Apenas 4 instituições alegaram possuir dados referente aos últimos 3 anos. A análise revelou que há mais meninos do que meninas trabalhando, com idades entre 6 a 18 anos, predominando a raça/etnia preta e parda e desenvolvendo atividades em maioria na zona urbana. Somente 3 das instituições possuem protocolos de encaminhamento e programas de proteção. Ademais, 8 dos entrevistados relataram ter visto crianças em situação de trabalho, evidenciando a necessidade de uma atuação conjunta e qualificada dos profissionais para efetivar a rede de proteção.

Palavras-chave: Trabalho infantojuvenil; Infância e Adolescência; Direitos Humanos;

¹ Graduanda em Psicologia, Pibic/Fapt, Universidade Federal do Tocantins, sarah.sales@mail.uft.edu.br

² Psicóloga, Doutora em Psicologia Social (UFPB), Docente do curso de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Miracema, Tocantins. E-mail : anacris_serafim@mail.uft.edu.br.

INTRODUÇÃO

O trabalho infantil é um fenômeno que tem suas raízes em tempos remotos e se manifesta em várias culturas ao longo da história. Desde a Antiguidade, há evidências de que crianças eram empregadas como força de trabalho em atividades como a colheita, a construção de monumentos e até mesmo em conflitos armados. Na Idade Média, o trabalho infantil tornou-se ainda mais comum na Europa, especialmente nas áreas de agricultura, tecelagem e mineração. Nessa época, as crianças eram frequentemente utilizadas como aprendizes e muitas vezes enfrentavam condições de trabalho extremamente difíceis, incluindo longas horas de trabalho e falta de segurança (Ariès, 1995). Além disso, nos séculos XVIII e XIX, a Revolução Industrial provocou um

aumento significativo no emprego de crianças, uma vez que as fábricas demandavam mão de obra barata, e as crianças eram submetidas a jornadas de trabalho extenuantes. Na Inglaterra, por exemplo, era comum que crianças a partir dos 5 anos fossem empregadas em diferentes indústrias (Ariès, 1995; Del Priore, 2007).

Segundo Mary Del Priore (2007) em seu livro *História da criança no Brasil*, o trabalho infantil continua a ser um problema nos séculos XX e XXI, impactando milhões de crianças e adolescentes ao redor do mundo. Essa prática constitui uma violação dos direitos humanos e é uma das formas mais graves de exploração infantil. Apesar da existência de leis em muitos países para combater o trabalho infantil, a realidade é que muitas crianças e adolescentes de famílias pobres ainda trabalham em condições abusivas, degradantes, perigosas e exaustivas. Esse é um problema complexo, que abrange aspectos culturais, econômicos, políticos e sociais, e acarreta sérias consequências para o desenvolvimento físico, psicológico e educacional das crianças.

Trabalho infantil é definido como qualquer atividade econômica ou de sobrevivência, remunerada ou não, realizada por crianças ou adolescentes com menos de 16 anos, exceto na condição de aprendiz a partir dos 14 anos, independentemente da ocupação. No caso de adolescentes, todo trabalho realizado entre os 16 e 18 anos é considerado trabalho protegido, e na condição de aprendiz, entre 14 e 18 anos, conforme estabelecido pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998. É importante destacar que o trabalho noturno, perigoso, insalubre ou degradante é proibido em qualquer circunstância para menores de 18 anos (FNPETI, 2018).

Com a Constituição Federal de 1988, foi instituído o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), por meio da Lei n. 8.069/1990, que tem como objetivo assegurar os direitos das crianças e dos adolescentes.

Entre suas disposições, estão a proibição do trabalho infantil, a proteção ao trabalhador adolescente, e a regulamentação das ações das instituições que integram a Rede de proteção, tanto na prevenção quanto no enfrentamento de violações de direitos desses indivíduos. Embora a promulgação do ECA tenha representado um avanço significativo na legislação, ele ainda não é suficiente para garantir completamente os direitos das crianças e dos adolescentes, especialmente no que diz respeito à prevenção da entrada precoce no mercado de trabalho.

No Brasil, apesar dos avanços na legislação e das políticas públicas voltadas para a eliminação do trabalho infantil, ainda existem crianças trabalhando em diversos setores, como agricultura, comércio, serviços domésticos e, sobretudo, em atividades informais e ilegais. Segundo os dados mais recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD – 2022), há 1,9 milhão de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos de idade (ou 4,9% desse grupo etário) em situação de trabalho infantil. Esse contingente havia caído de 2,1 milhões (ou 5,2%) em 2016 para 1,8 milhão (ou 4,5%) em 2019, mas cresceu em 2022. Entre 2019 e 2022, a população do país com 5 a 17 anos de idade diminuiu 1,4%, mas o contingente desse grupo etário em situação de trabalho infantil aumentou 7,0%.

Conforme os dados da PNAD (2019), há no Tocantins 18.969 crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade em situação de trabalho infantil. Dado que a população estimada na faixa etária de 5 a 17 anos no estado era de 331.435 no mesmo ano, o universo de crianças e adolescentes trabalhadores equivalia a 5,7% do total de crianças e adolescentes do estado, acima da média nacional que era de 4,8% do total. No Estado, 49,5% das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos exercem alguma das piores formas de trabalho infantil nos termos da lista TIP, percentual equivalente a 9.388 crianças e adolescentes. Por sua vez, do total de adolescentes de 14 a 17 anos ocupados, 94,8% (ou 12.994)

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

são informais. No exercício de trabalho, as crianças e adolescentes tocaninenses são, majoritariamente, “trabalhadores dos serviços domésticos em geral”, ocupação que abriga 7,8% ou 1.474 das crianças e adolescentes trabalhadores, “mecânicos e reparadores de veículos a motor” (1.158 ou 6,1%) e “trabalhadores elementares da construção de edifícios” (1.120 ou 5,9%).

O Estado possui 139 municípios e está dividido, de acordo com a classificação do IBGE, em 2 mesorregiões e 8 microrregiões. Além disso, segundo a Regionalização Administrativa Estadual estabelecida pelo Governo Estadual, o Estado é organizado em 18 regiões administrativas, que são: I – Araguatins, II – Augustinópolis, III – Tocantinópolis, IV – Xambioá, V – Araguaína, VI – Colinas do Tocantins, VII – Goiatins, VIII – Guaraí, IX – Metropolitana de Palmas, X – Pedro Afonso, XI – Paraíso do Tocantins, XII – Novo Acordo, XIII – Natividade, XIV – Gurupi, XV – Dianópolis, XVI – Paranã, XVII – Arraias, e XVIII – Taguatinga. Esta pesquisa foca nos dados relacionados à região administrativa de Araguaína.

Segundo o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), o trabalho infantil pode causar diversos problemas de saúde, como distúrbios nutricionais (baixo peso e altura, redução da imunidade), problemas musculoesqueléticos (descalcificação, desgaste muscular precoce devido ao excesso de peso, danos à coluna vertebral), e neurológicos (percepto-motricidade inadequada, exposição a toxinas, imaturidade). Também pode levar a transtornos sistêmicos, como envelhecimento precoce. Além disso, o trabalho infantil afeta o estado emocional, o desenvolvimento de habilidades, a assunção de responsabilidades e a construção da identidade, podendo resultar em transtornos neuróticos e de personalidade. Com o sistema neurológico ainda imaturo e treinado de forma inadequada e violenta para executar uma habilidade específica, a criança pode se tornar mecanizada na execução dessa tarefa,

ficando incapaz de se adaptar às novas demandas trazidas pelas mudanças tecnológicas e sociais (FNPETI, 2018).

Esta proposta se justifica pela necessidade de desnaturalizar o trabalho infantil em nossa sociedade, uma vez que ele é uma grave violação dos direitos fundamentais, prejudicando a infância e adolescência e comprometendo o desenvolvimento físico, psicológico, social e educacional de indivíduos que são legalmente protegidos. Além disso, há uma carência de produção de conhecimento sobre o trabalho infantil e, nas principais cidades do Estado, que concentram a maior parte da população, não há registros oficiais dessa violação dos direitos das crianças e adolescentes, o que contribui para o aumento dos índices de trabalho infantil.

MÉTODO E MATERIAIS

No primeiro momento do desenvolvimento desta pesquisa, foi feita a leitura do corpus bibliográfico sobre o trabalho infantil, a rede de proteção dos direitos da criança e do adolescente e, sobretudo a legislação referente à temática em questão. Posteriormente, houve um levantamento das instituições que atuam no Sistema de Garantia dos Direitos da região administrativa de Araguaína. Assim como, uma pesquisa exploratória acerca dos principais dados dos municípios que fazem parte da região administrativa supracitada, que compreende as seguintes cidades: Aragominas, Araguaína, Babaçulândia, Carmolândia, Filadélfia, Muricilândia, Nova Olinda, Palmeirante, Santa Fé do Araguaia e Wanderlândia.

Em seguida, foi feito contato com o Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes de todos os municípios supracitados, para anuência e identificação das instituições que fazem parte da Rede e possuem dados sobre trabalho infantil. Nesse viés, logo depois foi realizado o contato com as instituições identificadas e

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

solicitação aos atores sociais que atuam nas mesmas para responder um questionário a respeito da Caracterização do Trabalho Infantil na Região Administrativa de Araguaína, composto por questões abertas e fechadas via Google Docs, para coleta desses dados, a partir das instituições que fazem parte da Rede de proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Foram identificadas e contactadas 70 instituições em todas as cidades, entre elas: Secretarias Municipais da Saúde, Educação e Assistência Social e Habitação, Cras e Conselhos Tutelares. No que se refere à cidade de grande porte de Araguaína, foram identificadas algumas a mais: Creas, Ministério Público do Trabalho, Juizado de Infância e Juventude, Cerest, Delegacia Especializada de atendimento a vulneráveis, Defensoria Pública e Caps infantil.

Nesse viés, foi realizado o contato com as instituições e enviado um questionário via Google Docs para coleta de dados. Utilizou-se a Análise de Conteúdo Temática de Bardin para analisar os dados. Identificou-se três categorias: Caracterização do trabalho infantil a partir dos dados; Caracterização do trabalho infantil a partir da Percepção dos atores sociais; Encaminhamentos/ações da instituição

DADOS E DISCUSSÃO

A região administrativa de Araguaína é composta por 10 cidades: Aragominas, Araguaína, Babaçulândia, Carmolândia, Filadélfia, Muricilândia, Nova Olinda, Palmeirante, Santa Fé do Araguaia e Wanderlândia. Dentre elas a cidade de Araguaína é a de maior porte com 171.301 habitantes e a cidade de Carmolândia é a de menor porte com 2.201 habitantes, de acordo com o último censo do IBGE de 2022. Outrossim, a região administrativa em geral vive de agricultura,

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, assim como de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas.

Das 70 instituições que fazem parte da Rede de proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes que foram contactadas, somente 29 responderam ao questionário. Dos atores sociais que responderam 23 são do sexo feminino e 6 do masculino, com idade variando de 22 a 60 anos. O nível de escolaridade varia do ensino fundamental completo à pós-graduação. Predomina o ensino superior, contando com 23 pessoas, seguido do ensino médio, com 5 pessoas, e apenas 1 pessoa com ensino fundamental completo. A maioria tem graduação em Pedagogia, seguida por graduação em Enfermagem, Serviço Social, Normal Superior, Psicologia, Fisioterapia, Advocacia e Ciências Contábeis. Desempenham as atividades profissionais de conselheiro tutelar (4), presidente do CMDCA (2), secretária (3), secretária municipal de saúde (1), coordenador (5), coordenadora de atenção básica (2), coordenadora do CRAS (2), superintendente educacional (1), assistente social (4), assistente administrativo (1), técnica (2), diretora financeira (1), psicólogo (2) e fisioterapeuta (1).

Das 29 instituições, 25 alegaram não possuir dados de trabalho infantil referente aos últimos 3 anos (2021 – 2024), no entanto os atores sociais de 8 destas instituições responderam terem visto crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil na sua cidade. Por conseguinte, apenas 4 instituições afirmaram possuir dados referentes ao trabalho infantil, o Conselho Tutelar de Babaçulândia, a Secretaria Municipal de Assistência Social de Araguaína, o Cerest de Araguaína e o Cras 2 de Araguaína.

Caracterização do trabalho infantil a partir dos dados

Em torno de 40 casos de crianças e adolescentes em situação de trabalho foram identificados por essas 4 instituições, de ambos os

sexos. O local de trabalho em que as crianças e/ou adolescentes foram encontrados foi em sua maioria na zona urbana, no entanto 3 crianças foram identificadas na zona rural. As idades variam entre 6 a 18 anos, predominando a raça/etnia preta e parda. Segundo o Ipea (2010), é mais elevado o número de crianças e adolescentes trabalhadores cujas famílias são pobres e pretas. Nos grupos sociais mais vulneráveis, é cerca de quatro vezes mais provável que as crianças e adolescentes estejam em situação de trabalho.

Ademais, a maioria trabalha para um patrão ou para ele mesmo, desenvolvendo atividades como serviços braçais, mendicância em sinais ou venda de produtos, serviços gerais em marcenarias, serralherias, oficinas mecânicas, lava jatos e marmorarias, tendo como pagamento recebido dinheiro ou presentes. De acordo com Dias e Araújo (2013), o serviço reparação de serviços automotores e motocicletas em oficinas mecânicas, é a segunda grande atividade em que está ocupada boa parte da mão de obra infantojuvenil na região norte, chegando a 15,9% dos que exercem alguma atividade, tendo riscos de acidentes enormes como o contato direto com substâncias químicas: óleo diesel, lubrificante, graxa e gasolina, cortes com ferramentas, acidentes de trânsito durante teste de veículos, dentro outros que trazem sérios riscos à saúde destas crianças e adolescentes. Ademais, a criança e o adolescente que trabalham nos lava jatos estão mais sujeitos a desenvolverem problemas de saúde, o primeiro agente insalubre é a umidade sendo o ambiente preferido de bactérias e fungos, além da recorrente utilização de produtos químicos, contém em suas composições substâncias químicas prejudiciais à saúde (Fernandes, 2011).

Os resultados obtidos nos formulários apontam que grande parte dos jovens em situação de trabalho infantil moram com a família e foram encontrados trabalhando tanto no turno do dia, quanto no turno da noite. No que se refere à escolaridade destas crianças e/ou

adolescentes, a maioria frequenta a escola, tendo como nível de escolaridade o Ensino Fundamental II e Ensino Médio. As poucas crianças que foram identificadas que não estudam, já frequentaram a escola anteriormente. Ademais, as instituições não sabem dizer se os menores encontrados trabalhando já foram reprovados.

No entanto, apesar das poucas informações por parte das instituições, é fato que o trabalho infanto-juvenil se torna um fator importantíssimo na contribuição para a evasão escolar, seja porque estas crianças não conseguem acompanhar o ritmo das outras crianças e de outros adolescentes por executarem atividades de trabalho exaustivas para os seus corpos, demandando muito tempo, esforço físico, aliado ao cansaço, sono, tendo que cumprir uma dupla jornada ao terem que conciliar a escola e o trabalho, e/ou seja pela falta de incentivos vindos dos próprios pais, que preferem que os filhos continuem auxiliando no sustento da família a frequentarem a escola (Alberto, 2002).

Acidentes de trabalho com os jovens também foram identificados pelas instituições, como cortes em diversas partes do corpo, acidentes de percurso (indo ou voltando do trabalho para casa), corpo estranho nos olhos e cortes por uso de máquinas devido à falta de equipamento de proteção individual (EPI), além de acidentes em oficinas de bicicletas. De acordo com Alberto et al. (2010), o trabalho penoso provoca estresse, danos físicos e prejuízos mentais, o trabalho insalubre provoca doenças e intoxicações e o trabalho perigoso pode ocasionar acidentes ou danos à vida da criança ou adolescente trabalhador.

Portanto, as principais preocupações em relação à saúde de crianças e adolescentes inseridas no mercado de trabalho são o risco e a vulnerabilidade aos quais estão expostos, pois doenças e lesões são comuns em situação de trabalho devido ao sistema biológico não estar maduro até os 18 anos de idade associado à pouca coordenação motora (Lacorte, 2012). Em consonância com o autor, todos os atores

sociais afirmaram que essas atividades desenvolvidas por estas crianças e/ou adolescente apresentavam algum risco para as mesmas, como exposição a fatores como: carga excessiva, exposição ao sol, uso inadequado de produtos sem EPI, risco físico, risco ergonômico, risco biológico, evasão escolar e possíveis problemas de saúde.

Caracterização do trabalho infantil a partir da Percepção dos atores sociais

Com relação à Caracterização do trabalho infantil a partir da percepção dos atores sociais, 8 deles afirmaram já terem visto crianças e adolescentes em situação de trabalho nas suas cidades, o que difere dos casos oficialmente registrados pelas instituições que fazem parte da rede, já que grande parte informou não possuir dados ou conhecimento em relação ao trabalho infantil. Para o autor Rodrigues (2013), em muitos municípios, as instituições que fazem parte do CMDCA se deparam com situações de trabalho infantojuvenil, no entanto, não se chega aos Ministério Público do Trabalho, visto que não é feito por denúncia. Tal fato se faz obstaculizar pela naturalização do trabalho infantojuvenil frente à cultura que predomina na sociedade, aumentando a subnotificação e contribuindo para a carência de notificações.

Os atores sociais identificaram por volta de 4 a 8 crianças/adolescentes, a maioria do sexo masculino dado também confirmado por outros autores (Moreira; Targino, 2011; Alberto et al. 2010b), sobre a maior prevalência de meninos no trabalho infanto-juvenil. Os jovens foram encontrados realizando as atividades tanto na zona urbana quanto na zona rural, com idades entre 6 a 18 anos, pertencentes a raça/etnia preta, parda e indígena. As atividades desenvolvidas eram trabalho na lavoura, supermercados, oficinas mecânicas, lava jatos, trabalhos braçais, mendicância em sinais e venda de produtos realizadas tanto no turno do dia quanto no turno

da noite A explicação para a predominância do sexo masculino nessas atividades se dá pelo fato desse tipo de já ser visto como um trabalho típico dos homens, por variadas causas, como exposição ao sol, levantamento de peso e habilidade com os instrumentos de trabalho (Alberto et al. 2010b).

Os atores sociais afirmaram que as atividades desenvolvidas por estas crianças e/ou adolescentes apresentavam algum risco, como evasão escolar, possíveis problemas de saúde, exploração a outros tipos de violação de direitos, acidente de trânsito, lesão corporal e física. Várias pesquisas (Alberto, 2002; Alberto et al., 2010; Lira, 2016) também discutem os perigos e consequências do trabalho infantojuvenil de crianças e adolescentes, que vão desde o risco de atropelamentos, por serem menos atentas e acumularem diversas tarefas ao mesmo tempo, combinando trabalho e brincadeiras, até os riscos de assédio por parte de adultos, entre outros.

Outrossim, todos os atores sociais alegaram conhecer ou já ter visto alguma ação/programa de combate ao trabalho infantil na sua cidade, como ações do AEPETI e CREAS, programas de aprendizagem (Renapsi) e empregabilidade, palestras preventivas (psicólogo e assistente social), entrega de panfletos com orientações sobre o combate ao trabalho infantil, na comunidade quilombola dona Lucelina e programas do CRAS, caminhadas de conscientização, palestras informativas sobre trabalho infantil com grupos de crianças e adolescentes do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos – SCFV.

Por fim, com base nas respostas da última questão do formulário que consta as opiniões dos atores sociais acerca do trabalho infantil, observou-se que o conjunto de opiniões apresenta um forte consenso contrário ao trabalho infantil. De maneira geral, os participantes condenam a prática por seus impactos negativos no desenvolvimento das crianças, especialmente em termos de evasão escolar,

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

desmotivação, cansaço, e baixo rendimento escolar. Vários depoimentos mencionam a necessidade de fortalecer programas sociais e de assistencialismo para combater essa prática, e destacam que a pobreza é um dos principais fatores que impulsionam o trabalho infantil, perpetuando o ciclo de miséria. Em síntese, as opiniões convergem na ideia de que o trabalho infantil deve ser erradicado por meio de políticas públicas eficazes, programas sociais e conscientização, com ações voltadas à preservação dos direitos das crianças. Essa percepção é evidente nas declarações dos participantes:

Não concordo com o trabalho infantil, além de provocar evasão escolar, provoca também desmotivação, cansaço, baixo rendimento escolar e a criança fica totalmente desinteressada. (A1)

A minha opinião é que crianças e adolescentes tenham oportunidades de estudar, direitos lazer e que sejam inseridos em programas sociais voltados ao fortalecimento dos vínculos familiares e sociais. (A2)

Um problema que deve ser erradicado. (A5)

Completamente errado, um crime que rouba da criança sua infância. (A6)

O trabalho infantil priva crianças e adolescentes impedindo-os(as) não só de frequentar a escola e estudar, mas também de desenvolver todas as suas capacidades e habilidades, impactando diretamente na construção de uma vida adulta saudável. (A7)

Prejudica no desenvolvimento, na assiduidade escolar, abre portas para o abuso sexual, abuso psicológico e trabalho análogo a escravo. (A8)

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

O trabalho infantil deve ser combatido, tendo em vista que atrapalha do desenvolvimento da criança, na sua formação, pois são etapas antecipadas que geram prejuízos para a criança. (A12)

No meu ponto de vista é uma prática ilegal e que precisa ser banida através de denúncias e criação políticas públicas preventivas. Felizmente aqui no nosso Município não temos evidencias de casos amém. (A13)

Temos que trabalhar cada vez mais ações educativas e de orientação para combater o trabalho infantil, mesmo sem casos no município as ações devem ser desenvolvidas. (A14)

O trabalho infantil é caracterizado como uma forma de violência, tendo em vista o seu impacto danoso no desenvolvimento físico e psíquico na vida de uma criança, pois, o abuso de suas capacidades pouco desenvolvidas resulta no regresso de sua maturação e/ou até mesmo na precocidade da mesma. Considerando esses impactos, acredito que a intervenção por meio de ações, projetos que sejam imprescindíveis na disseminação de informação nas regiões humildes do nosso país sobre o que caracteriza o trabalho infantil, e na implantação de atividades que venham dirimir ou até mesmo abolir o trabalho infantil, possa ser um destaque na luta contra a violência à nossas crianças. Nesses anos de luta pela causa infantil, é preciso cada vez mais que pessoas se disponham para apoiar e fornecer os subsídios que possam amparar cabalmente essa causa. (A15)

Acredito que com as políticas públicas acontecendo verdadeiramente e com as atividades de conscientização e com os benefícios assistências pode sim estar tirando essas crianças do trabalho infantil e estar colocando realmente nas escolas. (A16)

Da ausência de renda ou dos salários aviltados pela baixa ou nenhuma qualificação resulta aquilo que foi causa do trabalho infantil: pobreza. E assim, de pai para filho, transmitem-se e

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

perpetuam-se ignorância e penúria. Poucos compreendem que o trabalho infantil não destrói só a infância e a perspectiva de futuro de quem o pratica. (A17)

O trabalho infantil infelizmente é algo mais comum do que se imagina. É um tema muito importante e precisa ser trabalhado com mais intensidade. Nossas crianças e adolescentes todos os dias têm seus direitos violados. (A18)

Eu acho que o trabalho infantil no Brasil ainda é um grande problema social. Milhares de crianças ainda deixam de ir à escola e ter seus direitos preservados, e trabalham desde a mais tenra idade na lavoura, campo, fábrica ou casas de família, em regime de exploração, quase de escravidão, já que muitos deles não chegam a receber remuneração alguma. Hoje em dia, em torno de 4,8 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos estão trabalhando no Brasil, segundo PNAD 2007. Desse total, 1,2 milhão estão na faixa entre 5 e 13 anos. (A19)

Atividade em que oportuniza crianças e adolescentes, a outras situações de vulnerabilidade dentre estas; evasão escolar, perpetuação da pobreza, em que diminui as oportunidades de desenvolvimento. (A20)

O trabalho infantil é uma consequência da pobreza que obriga as famílias a adotarem formas de comportamento que incluem a oferta de mão-de-obra dos filhos menores de idade e, em especial o desemprego dos pais e a visão dos filhos de quererem contribuir de alguma forma por verem os pais passando aquela situação, isso faz com que os números cresçam a cada ano. (A21)

Minha opinião que um trabalho sem prejudicar a sua vida escolar, é bom para que um adolescente entre seus 16 e 18 anos para ter responsabilidade, mas não concordo que criança trabalhe. (A24)

A minha opinião, é que os contratantes desses, seguissem com as regras e leis para o contrato com os mesmos. (A28)

Encaminhamentos/ações da instituição

As instituições constataram que as famílias dessas crianças participam atualmente de algum programa/serviço de assistência do CRAS, CREAS ou Conselho Tutelar. Além do mais, 3 das instituições afirmaram possuir protocolos para atendimento e encaminhamento de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil: toda ficha de acidente de trabalho com menor, que chega até o CEREST, é realizada uma vigilância no ambiente de trabalho para verificar as condições dos locais de trabalho, ademais há um processo de acolhimento, atendimento e encaminhamento para o CREAS, devido às violações de direito eminente.

As instituições também alegaram ter ações ou programas que visam o combate do trabalho infantil, como palestras, mobilizações e orientações às famílias e ações com AEPETI - Ações Estratégicas do Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil. No que diz respeito ao fluxo de trabalho com os demais órgãos, há fluxo com o Centro de Referência a saúde do Trabalhador - CEREST que atende os casos de acidente de trabalho, com a Secretaria de assistência social, CRAS e Serviço de Convivência e fortalecimento de vínculo.

Nesse sentido e devido a tudo que foi relatado, é notório que a rede do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, em muitos municípios, enfrenta uma desarticulação significativa, o que resulta na escassez de dados confiáveis sobre a incidência do trabalho infantil. A falta de integração entre os diversos órgãos que compõem essa rede compromete sua capacidade de identificar, monitorar e intervir de maneira eficaz em casos de exploração de crianças e adolescentes. Sem uma estrutura coesa e colaborativa, o fluxo de informações e os encaminhamentos ficam fragmentados, dificultando o combate ao trabalho infantil e tornando quase inexistente o monitoramento contínuo dos casos que surgem (Rosemberg, 2002).

Essa situação evidencia a necessidade urgente de fortalecer a rede de proteção. É fundamental que haja uma articulação mais ativa e integrada entre o Conselho e outros órgãos, como o Ministério Público, as secretarias de assistência social, educação e saúde, e o Conselho Tutelar. Somente com um sistema de proteção que funcione de maneira coordenada será possível detectar precocemente os casos de trabalho infantil, garantir encaminhamentos adequados e assegurar que as medidas de intervenção sejam eficazes (Guimarães, 2015).

De acordo com Britto (2017), as atividades desenvolvidas para combater o trabalho infantil, como palestras, mobilizações e programas de assistência, são importantes, mas claramente insuficientes diante da complexidade do problema. A criação de um fluxo de trabalho estruturado, que promova o intercâmbio contínuo de informações entre os diversos setores, é essencial para que a rede de proteção funcione de maneira eficiente. Além disso, é imprescindível que a capacitação dos profissionais envolvidos seja uma prioridade, de forma que todos compreendam seu papel na identificação e combate ao trabalho infantil, colaborando de maneira ativa para a erradicação desse problema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa evidenciou o fenômeno do trabalho infantil na região administrativa de Araguaína, revelando um quadro preocupante de vulnerabilidade social entre as crianças e adolescentes dessa área. Apesar dos avanços legislativos e das iniciativas para a erradicação do trabalho infantil, os dados coletados mostram que essa prática ainda é uma realidade em diversos municípios da região, afetando negativamente a saúde, a educação e o desenvolvimento geral das crianças envolvidas.

Os resultados apontam que, embora a maioria das instituições consultadas não possua dados formais sobre o trabalho infantil, há uma percepção generalizada entre os atores sociais de que o fenômeno está presente, especialmente em atividades informais, tanto na zona urbana quanto na zona rural. Crianças e adolescentes, muitas vezes pertencentes a grupos étnicos historicamente marginalizados são encontrados trabalhando em condições precárias e perigosas, o que reflete a necessidade urgente de ações mais eficazes para proteger os direitos desses jovens.

Além disso, a pesquisa destacou a importância de uma rede de proteção mais ativa e integrada, capaz de identificar, monitorar e intervir em casos de trabalho infantil. O fato de apenas uma parte das instituições responder ao questionário e, entre essas, poucas possuírem dados concretos sobre o tema, indica uma lacuna significativa na coleta e no compartilhamento de informações relevantes para a implementação de políticas públicas eficazes.

As ações realizadas para combater o trabalho infantil, como palestras, campanhas de conscientização e programas de assistência, são relevantes, mas evidentemente não são suficientes para lidar com a complexidade da questão. É essencial fortalecer as ações de prevenção, ampliar os programas de aprendizagem e criar mecanismos mais rigorosos de fiscalização e atendimento às vítimas. A articulação entre diferentes órgãos e a criação de protocolos unificados de atuação são passos fundamentais para a redução do trabalho infantil na região.

Em suma, a erradicação do trabalho infantil em Araguaína e nos municípios adjacentes requer um compromisso contínuo de todas as partes envolvidas, desde os gestores públicos até a sociedade civil. Somente com uma atuação conjunta e articulada será possível garantir que todas as crianças e adolescentes tenham acesso aos seus direitos

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

fundamentais, vivendo uma infância livre de exploração e com oportunidades reais de desenvolvimento integral.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1995.

ALBERTO, M.F.P. *Dimensão Subjetiva do Trabalho Precoce de Meninos e Meninas em Condição de Rua em João Pessoa (PB)*. 305f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

ALBERTO, M. F. P.; SILVA, A. C. S.; SANTANA, R. V. M.; VASCONCELOS, T. T. V. A.;

CIRINO, D. C. S. *O trabalho infantil na atividade informal urbana em Guarabira – PB: um diagnóstico rápido à luz das piores formas de trabalho infantil*. Brasília: OIT, 2006.

ALBERTO, M.F.P.; SILVA, A.C.S.; SOUZA, G.P. & NUNES, T.S. *O trabalho infantil na rua*. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*. vol. 13, n. 1, pp. 59-71, 2010.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente/ Lei 8.069*. Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação. Brasília: MEC, 2005.

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Casa Civil, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 nov. 2012.

BRITTO, Lílian Cristina. Políticas Públicas de Enfrentamento ao Trabalho Infantil no Brasil: Articulação Intersectorial e Desafios. Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 17, p. 123-140, 2017.

DEL PRIORE, Mary (Org.). História da criança no Brasil. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

DIAS, J. C., ARAÚJO, G. S. O trabalho infantil na Região Norte do Brasil: Uma leitura a partir dos microdados do censo Demográfico de 2010. Relatório Final. Brasília, 2013.

FERNANDES, S. V. Trabalho infantil em lavarápidos. Recuperado de <http://erradicacaotrabalhoinfantil.blogspot.com.br/lavarapidos-uma-das-pioresformasde.html>, 2011.

FNPETI. Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador. Disponível em: <http://www.fnpeti.org.br/biblioteca/ver/511-conceito-de-trabalho-infantil.html>. Acesso em: 14 fev. 2018.

GUIMARÃES, Cristiane Nunes. O Papel dos Conselhos Municipais na Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente. Revista de Políticas Públicas e Direitos da Criança, v. 6, n. 2, p. 45-58, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Trabalho de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade: 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 01 set. 2024.

IPEA. Trabalho infantil no Brasil: rumo à erradicação. [s.l.]: [s.e.]. 2010.

LACORTE, L. E. C. A construção de Políticas Públicas em rede Intersetorial para a Erradicação do Trabalho Infantil em Limeira-SP. (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

LIRA, T. S. O sentido do trabalho infantil doméstico: particularidades e contradições na esfera da reprodução social nas economias periféricas dependentes. 244f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2016.

MOREIRA, Emilia R. F.; TARGINO, Ivan. O trabalho infantil em quatro estados do país. In: ALBERTO, Maria de Fátima Pereira; LIMA, Joana Azevedo; SANTOS, Denise Pereira dos (Org.). *Infância, adolescência e juventude: pesquisa, intervenção e políticas públicas*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

RIZZINI, I.; PILOTTI, F. (Org.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ROSEMBERG, Fúlvia. Trabalho Infantil: Questões para Políticas Públicas Integradas. *Educação e Sociedade*, v. 23, n. 2, p. 45-62, 2002.

RODRIGUES, J.F.M. Trabalho infantil: Manual de atuação do Conselho Tutelar. Brasília: Ministério Público do Trabalho. Procuradoria do trabalho da 3ª Região/MG, 2013.

SILVA, A. C. S.; PEREIRA, J. S. O trabalho infanto-juvenil na agricultura no município de Tocantinópolis. Trabalho & Educação, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p. 55-69, set./dez. 2014.

SILVA, A. C. S.; FONSECA, J. S. O trabalho infanto-juvenil informal de rua na cidade de Tocantinópolis. In: Reflexões sobre educação, pobreza e desigualdade social: primeiras aproximações.

SILVA, A. C. S. O trabalho infanto-juvenil em oficinas mecânicas e lava a jatos no Tocantins. Revista Trabalho (En)Cena, Palmas, v. 3, n. 3, p. 100-114, 2018.

FINANCIAMENTO

“O presente trabalho foi realizado com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Tocantins – Fapt – Tocantins”

Capítulo 3

A Tutela Ambiental Brasileira para as unidades de conservação

Beatriz Castro Pereira¹
Suyene Monteiro da Rocha²

RESUMO

As Unidades de Conservação são criadas a fim de preservar áreas com características especiais e, por conseguinte, de relevante interesse socioambiental. é importante destacar o papel desempenhado por elas, pois a criação de áreas protegidas é o modelo de política pública mais utilizado para enfrentar a degradação humana da biodiversidade. Assim, o presente trabalho busca analisar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) – lei 9.985/2000, para estudar a

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

estrutura e a tutela jurídica, com recorte para o cerrado, mais especificamente, para o cerrado tocantinense e suas unidades de conservação. É uma pesquisa de caráter analítico descritivo, que utiliza as técnicas bibliográfica e documental. Os estudos reafirmam que a criação de uma UC é fundamental, principalmente no Bioma Cerrado, para a preservação dos recursos naturais, todavia muitas dessas áreas ainda carecem de uma gestão como a estabelecida no SNUC. Por isso, é essencial garantir a aplicação dessas normas nas UCs e isso só é viável ao compreender a tutela brasileira para as unidades de conservação.

¹ Discente do Curso de Direito, bolsista Pibic/CNPq 2023/2024, Universidade Federal do Tocantins, Campus Palmas, e-mail: beatriz.castro@mail.uft.edu.br

² Doutora em Biodiversidade e Biotecnologia – BIONORT/UFAM, Mestre em Ciências do Ambiente-UFT, Professora Adjunta do Curso de Direito, Universidade Federal do Tocantins, Campus Palmas/Orientadora, e-mail: suyenerocha@mail.uft.edu.br

INTRODUÇÃO

As políticas públicas ambientais ganharam destaque com o aumento dos debates ambientais, a evidência da situação do meio ambiente em todo o mundo e a busca pela proteção da biodiversidade. No Brasil, o avanço da proteção ambiental está diretamente relacionado com a criação do Sistema de Unidades de Conservação (SNUC) que possibilitou planejar, regulamentar e gerenciar as áreas destinadas à conservação da biodiversidade e dos recursos naturais.

A criação de áreas protegidas se apresenta como uma saída para conter o avanço da degradação e proteger a diversidade biológica

presente em cada ecossistema. Isso ocorre pois, ao serem instituídas, as áreas protegidas limitam as atividades, definindo o que pode e não pode ser feito no território.

No Brasil, as unidades de conservação ganharam destaque a partir da década de 1930 com a criação do Parque Nacional de Itatiaia, mas a uniformização da administração dessas áreas foi conquista a partir da promulgação da Lei nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). O SNUC estabeleceu 12 categorias de UCs divididas em dois grupos: as unidades de uso sustentável e as unidades de proteção integral.

Segundo Craveiro (2008, p. 5-8), as unidades de Proteção Integral visam a preservação da natureza, por isso permitem apenas o uso indireto dos recursos naturais para atividades específicas e dentro dessa categoria estão a estação ecológica, a reserva biológica, o parque nacional, o monumento natural e o refúgio da vida terrestre. Por outro lado, as unidades de Uso Sustentável compatibilizar a conservação da natureza e o uso sustentável de uma parcela de seus recursos naturais, são as áreas de proteção ambiental, área de relevante interesse ecológico, floresta nacional, reserva extrativista, reserva de fauna, reserva de desenvolvimento sustentável e reserva particular do patrimônio natural. Dentre as unidades de uso sustentável, as Áreas de Proteção Ambiental ganham destaque, pois possuem menor restrição ao uso, por isso algumas pessoas defendem que elas não podem ser consideradas como uma unidade de conservação. Apesar das críticas, as APAs desempenham um papel essencial na proteção do meio ambiente, pois elas buscam conciliar a proteção da biodiversidade com o desenvolvimento humano.

A instituição das unidades de conservação também promoveu a participação da sociedade, das comunidades locais e povos tradicionais na gestão das áreas protegidas, pois o SNUC objetiva que a conservação siga uma abordagem mais participativa e inclusiva.

Nesse viés, o presente estudo possui como objetivo geral estudar a tutela ambiental referente às unidades de conservação. Para tal, possui como objetivos específicos estudar a origem das unidades de conservação, analisar o papel do SNUC para a conservação, com foco nas APAs, e compreender a importância das APAs, por meio da análise da função APA da Serra do Lajeado para a proteção do cerrado como um exemplo prático. A fim de compreender a relevância das áreas de proteção ambiental para a proteção dos recursos ambientais.

MÉTODO E MATERIAIS

A metodologia utilizada para desenvolver a pesquisa foi organizada em três etapas principais: elaboração do referencial teórico, coleta de dados por meio de pesquisa de campo e análise dos dados obtidos.

A elaboração do referencial teórico envolveu o uso de materiais bibliográficos, que incluíram a leitura e o resumo de legislação ambiental, doutrinas, artigos científicos em periódicos e na internet, além de outros recursos pertinentes ao tema do estudo. Também foram promovidos debates em reuniões do grupo de pesquisa sobre Políticas Públicas Ambientais e Sustentabilidade, o que ajudou a consolidar o conhecimento adquirido e esclarecer dúvidas surgidas durante o processo.

A revisão bibliográfica foi fundamental para o desenvolvimento do estudo, concentrando-se na busca e análise de artigos científicos relacionados ao tema, o que permitiu definir a abordagem e realizar um diagnóstico preliminar para o avanço da pesquisa. A análise documental focou principalmente na Constituição Federal de 1988 e na Lei 9.985/00, que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

Conservação, além de incluir a coleta e análise de dados primários e secundários para entender a gestão ambiental das Unidades de Conservação.

Além disso, realizou-se uma comparação entre o disposto no SNUC com a realidade existente nas APAs do cerrado tocantinense, com foco na Área de Proteção Ambiental Serra do Lajeado.

DADOS E DISCUSSÃO

As áreas protegidas desempenharam um papel fundamental no combate à degradação do meio ambiente, tendo em vista que elas são criadas para preservar áreas com características especiais e de relevante interesse socioambiental. Para alguns autores, a Reserva da Biosfera *Bogd Khan Uul* foi a primeira área protegida criada, tendo em vista que, em 1783, o Monte *Bogd Khan Uul* foi declarado como um sítio protegido, a ser preservado por sua beleza (Figueiredo, 2024). Isso foi 89 anos antes da criação do Parque de Yellowstone, que é considerado por muitos como o primeiro Parque Nacional do mundo.

No Brasil, a criação do Parque Nacional de Itatiaia, datado de 1937, marcou o início da política de instituição de parques nacionais no país que ainda é utilizada. Leuzinger, Santana e Santos (2020, p. 10) afirmam que “a política pública ambiental contínua mais antiga no Brasil é a instituição de unidades de conservação, categoria na qual se enquadram os parques nacionais”.

Na década de 1980, destaca-se o estabelecimento da Política Nacional do Meio Ambiente através da Lei nº 6.938 de 1981 que criou o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama). Essa norma foi responsável por estabelecer para os entes federativos, que são parte da política ambiental nacional, os seus princípios, diretrizes,

instrumentos e atribuições. Além disso, durante esse período, a promulgação da Constituição Federal de 1988 desempenhou um papel essencial para a política ambiental nacional ao evidenciar a temática ambiental, principalmente ao assegurar o direito ao meio ambiente equilibrado para todos os brasileiros que estabeleceu diversas providências a serem tomadas pelo Poder Público para efetivar esse direito. Dentre essas providências está a criação de espaços territoriais especialmente protegidos (ETEP) em todo o Brasil.

Nesse período existiam diversas discussões sobre a situação das unidades de conservação, principalmente sobre a definição das categorias, a gestão e criação, o manejo e diversos conceitos essenciais. Assim, a promulgação da Lei nº 9.985 no 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação foi essencial para a estruturação da tutela jurídica ambiental, no que tange as unidades de conservação.

Segundo Lopes (2013, p.12), com a criação “[...] do SNUC, pode-se observar um maior rigor tanto para definição conceitual, compreensão e criação para as áreas protegidas”. Uma das importantes mudanças advindas do SNUC foi a utilização o termo “unidades de conservação” para denominar apenas áreas protegidas específicas, o que possibilitou a definição de quais áreas são uma unidade de conservação e o conceito da UCs, conforme disposto no artigo 2º, inciso I, da Lei nº 9.985/2000:

I - unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção; (Lei nº 9.985 de 2000, art. 2º, I)

Ademais, a criação de UCs foi centralizada pelo SNUC com o estabelecimento de critérios rígido a partir da imposição da

necessidade de ato do Poder Público para instituir uma unidade de conservação, bem como, o desenvolvimento de estudos técnicos e consultas públicas para identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, evitando conflitos com as populações residentes e comunidades que serão afetadas pela criação da UC.

Quanto à gestão, o SNUC estipulou que todas as UCs devem possuir um plano de manejo, instrumento normativo responsável pelo planejamento da gestão de uma unidade de conservação. O plano de manejo deve ser elaborado até cinco anos após a criação da unidade e deve abranger o território da UC, a sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos. Somado a isso, todas as atividades e obras desenvolvidas na UC devem seguir o disposto no plano de manejo, por isso é fundamental que este plano seja revisado periodicamente para adaptá-lo com a situação atual da UC e possibilitar a prática de novas atividades na área.

A maior consequência da ausência de um plano de manejo para as unidades de conservação é que se torna impossível cumprir os seus objetivos, tendo em vista que a falta de um planejamento implica no uso desenfreado dos recursos ambientais, o que “contribui para o aumento dos problemas socioambientais nas UCs e em seu entorno” (Leuzinger, Santana e Santos 2020, p. 6). As unidades de conservação de uso sustentável são as mais afetadas pela ausência do plano de manejo, pois a ausência de um Plano de Manejo em uma unidade de proteção integral implica na limitação das atividades às que garantem a integridade dos recursos que a unidade visa proteger.

O SNUC estabeleceu doze categorias de unidades de conservação ³ que são divididas em duas espécies principais: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável.

As unidades de proteção integral permitem somente o uso indireto dos recursos naturais, já as de uso sustentável objetivam

compatibilizar o uso sustentável e a conservação da natureza. Essas divisões garantem que cada UC criada possua uma gestão adequada com a finalidade da área protegida, como as Áreas de Proteção Ambiental (APA) que precisam de uma gestão que estabeleça quais de seus recursos poderão ser utilizados e como esse uso deverá ser feito, já que a APA é uma unidade de uso sustentável.

A APA é a categoria com menor restrição ao uso, por isso há críticas à existência dessa categoria, com demonstrado por Magalhães (2017, p. 7) alguns indivíduos afirmam que, “as APAs nem deveriam ser consideradas APs (áreas protegidas)”. Em contrapartida, Magalhães demonstra que os seus defensores apontam que as APAs desempenham um papel essencial ao conciliar o desenvolvimento humano e a proteção da biodiversidade, mas essa categoria exige o apoio de uma gestão mais específica que fiscalize as atividades realizadas na APAs. Apenas 18% das APAs possuem Plano de Manejo e 45% possuem Conselho Gestor e, conseqüentemente, sem esses mecanismos é inviável o controle do uso dos recursos ambientais. As APAs do cerrado tocantinense são grande exemplo dessa situação (Magalhães, 2017)

O cerrado é o segundo maior bioma brasileiro, ocupando cerca de 23,9% do território brasileiro, e é considerado como um *hotspot* mundial de biodiversidade que são “regiões do planeta com alta riqueza em espécies, extraordinária concentração de endemismos, porém sujeitas a um excepcional grau de ameaça ou perda de habitats”, segundo Walter e Sevilha (2019, p. 6). Por isso, as unidades de conservação são essenciais para a proteção desse bioma que está em constante risco, mas apenas 8,21% do território do cerrado faz parte de uma UC, sendo que as unidades de conservação de proteção integral representam 2,85% desse total, tornando o cerrado no bioma com a menor porcentagem de áreas de proteção integral dentre todos os *hotspots* (Melo e Martins, 2020).

As APAs são uma das categorias mais utilizadas no cerrado para o controle do avanço do desmatamento e dos incêndios florestais, principais causas da degradação desse bioma. Além disso, o cerrado é muito utilizado na produção da soja e criação de bovinos, por isso as APAs são fundamentais ao passo que compatibilizam as atividades econômicas e o uso sustentável dos recursos, com a preservação do meio ambiente. É desse modo que as APAs conseguem garantir os interesses ambientais e econômicos, pois “além de trazer possibilidade de gestão socioambiental para as regiões contempladas geraria segurança jurídica para as pessoas residentes que se sentem afetadas” de acordo com Gonçalves, Costa e Araújo (2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos estudos empreendidos sobre a tutela ambiental brasileira para Unidades de Conservação, fica evidente o papel desempenhado pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9.985/2000), já que este foi estabelecido no Brasil com o propósito de planejar, regulamentar e gerenciar áreas destinadas à conservação da biodiversidade e dos recursos naturais. A referida lei define diferentes categorias de unidades de conservação (UCs) que variam em termos de objetivos de conservação e níveis de proteção.

Ademais, o SNUC estipula que diversas atividades realizadas em uma UC devem seguir o que foi determinado no seu plano de manejo, por isso uma UC que não possui um plano de manejo pode ficar estagnada, já que sem um plano de manejo não há como determinar se uma atividade pode produzir um prejuízo, por exemplo.

A compatibilização da conservação de uma área protegida com o uso de seus recursos, exige a criação de um plano de manejo, tendo em vista que é necessário estabelecer quais recursos naturais poderão ser

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

usados, de que forma essa utilização deverá ser feita e o limite para o uso dos recursos, a fim de garantir a preservação deste ambiente.

Desta feita, é necessário garantir o cumprimento integral do disposto no SNUC, pois a conservação dos recursos ambientais exige, para além das normas, ações.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Lei Federal 9.985/2000. Brasília, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm. Acesso em: 22 ago. 2024.

CRAVEIRO, Juliana Rodrigues Venturi. Caracterização das unidades de conservação: referências sobre o sistema nacional de unidades de conservação da natureza. SIMPGEO-SP, São Paulo, p. 13, 2008. Disponível em:

<https://area1manejo.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/02/caracterizacao-das-unidades-de-conservacao-referencias-sobre-o-sistema-nacional-de-unidades-de-conservacao-da-natureza.pdf>. Acessado em: 23 de jul. 2024.

FIGUEIREDO, Guilherme J. P. de. Primeiro parque nacional surgiu na Ásia. Eco, São Paulo, 9 de jul. 2024. Disponível em: <https://oeco.org.br/colunas/primeiro-parque-nacional-surgiu-na-asia/>. Acessado em: 23 de jul. 2024.

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE
INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

GONÇALVES, A. B. C.; COSTA, F. S. G.; ARAÚJO, M. J. A. Sistema de Unidades de Conservação do Tocantins completa 17 anos. Eco, Tocantins, 5 de abr. 2022. Disponível em: <https://oeco.org.br/analises/sistema-de-unidades-de-conservacao-do-tocantins-completa-17-anos/>. Acessado em: 23 de jul. 2024.

LEUZINGER, M. D.; SANTANA, P. C. (Org.) ; SOUZA, L. R. (Org.) . A história e relevância do sistema nacional de unidades de conservação: os 20 anos da lei nº 9.985/00. Brasília: UniCEUB, 2020. P.8-25. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/14816>. Acesso em: 22 ago. 2024

LOPES, E. R. N. Aspectos ambientais e históricos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação: 12 anos de implantação. Nature and Conservation, Aquidabã, v.6, n.2, p.6-17, 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/287520208_Aspectos_ambientais_e_historicos_do_Sistema_Nacional_de_Unidades_de_Conservacao_12_anos_de_implantacao. Acesso em: 06 de Mar. 2024.

MAGALHÃES, Daniel Rodrigo M. O papel das APAs (Áreas de Proteção Ambiental) na conservação da biodiversidade brasileira, 2017, Natal/RN. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/24473>. Acessado em: 22 ago. 2024.

MELO, A. C. A. ; MARTINS, P. T. A. . Contribuição das áreas de proteção ambiental na conservação do cerrado. Revista de geografia (RECIFE), v. 37, p. 53-71, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/242444> . Acessado em: 03 de Set. 2024.

WALTER, B. M. T.; SEVILHA, A.C. . A agonia de um bioma. Darcy, Brasília, DF, p. 6 - 7, 31 mar. 2019. Disponível em: https://issuu.com/revistadarcy/docs/darcy_21_digital. Acesso em: 03 de Set. 2024.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil, e Edital FAPT/NATURATINS – meio ambiente pesquisa para Unidades de Conservação do Estado do Tocantins.

Capítulo 4

PRÁTICAS EM ARTE E SAÚDE COMO PROMOÇÃO DO BEM-ESTAR FÍSICO E MENTAL DAS PESSOAS IDOSAS

Renan Carlos Gomes Lopes¹
Renata Patrícia da Silva²

RESUMO

O presente estudo investigou os impactos da arte na saúde mental da pessoa idosa, focando na intersecção entre práticas artísticas e saúde, a partir de pesquisa de

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

iniciação científica realizada no ciclo PIBIC 2023-2024. O objetivo foi avaliar como essas práticas interferem na saúde mental e qualidade de vida dos participantes. A pesquisa-ação foi realizada no projeto de extensão "Maturidade (En)Cena: Teatro e Promoção da Saúde na Terceira Idade", que promove atividades artísticas articuladas à promoção da saúde junto a pessoas idosas da cidade de Palmas. Os procedimentos metodológicos utilizaram revisão bibliográfica, observação participante, oficinas e entrevistas. Os resultados indicam que a participação em atividades artísticas proporciona alívio emocional, fortalece identidade pessoal e promove socialização. Estimulam funções cognitivas, contribuindo para retardar declínio cognitivo. As intervenções artísticas têm demonstrado contributos à promoção da saúde da pessoa idosa de forma integral.

Palavras-chave: Artes e Saúde; Educação em Saúde; Envelhecimento Ativo; Envelhecimento Criativo; Pessoa Idosa

¹ Estudante do Curso de Medicina. Universidade Federal do Tocantins. Bolsista PIBITI-CNPq. E-mail: carlos.renan@uft.edu.br

² Doutora em Artes. Curso de Licenciatura em Teatro. Universidade Federal do Tocantins. E-mail: renatapatricia@uft.edu.br

INTRODUÇÃO

Envelhecer é um aspecto natural do curso de vida, desde que nascemos, começamos a envelhecer. Com o aumento do número da população idosa em todo mundo, profundas transformações têm sido observadas nas sociedades contemporâneas, como alterações na "pirâmide etária", necessidade de novas políticas públicas, ações em diferentes setores voltadas à pessoas idosa, etc.

De acordo com os dados do censo demográfico de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023). Tais mudanças

na conformação social levam a crer que, com o aumento da expectativa de vida, cresce também a preocupação com a qualidade de vida na terceira idade (60 anos ou mais), pois assim essa parcela da população necessita de condições adequadas para que sejam mantidas as condições de dignidade cabíveis a todos os brasileiros, conforme preconiza a Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), especialmente no que diz respeito à saúde mental e ao bem-estar emocional, motivo deste estudo em questão.

Nesse sentido, torna-se imperativo desenvolver abordagens alternativas inovadoras, dadas como algo novo ou significativamente melhorado, que tragam alterações na visão de mundo e na qualidade de vida das pessoas idosas e que possam atender às necessidades complexas e multifacetadas do corpo social (Drucker, 1987, p. 187). Partindo desse pressuposto, é possível observar inúmeras formas de promover saúde que não só o modelo biomédico. A arte, por exemplo, apresenta grande potencial de promoção da saúde, pois ela por si só não apenas oferece um espaço seguro para a expressão de emoções e sentimentos, mas também atua como fonte de estimulação para os aspectos cognitivo, funcionalidade, socialização e o fortalecimento da identidade pessoal.

A relevância da arte como promotora de saúde, no contexto do bem-estar físico e principalmente mental da pessoa idosa se torna ainda mais evidente ao considerarmos as particularidades dessa fase da vida. O processo de envelhecimento, frequentemente, traz consigo questões como a perda de autonomia, o isolamento social, o luto e a necessidade de redefinição do papel social. Nessas circunstâncias, a arte pode oferecer não apenas alívio emocional, mas também um meio de reconexão com a comunidade por meio da intergeracionalidade e de revalorização do “eu” e assim construir um caminho para o envelhecimento ativo, tendo como base a harmonia existente entre os aspectos biopsicossociais e à integralidade da pessoa idosa dentro de

um contexto social, no qual é capaz de desenvolver suas potencialidades (Ferreira *et al.*, 2012).

Portanto, busca apontar os impactos da arte como promotora da saúde da pessoa idosa, em especial os aspectos mentais, junto às pessoas idosas do projeto de extensão Maturidade (En)Cena: Teatro e Promoção da Saúde na Terceira Idade, no período de setembro de 2023 a agosto de 2024, a partir de uma análise das atividades realizadas no decorrer da extensão universitária e discutindo como as práticas artísticas articuladas à saúde tem oportunizado outros modos de pensar, fazer e promover arte e saúde com a pessoa idosa de forma integral.

MÉTODO E MATERIAIS

Esta é uma pesquisa-ação de abordagem qualitativa realizada dentro do projeto de extensão Maturidade (En)Cena: Teatro e Promoção da Saúde na Terceira Idade, voltado a pessoas idosas da cidade de Palmas. A pesquisa-ação é uma “[...] pesquisa social, com base empírica, concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo” (Thiollent, 2011, p. 15). O desenvolvimento desta pesquisa se deu a partir das seguintes etapas: (1) revisão bibliográfica; (2) Estudo de campo: observação participante; elaboração e intervenções de educação em saúde; (3) entrevistas com pessoas idosas e extensionistas do projeto “Maturidade (En)Cena: Teatro e Promoção da Saúde na Terceira Idade”.

1-Revisão bibliográfica e consulta em base de dados

Para que fosse possível obter dados, foram utilizadas várias ferramentas e técnicas como o levantamento bibliográfico que tem por objetivo reunir artigos nas bases de dados online como Web of Science e National Library of Medicine (PubMed/Medline), Scientific Electronic Library Online (SciELO).

Nessas bibliotecas virtuais são inseridos termos relacionados às artes e saúde, como por exemplo: envelhecimento ativo, envelhecimento criativo e educação em saúde, fazendo uso de operadores booleanos (AND, OR e NOT) para filtrar os temas supracitados. Também, como bibliografia base para solidificar a argumentação teórica, estão sendo utilizados como fonte de conteúdo para embasar a pesquisa, documentos oficiais como a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS); Produtos diretos do projeto de extensão Maturidade (En)Cena: Teatro e Promoção da Saúde na Terceira Idade, como: artigos científicos (Souza, Miele e Silva, 2024), trabalhos de Conclusão de Curso (Souza, 2023), cartilha de artes e educação em saúde a partir de pesquisas de iniciação científica e extensão (Souza et al. 2024, capítulos de livro (GASCA et al. 2023).

2 - Estudo de campo.

O projeto de extensão Maturidade (En)Cena: Teatro e Promoção da Saúde na Terceira Idade, atualmente, 09/2024, conta com 17³ pessoas idosas e 01 colaborador que não possui idade superior a 60 anos. As oficinas para as pessoas idosas são semanais, às sextas-feiras, no intervalo entre 14h e 16h, abertas à todas às pessoas acima de 50 anos da cidade de Palmas. O projeto é coordenado por professoras dos cursos de Teatro e Medicina da UFT e envolve alunos dos dois cursos. As atividades acontecem no complexo laboratorial do Curso de Teatro no campus universitário de Palmas.

Dentro do projeto são realizadas atividades de concentração, respiração, foco e mobilidade que tem o objetivo promover a aplicação

das diversas formas de promoção de saúde aliadas ao teatro e avaliar o impacto dessas práticas na saúde mental da pessoa idosa. Durante a organização e planejamento, o pesquisador se coloca como participante direto conduzindo essas práticas e observando o impacto dessas intervenções integrativas. Assim, ao associar essas práticas com os seus benefícios, é possível mensurar o impacto que elas podem gerar à saúde da pessoa idosa. A partir da pesquisa de campo, foi realizada a implementação efetiva da abordagem de pesquisa-ação, integrando atividades de educação em saúde e práticas artísticas.

3. Entrevistas

A coleta de dados foi realizada de 01/03 a 30/06/2024, através de questionários semiestruturados com 7 pessoas idosas do projeto Maturidade (En)Cena: Teatro e Promoção da Saúde na Terceira Idade, objetivando avaliar a saúde e hábitos de vida. A metodologia envolveu encontros em duplas de extensionistas para garantir uma abordagem personalizada e precisa. Além de coletar informações sobre as condições de saúde, incluindo uso de medicamentos e avaliação cognitiva com o MEEM - miniexame de estado mental, também foi possível entender melhor as necessidades das pessoas idosas e aprimorar as atividades artísticas e de educação em saúde do projeto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1- Estudos acerca da intersecção entre artes e saúde

Artes e saúde podem possuir, de maneira geral, linhas de raciocínio, estrutura e propósito social diferentes. Contudo, ao se

investigar a interação entre essas ciências, no que diz respeito à construção de uma qualidade de vida melhor, é possível notar que o “fazer artístico” contribui na promoção da saúde.

Na perspectiva da pessoa idosa, observa-se que essa parcela da população está crescendo em todo o mundo, de forma acelerada, nas últimas décadas (Souza *et al.*, 2024). No Brasil, segundo o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de 2022, o número de pessoas com 65 anos ou mais chegou a 22,2 milhões, representando 10,9% da população brasileira, a maior proporção desde 1980 (IBGE, 2023). Em 2018, esse número correspondia a 14,1 milhões (IBGE, 2023). Esse crescimento expressivo da população idosa traz consigo a necessidade de atenção especial às suas demandas, especialmente no âmbito da saúde (Souza *et al.*, 2024).

Trazendo essa perspectiva para um contexto mais regionalizado, o estado do Tocantins, localizado na Região Norte do Brasil, apresenta um perfil demográfico que reflete algumas das tendências nacionais, mas com características próprias. De acordo com dados mais recentes do IBGE, o Tocantins tem uma proporção menor de pessoas idosas em comparação com a média nacional. Em 2022, a população que compreendia o grupo de indivíduos com 60 anos ou mais, representava cerca de 12% do total estadual (1.511.460). Esse valor é menor do que a média nacional, o que pode ser atribuído a fatores como a menor longevidade, taxas de natalidade relativamente mais altas na região e fatores socioculturais da região e pode revelar uma maior necessidade de cuidado para essa parcela da população (IBGE, 2023).

A Década do Envelhecimento Saudável nas Américas (2021-2030), declarada pela Organização das Nações Unidas (ONU), é uma importante iniciativa global que busca reunir esforços para melhorar a vida das pessoas idosas, suas famílias e comunidades, promovendo o envelhecimento saudável (OMS, 2024).

Sob essa perspectiva, pode-se trazer a análise do conteúdo trazido pela OMS como forma demonstrar esses impactos. As artes

podem influenciar positivamente a saúde mental da pessoa idosa, principalmente quando analisadas à luz das quatro áreas de atuação da "Década do Envelhecimento Saudável". Essas áreas tratam de mudar a percepção sobre o envelhecimento, promover comunidades inclusivas, integrar serviços de saúde centrados na pessoa e garantir o acesso a cuidados de longo prazo, proporcionam uma base sólida para entender como as práticas artísticas podem transformar a vida dos idosos.

A primeira alteração proposta pela OMS se refere ao desafio de mudar a forma como pensamos, sentimos e agimos em relação à idade e ao envelhecimento que pode ser enfrentado por meio das artes. As atividades artísticas, como o teatro, podem combater estereótipos e preconceitos relacionados ao envelhecimento (Epstein *et al.*, 2021). Através dessa área de ação, podemos observar o potencial significativo da arte como promotora da saúde e o bem-estar mental, particularmente entre a população idosa, dentro e fora da universidade, corroborando até mesmo com as atividades em comunidade, sejam elas em Centros de Referência de Assistência Social, parques ou quaisquer outros espaços públicos como forma de democratizar o acesso à cultura (Epstein *et al.*, 2021). Essa relação é mediada por diversos mecanismos que abrangem desde a expressão emocional até a estimulação cognitiva, a interação social e a construção de significado na vida (Epstein *et al.*, 2021).

Mas a questão central que merece argumentação sólida é: *"Como as artes podem impactar na saúde mental da pessoa idosa?"*. Primeiramente, as atividades artísticas oferecem uma via para a expressão de sentimentos e emoções que podem ser difíceis de verbalizar. Participar dessas atividades pode ajudar a reduzir o estresse, a ansiedade e a depressão, proporcionando um meio saudável de lidar com emoções negativas (Jardim *et al.*, 2020). Além disso, os autores reforçam que a prática de atividades artísticas estimula diversas áreas do cérebro, promovendo a cognição e a

memória. Adicionalmente, enfatizam que para as pessoas idosas, isso pode significar um retardamento do declínio cognitivo associado ao envelhecimento, uma vez que a criação e a apreciação de arte requerem atenção, planejamento, coordenação motora e resolução de problemas, habilidades essenciais para a manutenção da saúde mental.

Ademais, envolver-se em projetos artísticos comunitários ou em grupos de artes pode aumentar a interação social e reduzir a solidão, um fator de risco significativo para problemas de saúde mental entre as pessoas idosas (Jardim *et al.*, 2020). A socialização proporcionada por essas atividades fortalece os laços sociais e promove um senso de pertencimento e comunidade. De maneira complementar, a arte permite que as pessoas idosas se engajem em atividades significativas, contribuindo para um senso de propósito e identidade (Epstein *et al.*, 2021). Portanto, através do engajamento em práticas artísticas, os indivíduos ativam processos cognitivos essenciais, como memória, atenção e a resolução de problemas, o que contribui para a reabilitação e o bem-estar geral (Souza *et al.*, 2024). Dessa maneira, a arte não apenas enriquece a vida das pessoas idosas, mas também desempenha um papel vital na manutenção e promoção da saúde mental e cognitiva.

Além disso, atividades teatrais, como aquelas desenvolvidas no projeto Maturidade (En)Cena: Teatro e Promoção da Saúde na Terceira Idade, envolve os participantes em improvisações e trabalhos coletivos, promovendo a expressão e criatividade, fundamentais para a saúde mental. O processo de criação de roteiros e a produção de espetáculos permitem a escuta ativa das trajetórias pessoais, fortalecendo a autonomia e a qualidade de vida das pessoas idosas.

2- Condições de Saúde e hábitos de vida: um perfil do projeto de extensão Maturidade (En)Cena: Teatro e Promoção da Saúde na Terceira Idade

A partir do embasamento teórico, fundamentado em toda a bibliografia buscada nas bases de dados descritas conforme o planejamento metodológico, podemos então imaginar o poder de impacto da intersecção entre artes e saúde, principalmente na condição mental da pessoa idosa. Dessa maneira, associar a literatura encontrada com o papel do atual projeto de extensão Maturidade (En)Cena: Teatro e Promoção de Saúde na Terceira Idade, descrevendo os meios utilizados e o resultado encontrado a partir das práticas de educação em saúde que utilizam o modelo biopsicossocial como foco, mas se apoiam em alternativas como arte, teatro e música nos traz uma noção dos frutos provenientes dos diversos encontros.

O propósito deste trabalho é obter a proposta de investigações de práticas que articulem as artes e a saúde, com o intuito de desenvolver atividades integradas de proteção e promoção da saúde, para a manutenção do envelhecimento ativo que pode ser contemplado pela garantia descritas na Lei Federal de nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da pessoa Idosa), já que as atividades de educação em saúde assim como também as práticas artísticas tem a sua importância e apresentam fins comuns àqueles que garantem condições de vida digna.

Essa abordagem interdisciplinar utilizada pelo programa, dentro e fora dos muros da universidade foi capaz de promover não apenas o bem-estar físico, mas também o emocional e social das pessoas idosas, contribuindo significativamente para um envelhecimento ativo e criativo. A integração das artes em práticas de saúde oferece um campo fértil para a expressão individual, o estímulo da criatividade e o fortalecimento das habilidades cognitivas e motoras, aspectos fundamentais para a manutenção da qualidade de vida na terceira idade.

Observa-se tais práticas têm o potencial de fomentar políticas públicas mais inclusivas e direcionadas às necessidades específicas da população idosa, que cresce rapidamente no Brasil e no mundo (OMS, 2024), inclusões essas que foram realizadas durante a vigência do estudo e serão descritas ao longo dos resultados deste trabalho. Portanto, a pesquisa e implementação de ações extensionistas nessa área não só valorizam a cultura por meio da arte e música, como promotora de transformação social, mas também abrem caminhos para novas formas de intervenção na saúde, capazes de promover autonomia, autoestima e um sentido renovado de propósito na vida das pessoas idosas.

Os resultados obtidos no estudo, são provenientes dos procedimentos de pesquisa citados nos métodos e materiais citados anteriormente: pesquisa bibliográfica; pesquisa-ação e entrevistas. Ressalta-se ainda, que a partir do embasamento das teorias dos estudos supracitados, foram planejados e realizados atividades semanalmente (sextas-feiras), com o objetivo de promover educação em saúde, através de práticas de desenvolvimento motor e cognitivo, além de promover a socialização e a intergeracionalidade entre as pessoas idosas e os extensionistas. Ademais, foram realizados encontros para que as pessoas idosas sejam capazes de oferecer sua perspectiva e contribuir para o aprimoramento das atividades propostas e o desenvolvimento de novas formas de abordagem, como discutido anteriormente.

A participação em atividades artísticas, como o teatro, pode estimular a criatividade, melhorar a autoestima e promover a expressão emocional, depressão e ansiedade, que são problemas comuns entre as pessoas idosas, se apresentando como a faixa etária com maior proporção (13,2%) segundo Pesquisa Nacional de Saúde (Ministério da Saúde, 2020). Esses dados podem ser observados na prática através dos depoimentos retirados do questionário utilizado como instrumento de pesquisa, no ano de 2024:

De acordo com a idosa participante do projeto M.A.D.S⁴, 72 anos, sobre os motivos de ingresso no projeto e o impacto deste em sua condição de saúde: *"Porque fiquei viúva, e vim para Palmas, ai minha filha R.P.S⁵ me trouxe para o teatro, cheguei aqui muito tímida no primeiro dia, mas eu estava muito triste e depressiva por conta de ter ficado viúva. Mas o teatro me ajudou muito a superar a situação".*

M.F.R⁶, 66 anos, relata durante a entrevista fala sobre o impacto do teatro em sua vida e afirmou ter passado por "momentos de ansiedade". *"sim, auxilia né, porque a gentes entrete né? interage com as pessoas e com a dramaturgia né?"*

Outros relatos acerca do sentimento de tristeza foram observados nos resultados, mostrando os impactos das práticas artísticas na saúde mental da pessoa idosa:

"Sim, ajuda na transformação, para viver melhor, seguir em frente, esperança" (D.C. S⁷, 64) *Ajuda, pois ajuda a esquecer dos problemas* (M.F.S⁸, 66 anos) *Ajuda a expressar e lidar com a tristeza.* (M.L.S.D⁹, 72 anos) *Melhora quando estou triste* (M.C. J¹⁰, 77 anos)

Portanto, o teatro, como uma prática integradora, proporciona um espaço onde as pessoas idosas podem expressar suas emoções, recontar suas histórias e resgatar memórias significativas. A participação em atividades teatrais estimula a criatividade, a socialização e a autoestima, elementos cruciais para a manutenção da saúde mental. Esse aspecto é particularmente importante, pois a solidão e o isolamento social são fatores de risco significativos para a depressão. Por conseguinte, o teatro pode oferecer uma rede de apoio social e emocional.

3- Avaliação das atividades educativas.

A implementação de práticas como o teatro e a música no cuidado com as pessoas idosas pode trazer resultados notavelmente positivos (redução dos sintomas de depressão e ansiedade, a melhora das funções cognitivas e a maior integração social dos participantes), como visto nos depoimentos supracitados. Essas práticas proporcionam uma abordagem holística, que vê a pessoa idosa como um ser integral, cuja saúde mental é influenciada por uma série de fatores emocionais, sociais e culturais.

Por exemplo, os exercícios físicos supervisionados/acompanhados pelos extensionistas são bem aceitos pelas pessoas idosas que dizem se sentir melhor e até mesmo comentam realizar tais atividades em casa. Algumas pessoas idosas apresentam certa limitação ao realizar os exercícios de mobilidade, como agachamentos, por exemplo, devido ao envelhecimento fisiológico do corpo. Contudo, os participantes são sempre muito bem receptivos à proposição de práticas que exigem certo grau de movimento corporal. É possível observar que ao realizar a flexão de joelho de maneira mais acentuada, muitos deles precisam de intervalos maiores para realizar as demais seções da atividade.

Quando as pessoas idosas foram submetidas a atividades que trabalham a memória e a cognição, demonstraram certa dificuldade inicial em entender atividades como o “jogo do CS composto”, exercício em que o primeiro participante deve escolher uma palavra aleatória que não comece com a letra C ou S. Após escolher, ele deve dizer essa palavra em voz alta e, em seguida, apontar aleatoriamente para outro participante. O participante escolhido precisa, o mais rápido possível, dizer uma palavra relacionada à anterior, também evitando que ela comece com “C” ou “S”. Cada participante terá a oportunidade de falar uma vez, até que o ciclo se encerre.

Essa atividade é projetada para estimular a velocidade de raciocínio e a capacidade de resolução de desafios. Apesar desses entraves, como o objetivo das atividades é a educação em saúde de maneira longitudinal, com a repetição dessa atividade em outros encontros, as pessoas idosas começaram a ter uma melhor resposta no tempo e no repertório das palavras, obedecendo os critérios propostos pela atividade, o que mostra a importância da educação em saúde por meio da evolução e do *feedback* dos participantes.

Outro jogo importante com esse propósito é a adaptação de uma proposta do teatrólogo brasileiro Augusto Boal¹¹, que os participantes, em duplas (conforme imagem 01), dirigem números e assim, em sequência os vão alternando esses números de maneira ágil até que se complete a quantidade de número pré-estabelecidos pelo guia da atividade proposta. Esses números podem ser trocados por palavras, ou até mesmo misturados a elas. Os números, por vezes, dentro do programa, eram misturados a palavras. Durante essa atividade, a agilidade de pensamento e abertura frente ao outro, por parte das pessoas idosas, foi bastante positiva. Assim que todos entenderam a dinâmica do exercício, tiveram facilidade para alternar entre os números e letras, demonstrando uma expertise e agilidade do raciocínio.

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)



Imagem 1 - Extensionista e idosa do projeto realizando o jogo de números e palavras em um dos encontros do projeto. Arquivo do projeto. Ano: 2024.

As atividades relacionadas à condição e coordenação motora por parte das pessoas idosas, tiveram um ótimo aproveitamento. Foi possível observar de forma clara, que ao serem dadas as instruções a respeito de como funcionaria a dinâmica, eles imediatamente ficavam alertas e já se preparavam para o que estava por vir.

Durante a atividade denominada “marcha no lugar” que consiste em exercício de “Marcha no Lugar” que objetiva simular o movimento de caminhar sem sair do lugar, levantando alternadamente os joelhos em um ritmo constante. Para realizar esse exercício, a pessoa idosa deve permanecer em pé, com a coluna ereta e os pés alinhados com os ombros. Em seguida, deve levantar um joelho até a altura do quadril ou o mais alto que conseguir de forma confortável, mantendo o pé relaxado. Após baixar o joelho, o outro deve ser elevado de forma semelhante, como se estivesse caminhando. Os braços podem se mover alternadamente com as pernas, como em uma marcha natural, o que ajuda a manter o equilíbrio e o ritmo do movimento.

Esse exercício é benéfico para melhorar a coordenação motora, fortalecer os músculos das pernas e do core (centro do corpo), além de auxiliar na manutenção do equilíbrio e da mobilidade (Silva *et al.*, 2008). Assim que iniciada a dinâmica, as pessoas idosas rapidamente se acomodaram à maneira de realizá-lo e até mesmo elaboraram “esquemas” para que a realização da atividade se tornasse mais fácil, ajudando assim na alternância entre os movimentos dos membros inferiores e superiores, demonstrando assim uma boa coordenação motora.

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)



Imagem 2 - Extensionista e Idoso do Projeto em atividade em dupla durante encontro do projeto de extensão. Arquivo do projeto de extensão. Ano: 2024

Outras atividades desenvolvidas dentro do projeto contribuem para reforçar a interação, recepcionar novos participantes, descontrair o ambiente, promover a intergeracionalidade e iniciar os encontros em um ambiente mais harmônico. Na imagem 02 é possível observar a intergeracionalidade, momento de troca de conhecimentos e saberes entre uma pessoa idosa e uma extensionista. Podemos observar que todas as atividades realizadas têm um objetivo de contribuir para a saúde mental de forma integral, desde os aspectos físicos, a memória e cognição, e a interação social e o diálogo entre as diferentes gerações que compõem o grupo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, o estudo realizado no projeto de extensão Maturidade (En)Cena: Teatro e Promoção da Saúde na Terceira Idade demonstrou a contribuição das práticas artísticas, como teatro, nas condições de saúde mental da pessoa idosa. Essas abordagens possuem impactos complementares aos tratamentos convencionais, promovendo a saúde mental por meio da expressão, socialização e fortalecimento de vínculos sociais. O projeto integra arte, saúde e educação, proporcionando maior autonomia, autoestima e qualidade de vida às pessoas idosas, além de atuar como uma forma eficaz de educação em saúde.

A abordagem intergeracional, que envolve troca de saberes entre extensionistas e as pessoas idosas, foi essencial para o êxito das atividades. Essa demonstração de como as práticas artísticas servem, por si só, como promotoras, continuadoras e ampliadoras da saúde, é fundamental para sociedade ao passo que valoriza o envelhecimento como uma fase rica em oportunidades.

Por fim, destacamos que esta pesquisa permanece em continuidade, tendo sido renovada no ciclo PIBIC 2024-2024-2025 e por isso, os dados apresentados aqui ainda serão aprofundados e ampliados para uma melhor discussão e contribuições à área de estudo e as ações que privilegiam as práticas que articulam a interdisciplinaridade no ensino, pesquisa e extensão.

AGRADECIMENTOS

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

"O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil."

Gostaríamos também de expressar nossa gratidão:

Àqueles que fazem parte do programa Maturidade (En)Cena: Teatro e Promoção da Saúde na Terceira idade, incluindo os indivíduos da terceira idade envolvidos e os colaboradores da iniciativa. À Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da Universidade Federal do Tocantins.

À Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários da Universidade Federal do Tocantins.

REFERÊNCIAS

³ Desses 17 participantes, 03 ingressaram nos meses de agosto e setembro de 2024. Duas estavam afastadas por problemas de saúde no período da pesquisa e retornaram no mês de agosto. Por isso não participaram na época da pesquisa. Uma não respondeu à pesquisa, pois não compareceu no dia agendado para a entrevista, sendo assim, irá responder junto aos novos participantes e seus dados serão analisados no novo ciclo.

⁴ M.A.D.S: pessoa idosa participante do projeto de Extensão Maturidade (En)Cena: Teatro e Promoção da Saúde na Terceira Idade.

⁵ R.P.S: Possui relação de parentesco como filha de M.A.D.S.

⁶ M.F.R: pessoa idosa participante do projeto de Extensão Maturidade (En)Cena: Teatro e Promoção da Saúde na Terceira Idade

⁷ D.C. S: pessoa idosa participante do projeto de Extensão Maturidade (En)Cena: Teatro e Promoção da Saúde na Terceira Idade

⁸ M.F.S: pessoa idosa participante do projeto de Extensão Maturidade (En)Cena: Teatro e Promoção da Saúde na Terceira Idade

⁹ M.L.S.D: pessoa idosa participante do projeto de Extensão Maturidade (En)Cena: Teatro e Promoção da Saúde na Terceira Idade

¹⁰ M.C. J: pessoa idosa participante do projeto de Extensão Maturidade (En)Cena: Teatro e Promoção da Saúde na Terceira Idade

¹¹ Jogo: 1, 2, 3 de Bradford presente no livro: Jogos e Exercícios para Atores e Não Atores (BOAL, 2008)

BOAL, Augusto. **Jogos para atores e não-atores**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

EPSTEIN et al. Leveraging Arts for Justice, Equity, and Public Health: The Skywatchers Program and Its Implications for Community-Based Health Promotion Practice and Research. *Health Promotion Practice*, v. 22, n. 1_suppl, p. 91S100S, mai. 2021.

FERREIRA, Olívia et al. **Envelhecimento Ativo e sua relação com a independência funcional**. Florianópolis, 2012.

GASCA, Hanna.S. et al. Práticas artísticas na promoção do envelhecimento ativo e saudável. In. PINEDA, C. COSTA, S. M.M. ROIG, R. MARTINS, S. (org.). **Políticas públicas sobre el envejecimiento**. Viçosa, MG: UFV, IPPDS, p. 101-111, 2023.

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

IBGE. Censo: número de idosos no Brasil cresceu 57,4% em 12 anos. Secretaria de Comunicação Social. Brasil, 27 out. 2023.

Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/10/censo-2022-numero-de-idosos-na-populacao-do-pais-cresceu-57-4-em-12-anos>. Acesso em: 11 set. 2024.

JARDIM et al. Contribuições da arteterapia para promoção da saúde e qualidade de vida da pessoa idosa. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, v. 23, n. 4, 2020. IDOSO

Ministério da Saúde. Pesquisa nacional de saúde : 2019 : percepção do estado de saúde, estilos de vida, doenças crônicas e saúde bucal : Brasil e grandes regiões / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento, [Ministério da Saúde]. Rio de Janeiro, IBGE, 2020.

OMS, 2024. Década de Envejecimiento Saludable (2021-2030). Disponível em:

<<https://www.who.int/es/initiatives/decade-of-healthy-ageing>. 10 de ago. 2024.

SILVA et al. Equilíbrio, coordenação e agilidade de idosos submetidos à prática de exercícios físicos resistidos. Revista Brasileira de Medicina do Esporte, v. 14, n. 2, p. 88–93, abr. 2008.

SOUZA, Jádyla et al. Práticas Integrativas de Promoção de Saúde para a Pessoa Idosa. Editora Veloso: Gurupi - TO, 2024.

SOUZA, Jádyla Patrícia Milhomem de; MIELE, Maria Sortênia Alves Guimarães; SILVA, Renata Patricia. Práticas artísticas e Envelhecimento Ativo: um estudo das ações extensionistas do projeto Maturidade (En)Cena: Teatro e Promoção da Saúde na Terceira Idade. DESAFIOS -

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE
INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins, [S. l.], v. 11, n. 3, 2024. DOI: 10.20873/2024_v3_22.

SOUZA, Jádyla Patrícia Milhomem. Envelhecimento (En)Cena. Monografia – Curso de Licenciatura em Teatro – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2023.

THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Capítulo 5

LEITURAS SÓCIO-ESPACIAIS EM RUAS COMERCIAIS EM PALMAS/TO

Maria Eduarda Santana de Araujo Souza ¹
Roberto de Almeida Bottura ²

RESUMO

As ruas comerciais vão além de corredores de comércio sendo fundamentais para relações sociais, culturais e econômicas que ocorrem na interação do tecido urbano. Esta pesquisa tem como objetivo analisar, a partir de parâmetros como: segurança, acessibilidade, iluminação, mobiliário urbano as ruas comerciais da cidade de Palmas/TO e compreender como os aspectos da configuração urbana e percepção dos usuários influenciam a diversidade urbana, urbanidade e convivialidade do local. Esses elementos servem como base para processos de planejamento, projeto e gestão das ruas comerciais, que, enquanto pontos nodais, favorecem a permanência das pessoas e a vitalidade urbana. A metodologia adotada é de caráter qualitativo, focada na análise de dados físicos, perceptíveis e comportamentais, de forma a fornecer subsídios para a criação de espaços públicos mais inclusivos, seguros e acolhedores. Esses ambientes devem promover o bem-estar e a qualidade de vida dos usuários, contribuindo para o cumprimento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 11 da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, que busca desenvolver cidades mais sustentáveis e resilientes.

Palavras-chave: Dinâmicas; Urbanidade; Convivialidade.

¹ Graduanda em Arquitetura e urbanismo, Pibic/ Cnpq, Universidade Federal do Tocantins, eduarda.santana@mail.uft.edu.br.

² Doutor em Arquitetura e Urbanismo, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Tocantins, roberto.bottura@mail.uft.edu.br.

INTRODUÇÃO

Na busca por um desenvolvimento sustentável e equitativo, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU), propõe 17 objetivos. Dentre eles, destaca-se o objetivo 11 – “Cidades e Comunidades Sustentáveis, que orienta tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e Sustentáveis”. Esta meta anseia em transformar as cidades em ambientes mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis até 2030 (ONU, 2019).

Sob essa perspectiva, este estudo foca nas avenidas comerciais de Palmas como ponto de partida para promover espaços públicos mais seguros, inclusivos e resilientes. As ruas comerciais não são meros corredores de comércio; elas desempenham um papel crucial na estrutura urbana, onde as atividades econômicas, sociais e culturais se entrelaçam. Com seu intenso fluxo de pessoas e mercadorias, essas ruas contribuem para a interação e o dinamismo urbano, favorecendo a vitalidade das cidades (VARGAS, 2008). Além disso, funcionam como locais privilegiados para encontros, promovendo trocas materiais e imateriais que fortalecem a vida urbana, incentivam a diversidade e estimulam a convivialidade.

A cidade de Palmas, do estado do Tocantins, notável por ser a última capital planejada do Brasil, projeta o plano básico/memória, enfatizando a consciência social e ecológica que refletiria nos traçados simples e espaço integrados com a natural, além do desejo de construir um sonho “um tipo de sonho: ecológico e humanístico” (GRUPO QUATRO, 1989a). No entanto, na prática, esses ideais permanecem apenas no campo das ideias, em vez de se tornar uma cidade com ruas tranquilas e espaços integrados com a natureza, Palmas se desenvolveu de forma segregada, dispersa e priorizando o tráfego de veículos em detrimento de espaços caminháveis. Com clima quente, a falta de arborização e de calçadas adequadas para pedestres

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

contribui para uma cidade pouco acolhedora, caminhavam e vitalidade quase inexistente.

A Implantação se baseou em modelo intencional de ocupação segregada e territorialização urbana acima da demanda necessária, que atendia especialmente a interesses políticos e imobiliários. Isso foi possível constatar nos relatórios do diagnóstico do Plano-Diretor Municipal de 2007, que mostrou a "dispersão urbana" da cidade como foco principal para a existência dos vazios urbanos, com reflexos diretos na infraestrutura, no transporte coletivo urbano, entre outras áreas da gestão pública municipal (BAZZOLI, 2019, p.11).

Esses aspectos tornam-se mais evidentes ao analisarmos as ruas comerciais de Palmas, que se destacam por sua potencialidade devido ao fluxo intenso de pessoas. No entanto, muitas dessas ruas foram construídas e planejadas como espaços de transitoriedade, em vez de espaços que favorecem a permanência. Essa percepção é corroborada por BORTTURA (2022) que observa que o traçado e o arranjo das funções em Palmas resultaram em uma "tediosa quadrícula cartesiana", na qual a falta de usos combinados e a monotonia da repetição, além da priorização do transporte motorizado individual, moldaram um ambiente urbano oposto ao desejado. O autor destaca que essa dinâmica no setor terciário revela uma "interessante liminaridade", pois são as atividades de comércio e serviços que potencializam as diversidades urbanas, urbanidade e convivialidade.

O recorte geográfico desta pesquisa abrange as ruas comerciais das quadras 406 Norte e 506 Norte, conhecidas popularmente como Palmas Brasil Norte, e das quadras 606 Sul e 706 Sul, denominadas Palmas Brasil Sul. A escolha dessas localidades se justifica por serem áreas comerciais criadas por decreto, situadas fora do centro projetado da cidade e atualmente reconhecidas como eixos gastronômicos pela população.

Nesse cenário, o objetivo central da pesquisa é explorar, sob a perspectiva da convivialidade, quão acolhedoras essas ruas se

mostram para seus usuários, independentemente de gênero, e verificar se promove encontros, permanência e urbanidade. Como parâmetros, foram definidos critérios de observação para avaliar aspectos diretamente relacionados à qualidade das ruas para os frequentadores, como:

- Acessibilidade: presença de rampas, calçadas largas e desobstruídas, além de sinalização adequada que favoreça o acesso universal;
- Iluminação: avaliação da iluminação pública em relação ao conforto e à segurança proporcionados;
- Mobiliário urbano: verificação da presença de bancos, lixeiras, árvores e áreas de lazer que incentivem a permanência;
- Segurança: percepção sobre a segurança nas áreas em questão;
- Diversidade de usos: análise da variedade de atividades comerciais que atraem diferentes grupos sociais.

Esses elementos foram essenciais para orientar a pesquisa e fundamentar as perguntas aplicadas nos questionários. A partir disso, busca-se responder questões centrais como: De que forma esses elementos contribuem para promover vitalidade urbana, segurança, inclusão, resiliência e acessibilidade? Como a configuração urbana das ruas comerciais influencia as experiências dos usuários? Dessa forma, os dados produzidos possibilitam uma leitura socioespacial das avenidas estudadas, enriquecendo o entendimento sobre as interações sociais nesses espaços comerciais.

Esses resultados são exclusivos e fornecem informações que poderão orientar políticas públicas e práticas projetuais, especialmente considerando que tais dados não estão disponíveis na Prefeitura.

MÉTODO E MATERIAIS

Este estudo adota uma abordagem qualitativa para analisar as percepções e comportamentos dos usuários das ruas comerciais estudadas, utilizando entrevistas e observações no local. Conforme cronograma proposto no plano de trabalho, a metodologia foi estruturada em dois níveis: Nível 1 teoria e discursão de conceitos e Nível 2 trabalhos de campo.

Teoria e discursão de conceitos

Nesta fase, foram realizadas leituras e análises detalhadas do material bibliográfico, com o intuito de compreender conceitos fundamentais que norteiam as leituras socioespaciais das ruas comerciais. Entre os temas explorados, destacam-se a urbanidade, que se refere à qualidade da vida urbana e às interações sociais que ocorrem no espaço público; a relação entre espaço público e mulheres, que investiga como as mulheres vivenciam e se apropriam desses espaços; o impacto do comércio na configuração da cidade, que analisa como as atividades comerciais moldam o ambiente urbano; os princípios da Agenda 2030, que promovem um desenvolvimento sustentável e inclusivo; e a noção de convivialidade urbana, que enfatiza a importância das relações sociais harmoniosas em contextos urbanos. O conhecimento teórico adquirido ao longo dessa etapa foi essencial para orientar e contextualizar a prática durante o trabalho de campo, permitindo identificar e analisar as dinâmicas sociais e espaciais presentes no ambiente estudado.

Trabalho de campo

Ocorreram visitas no local para levantamentos de dados a partir dos parâmetros como: acessibilidade, iluminação, mobiliário urbano, comércio local e segurança. A partir disso, foram desenvolvidas as seguintes etapas:

Mapeamento do Uso do Solo: Levantamento das ruas comerciais selecionadas, incluindo uma observação sistemática dos usos e atividades formais e informais. Isso envolveu um levantamento cadastral, análise do entorno e caracterização dos permissionários.

1. Levantamento Físico: Mapeamento das características espaciais das ruas comerciais, contemplando o tipo de rua, calçadas, fachadas, tipologias edilícias, vegetação, mobiliário urbano e barreiras que afetam a permeabilidade e a acessibilidade.
2. Análise Comportamental dos Usuários: Avaliação do perfil demográfico (idade, gênero, cor/raça) dos usuários e a presença de diferentes grupos sociais. Essa etapa incluiu observações sistemáticas realizadas por meio de caminhadas, com contagem e registro fotográfico, e vídeos.
3. Preferências e Experiências dos Usuários: Coleta de dados através da aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas para entender as preferências e experiências individuais dos usuários em relação ao espaço urbano.

Com base na metodologia adotada, os resultados foram organizados em dois eixos principais: levantamento físico e percepções dos usuários, obtidos a partir das visitas e questionários ³aplicados nas duas ruas comerciais estudadas, uma na região Sul e outra na região Norte. Apesar de ambas as avenidas apresentarem um predomínio de estabelecimentos voltados à alimentação (restaurantes, bares e lanchonetes), uma análise especializada revela que cada uma delas apresenta características distintas em termos de configuração e apropriação espacial além de perfis dos usuários.

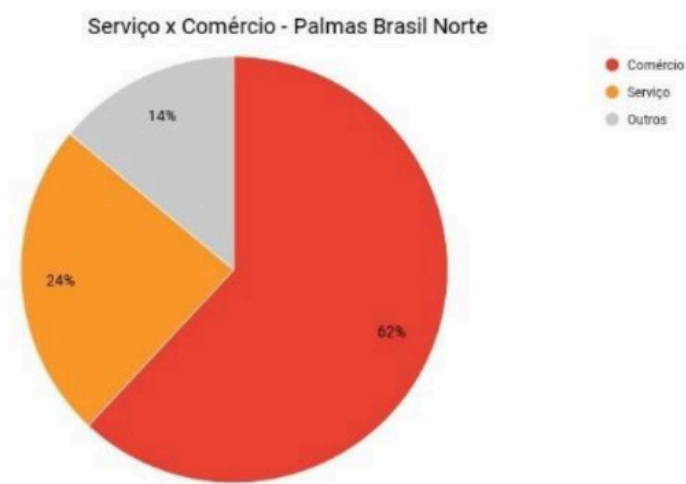
Levantamento físico

Os mapas e as representações bidimensionais foram elaborados com intuito de especializar os principais parâmetros da pesquisa e como isso contribui (ou não) para a convivialidade, permanência e a qualidade do ambiente urbano. O mapeamento do uso do solo das avenidas Palmas Brasil Norte e Palmas Brasil Sul revelou que ambas estão classificadas no zoneamento ACSV – Área de Comércio e Serviço Vicinal, de acordo com a Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei Nº 386, de 17 de fevereiro de 1993). No entanto, cada uma apresenta particularidades na tipologia dos usos e permeabilidade, o que revela características socioespaciais distintas em cada localidade.

Na avenida Palmas Brasil Norte, observa-se uma predominância de áreas comerciais (62%), serviços (24%), enquanto os restantes (14%) são residências e edifícios cujo uso não pode ser identificado.

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

Figura 1 – Relação Serviço e comércio da Palmas Brasil Norte



Fonte: Autoria própria, 2023

Além disso, o mapa (Figura 2) destaca aspectos importantes relacionados à carência de mobiliário urbano, à acessibilidade e à falta de vegetação adequada, questões frequentemente mencionadas pelos usuários nas entrevistas. Observou-se também a presença de Áreas de Preservação Municipal (APM), que estão subutilizadas. A análise da permeabilidade visual (Figura 3) revelou que muitos estabelecimentos apresentam características que dificultam a conexão entre o ambiente interno e o externo. Elementos como portas opacas, grades e objetos obstruindo as calçadas limitam a transparência e a interação com a rua, resultando em uma significativa falta de envolvimento entre os frequentadores e os espaços comerciais.

Figura 2 – Mapa síntese

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)



Fonte: Autoria própria, 2023.

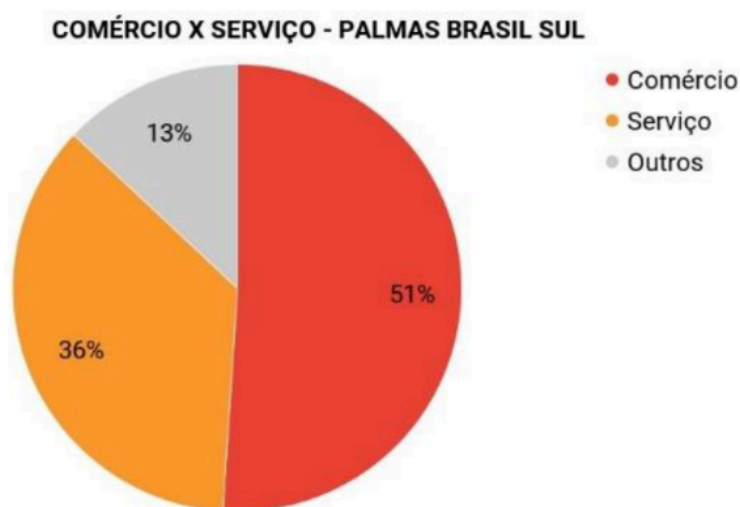
Figura 3 – Fachada de permeabilidade da Av. Palmas Brasil Norte



Fonte: Autoria própria, 2024.

Na classificação do uso do solo em Palmas Brasil Sul, destaca-se uma predominância de áreas comerciais (51%) e de serviços (36%), enquanto os 13% restantes são destinados a outros usos.

Figura 4 – Relação Serviço e comércio da Palmas Brasil Norte



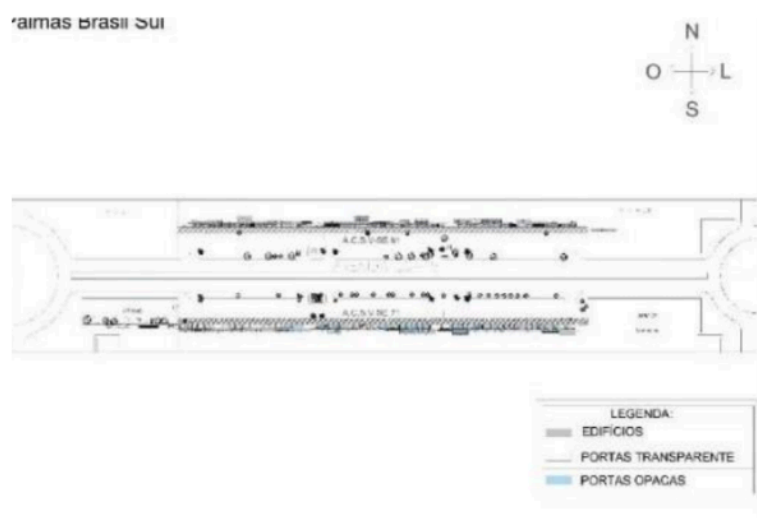
Fonte: Autoria própria, 2024.

O mapa (Figura 6) ilustra esses diferentes usos e localiza uma barreira visual, conhecida como “escorregador de lagartixa”, que dificulta a permeabilidade do espaço. A presença escassa de mobiliário urbano e a vegetação mais abundante, devido à consolidação das áreas, proporcionam um ambiente mais agradável. As Áreas de Preservação Municipal (APM) incluem quadras esportivas que, infelizmente, estão abandonadas e em condições precárias, o que limita seu uso efetivo pela comunidade. As calçadas apresentam piso tátil em algumas partes, mas estão danificadas e desniveladas, comprometendo a acessibilidade para pedestres. No entanto, há

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

potencial nas passagens que conectam a frente principal aos fundos das quadras, permitindo uma maior integração entre os comércios localizados em ambos os lados da rua. Essa conectividade poderia ser explorada para fomentar um ambiente mais dinâmico e acessível.

Figura 5 – Fachada de permeabilidade da Av. Palmas Brasil Norte



Fonte: Autoria própria, 2024.

Figura 6 – Mapa síntese

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE
INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)



Fonte: Autoria própria, 2024.

Percepções dos usuários

A realização de registros de experiências por meio dos questionários permitiu a análise dos perfis distintos e percepções das características físicas . Foram realizadas 80 entrevistas, sendo 41 na região sul e 39 na região norte.

Quanto ao perfil dos entrevistados da avenida Norte, 62,5% eram do sexo feminino e 37,5% do sexo masculino. A maior parte dos participantes tinha entre 20 e 59 anos (84,2%), enquanto 10,5% estavam na faixa etária de 15 a 29 anos, e 5,3% estavam em outras faixas etárias. Em relação à autodeclaração de cor ou raça, 52,5% se identificaram como pardos, 22,5% como negros, 20% como brancos, e 5% não declararam sua cor ou raça. A maioria dos participantes tinha ensino médio completo (42,5%), enquanto 17,5% haviam completado o ensino superior.

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

Esses dados sugerem que o perfil dos entrevistados é diversificado e não elitista, refletindo uma amostra representativa da população em termos de gênero, faixa etária, cor/raça e nível educacional

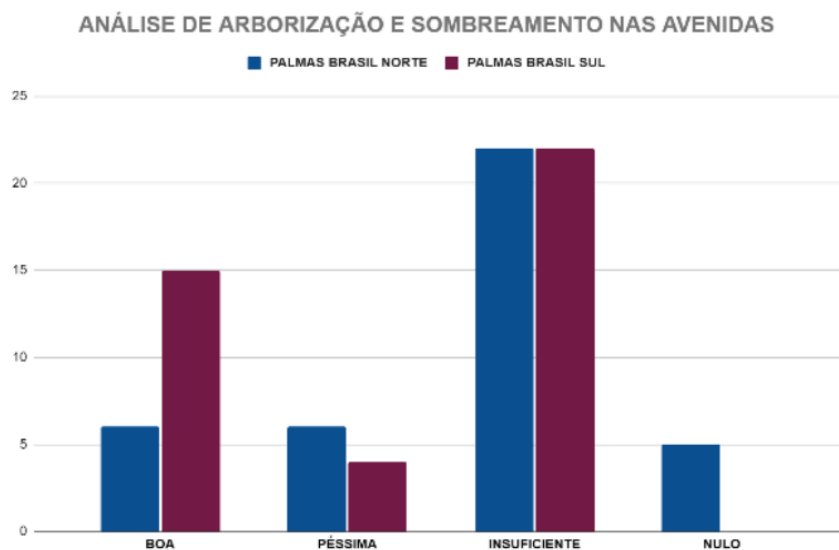
Entre os entrevistados da avenida sul, 51,2% eram do sexo feminino e 48,8% do sexo masculino. A maioria estava na faixa etária de 20 a 59 anos (84,2%), enquanto 10,5% tinham entre 15 e 29 anos e 5,3% estavam em outras faixas etárias. Quanto à autodeclaração de cor ou raça, 47,5% se identificaram como pardos, 22,5% como negros, 22,5% como brancos, 7% como amarelos e 5% não forneceram essa informação. Em termos de escolaridade, 24,8% dos entrevistados tinham ensino médio completo, e 26,8% haviam concluído o ensino superior.

Esses dados indicam que o perfil dos entrevistados na região sul é diversificado e reflete uma amostra representativa em termos de gênero, faixa etária, cor/raça e nível educacional, características elitistas. Características físicas das duas avenidas, incluindo arborização e sombreamento, iluminação, pontos fortes, áreas que precisam de melhorias, segurança e os períodos mais movimentados.

Em relação à arborização e sombreamento, os usuários de ambas as regiões, Norte e Sul, apontaram a falta desses recursos. No que diz respeito à iluminação, apesar de ser considerada adequada, ainda há carências em ambas as regiões. Os frequentadores destacam a diversidade como a principal vantagem das avenidas. No que tange às melhorias, a infraestrutura é a área que requer mais atenção. Em termos de segurança, tanto na região Norte quanto na Sul, as avenidas são vistas como seguras pelos usuários. Quanto aos períodos mais frequentados, na região Norte, o turno noturno é o mais popular, enquanto na região Sul há uma preferência mais equilibrada entre os turnos diurno e noturno.

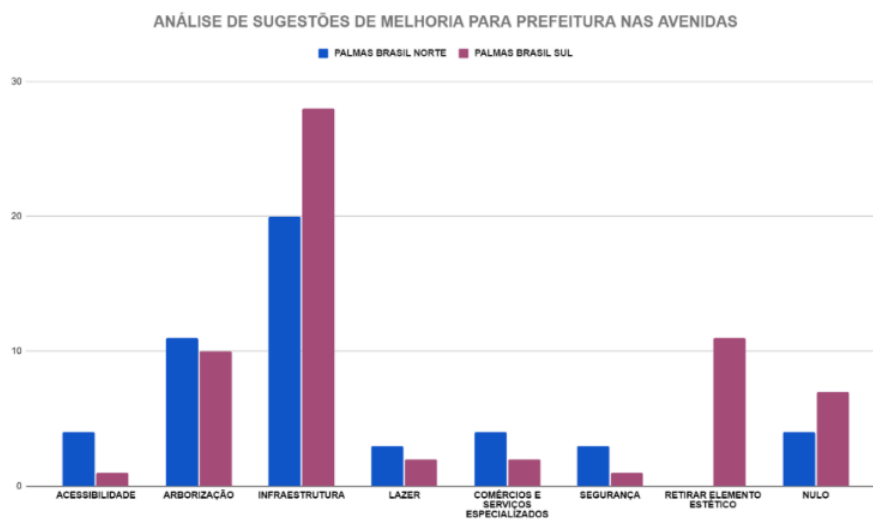
HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

Figura 7 -Análise de arborização e sombreamento nas avenidas



Fonte: Autoria própria, 2024.

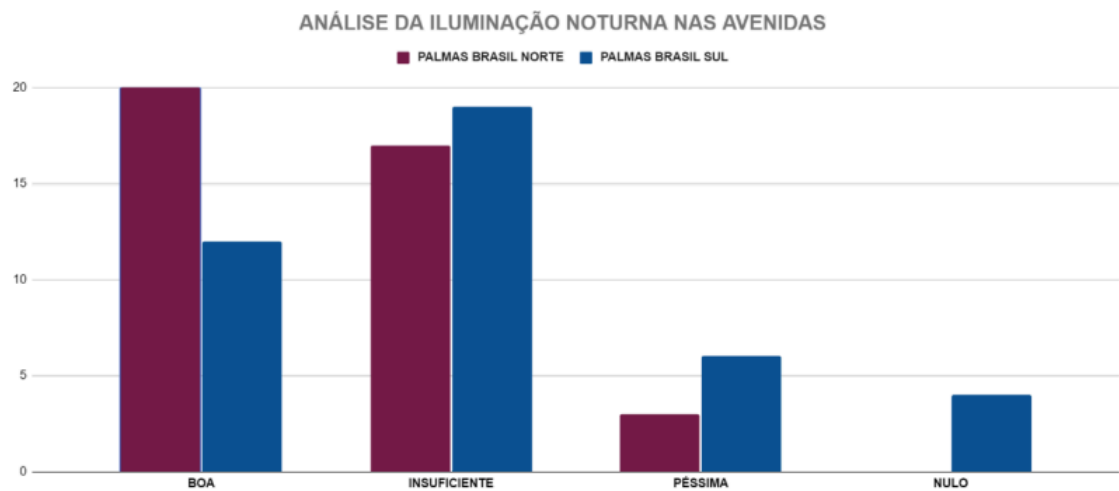
Figura 8 - Análise de sugestões de melhoria nas avenidas



Fonte: Autoria própria, 2024.

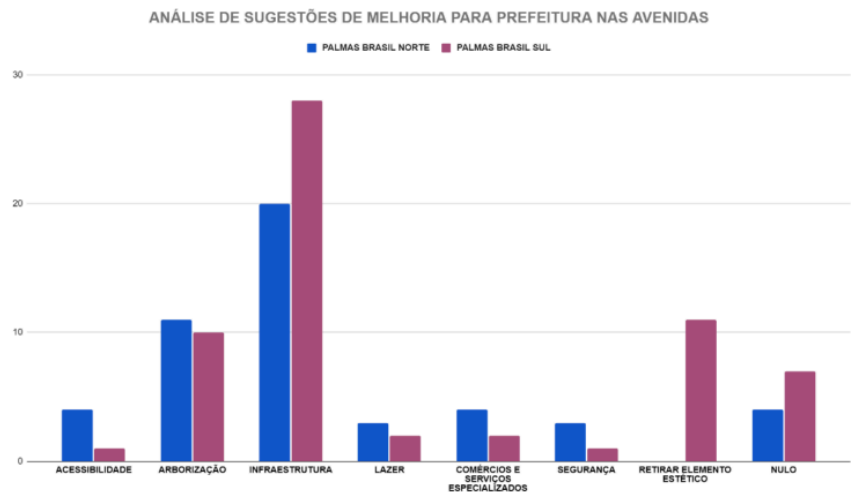
Figura 8 - Análise da iluminação noturna nas avenidas

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)



Fonte: Autoria própria, 2024.

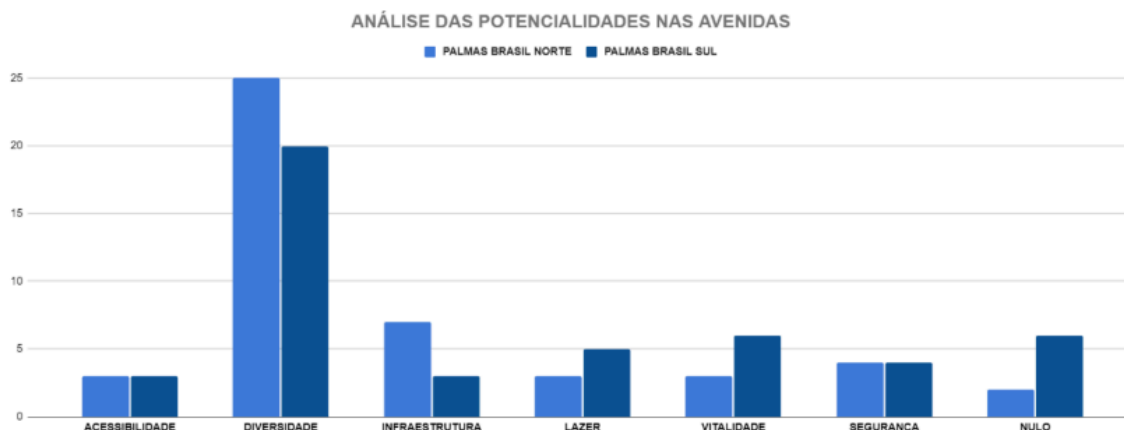
Figura 9 - Análise de sugestões de melhoria para prefeitura nas avenidas



Fonte: Autoria própria, 2024.

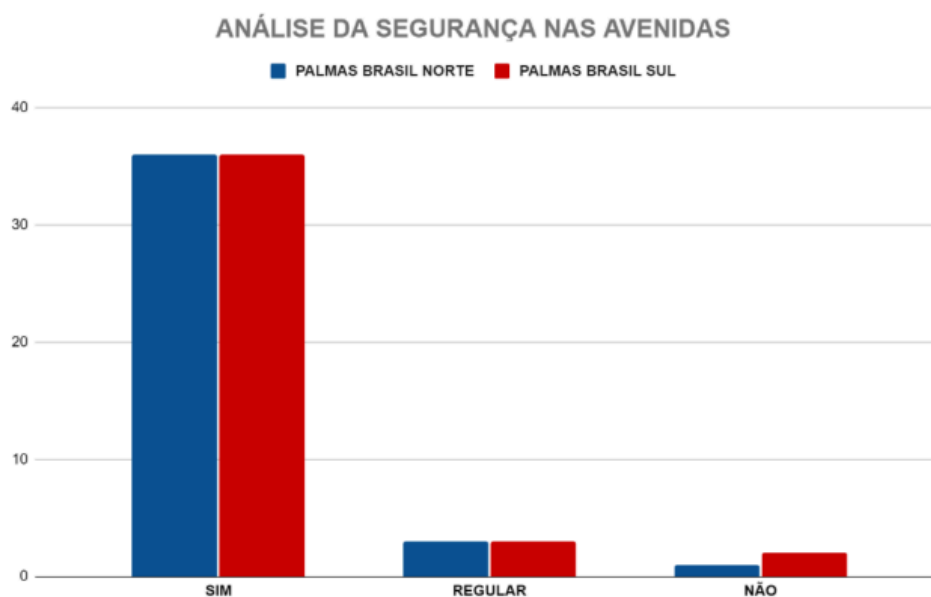
Figura 10 - Análise de potencialidades nas avenidas

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)



Fonte: Autoria própria, 2024.

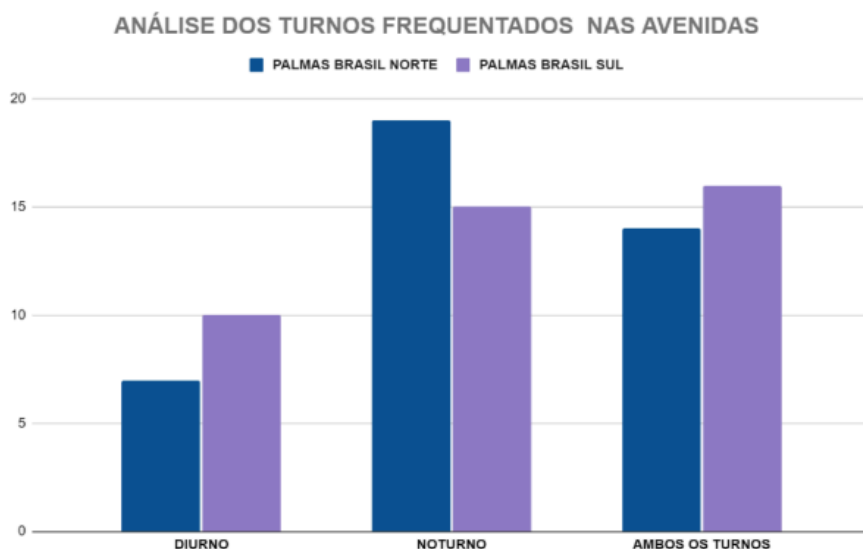
Figura 11- Análise de Segurança nas avenidas



Fonte: Autoria própria, 2024.

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

Figura 12- Análise de Turnos frequentados nas avenidas



Fonte: Autoria própria, 2024.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os diagnósticos realizados por meio dos mapas síntese e das visitas ao local revelaram aspectos da infraestrutura que necessitam de melhorias nas ruas comerciais estudadas. As análises destacaram uma diferença significativa entre as percepções dos usuários e a realidade observada. . Essas conclusões são fundamentais para orientar intervenções que visam aprimorar esses espaços, tornando-os mais acessíveis, seguros e acolhedores.

REFERÊNCIAS

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

³ Link para questionário da Palmas Brasil Norte <https://docs.google.com/forms/d/1SPSkTRGjKdNg9iwz8tepe7UMxLcZdAPi8TT0hUoRQrM/prefill> Link para questionário da Palmas Brasil Sul <https://docs.google.com/forms/d/1KgWLHzT2t6OF466aSPz19vtzTvlxuK2FJpFwxQVXSgU/prefill>

BARROS, Paula. Ruas comerciais enquanto destinações restauradoras? Iniciando a caminhada. Anais do VI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓSGRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO. FAU, UNB, 2020. Disponível em: <

<http://enanparq2020.s3.amazonaws.com/MT/21829.pdf>>. Acesso em: 9 jul. 2022.

BAZZOLI, João Aparecido. Palmas em Foco. Contradições de uma cidade planejada. Palmas: EDUFT, 2019.

BOTTURA, Roberto de Almeida. Vida cotidiana, diversidade e urbanidade: fissuras e desvios promovidos pelas atividades terciárias em Palmas (TO). 2022. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

Disponível

em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-29032023-171534/>. Acesso em: 2 set. 2024.

JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. *Agenda 2030: para desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Pisco de Luz; 2012

NETTO, Vinicius. A urbanidade como devir urbano. In. *Urbanidades*. Rio de Janeiro: Folio, 2012.

VARGAS, Heliana Comin. *Comércio e cidade: uma relação de origem*. Portal do Estado de São Paulo, São Paulo, p.1-5, agosto. 2000.

VARGAS, Heliana Comin. *Comércio e serviços varejistas nos estudos urbanos e a complexidade na produção do conhecimento*. Colóquio internacional de comércio e cidade: uma relação de origem. Set de 2005, São Paulo. Anais do II CinCci, São Paulo: FAUUSP-LABCOM, março 2008.

FINANCIAMENTO

“O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil”

Capítulo 6

AFERINDO URBANIDADE EM RUAS COMERCIAIS EM PALMAS/TO

Thauana Gomes do Carmo ¹
Roberto de Almeida Bottura ²

RESUMO

A urbanidade, conforme descrita por Douglas Aguiar, vai além da mera presença de pessoas no espaço urbano, manifestando-se na relação entre o corpo individual e coletivo com o ambiente urbano. A percepção da urbanidade é influenciada por fatores como cultura e vivência, variando entre os indivíduos (AGUIAR, 2012, p. 78). Para alcançar os objetivos da pesquisa, foram desenvolvidos instrumentos e metodologias específicas, incluindo leituras e debates sobre urbanidade, visitas in loco para levantamento e mapeamento do uso do solo nas ruas comerciais de Palmas, e a produção de mapas diagnósticos. A pesquisa também incluiu a observação das atividades formais e informais, culminando na elaboração de um relatório final. Com base nos resultados, foram apresentadas análises das avenidas Palmas Brasil Norte e Palmas Brasil Sul, avaliando a urbanidade em ambas. Observou-se que a região Norte é mais intensamente comercial, enquanto a região Sul apresenta maior diversidade de usos do solo, com áreas dedicadas a serviços públicos e privados. O mapeamento das ruas comerciais documentou as características arquitetônicas das fachadas, a condição das calçadas e a distribuição das árvores, essenciais para entender a dinâmica urbana e planejar melhorias. As entrevistas com os frequentadores forneceram percepções sobre aspectos como acessibilidade, segurança e conforto impactam a experiência dos usuários.

Palavras-chave: Urbanidade; Comércio; Cidade.

¹ Graduando em Arquitetura e Urbanismo, Pibic/CNPq, Universidade Federal do Tocantins, thauana.gomes@mail.uft.edu.br

² Doutor em Arquitetura e Urbanismo, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Tocantins, roberto.bottura@mail.uft.edu.br

INTRODUÇÃO

A urbanidade é um conceito que se origina da cidade, das ruas e dos edifícios, e é apropriado, em maior ou menor grau, pelo corpo individual e coletivo. Essa noção está intrinsecamente ligada à maneira como as pessoas se relacionam com o espaço urbano, seja em escala de edifícios ou da cidade como um todo. Urbanidade não deve ser confundida com vitalidade, que se refere à mera presença de pessoas, embora possa estar incluída. No contexto urbano, o comportamento espacial e a delicadeza são demonstrados pela conduta do corpo, tanto na sua presença quanto na sua ausência.

Em resumo, a urbanidade se manifesta na forma como essa relação entre espaço e corpo se materializa (AGUIAR, 2012, p. 63). Conforme afirma Douglas Aguiar, “A urbanidade, assim conceituada, emerge como um parâmetro maior e abrangente na avaliação da qualidade dos lugares.” (2012, p. 61).

Embora vitalidade e urbanidade sejam conceitos distintos, a presença de pessoas no espaço público é o primeiro indício básico da urbanidade. Esse indicador pode ser compreendido de forma mais complexa, permitindo a análise de diferentes tipos ou graus de urbanidade, especialmente se essa coexistência for efetivada por pessoas com diferentes poderes de compra, etnias e religiões. Consideram-se tanto as características e qualidades dos lugares quanto a atitude e presença das pessoas (AGUIAR, 2012, p. 76).

No entanto, a percepção da urbanidade pode variar amplamente entre as pessoas, influenciada por fatores como cultura, história, origem, vivência e sensibilidade. O modo como cada indivíduo percebe, lida, sente, deseja, demoniza ou ignora a urbanidade pode ser diverso, dependendo dessas características pessoais. Em suma, a urbanidade é tangível e visível, mas sua interpretação e significado são moldados

pelas experiências individuais e contextos específicos (AGUIAR, 2012, p. 78).

As cidades possuem sua própria natureza e uma lógica complexa, que depende da interação de diversos fatores, como a alta densidade urbana, o intenso uso das vias e calçadas públicas, a mistura de usos, quadras curtas e até mesmo a luta pela preservação da memória, ou seja, dos passos iniciais e dos prédios mais antigos que, por sorte, ainda existem. Essa diversidade é a fonte de intensidade, de pulsação vital e, em última análise, de vitalidade (REIS, 2010).

“O comércio está diretamente conectado a vários elementos do sistema urbano e seu estudo possibilita diferentes abordagens sob diferentes escalas e disciplinas.” (VIEIRA, 2015, p. 3). “A influência do comércio na configuração das cidades tem suas origens na etapa inicial do surgimento destas - marcado pela presença das atividades de trocas.” (VIEIRA, 2015, p. 4).

Além disso, é relevante destacar os estudos relacionados aos fluxos diários recebidos nessas áreas de pesquisa. De acordo com afirmativa de Heliana Comin Vargas, “A qualidade do fluxo, definido por intensidade de público versus renda, terá interferência no tipo de comércio que será gerado espontaneamente. Ou seja, a intensidade do fluxo viabiliza determinados tipos de comércio e a renda os qualifica. A faixa etária também pode ser um agente de qualificação do fluxo. É esta qualificação do fluxo que determina os tipos de comércio e serviços para cada lugar na cidade”. (VARGAS, 2015).

Este plano de trabalho tem como foco a avaliação da urbanidade em ruas comerciais na cidade de Palmas, a capital mais recente do Brasil. Especificamente, iremos analisar a avenida comercial que percorre as quadras 406 e 506 Norte, popularmente conhecida como Palmas Brasil Norte. Para impulsionar o comércio, a LO-14 (avenida da região norte) teve seu nome alterado para Palmas Brasil Norte. De acordo com o vereador Diogo Fernandes (PSD), “A gente queria, através da mudança do nome para avenida Palmas Brasil Norte, chamar

atenção de todos, fazendo referência a um nome que já deu certo, que é a Palmas Brasil. Fortalecer a nossa avenida e trazer um destaque maior para avenida, já que nós temos vários restaurantes" (TV ANHAGUERA, 2017). No local não há só bares e restaurantes, são 1.200 metros de todo tipo de comércio. O objetivo principal desse projeto é fortalecer o comércio local e atrair novos investimentos para a região (TV ANHAGUERA, 2017). Outrossim, analisaremos a avenida que está compreendida entre as quadras 604 e 704 Sul, popularmente conhecida como Palmas Brasil Sul. Em nossa pesquisa, analisaremos as questões relacionadas à urbanidade nessa zona comercial, levando em consideração os desafios e oportunidades que se apresentam.

MÉTODO E MATERIAIS

Para atingir os objetivos da pesquisa, foram criados os instrumentos e metodologias de estudo necessários para auxiliar durante todo o período de vigência do projeto de pesquisa. As seguintes etapas já foram concluídas:

1. Leituras prévias e debate com o grupo de pesquisa sobre a bibliografia básica que discorre sobre urbanidade, comércio e cidade, urbanismo com perspectiva de gênero e vida cotidiana.

*Consulta a fontes secundárias (livros, artigos, dissertações e teses de referências).

2. Visitas in loco para realização de levantamento e mapeamento do uso do solo das ruas comerciais selecionadas em Palmas (TO).

*Observação sistemática dos usos e atividades formais e informais por meio de levantamento cadastral, análise do entorno, perfil de atividades e características dos permissionários.

3. Análise comportamental das preferências e experiências individuais dos usuários, por meio de entrevistas.

4. Produção de mapas com Diagnóstico/Análise dos resultados.
5. Elaboração de relatório final com os resultados da pesquisa.

DADOS E DISCUSSÃO

Com base nos resultados obtidos, serão apresentadas e comentadas análises que relacionam as duas principais avenidas da cidade, Palmas Brasil Norte e Palmas Brasil Sul, avaliando a urbanidade em ambas. Inicialmente, foram realizadas leituras bibliográficas e debates com o grupo de pesquisa sobre urbanidade, comércio e cidade, urbanismo com perspectivas de gênero e vida cotidiana. Posteriormente, foram feitas visitas in loco para levantamentos, diagnósticos e coleta de dados, visando à elaboração de mapas, tabelas e gráficos com análises desses resultados.

No primeiro levantamento de uso do solo da Palmas Brasil Norte, representado por mapas e gráficos, observa-se uma predominância de áreas comerciais, que ocupam 62% da localidade. Os serviços correspondem a 24%, enquanto os 14% restantes são residências e edifícios cujo uso não pôde ser identificado. Além disso, o levantamento destaca aspectos importantes do entorno, como arborização, acessibilidade e iluminação.

Figura 1 – Mapa de uso do solo Palmas Brasil Norte

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

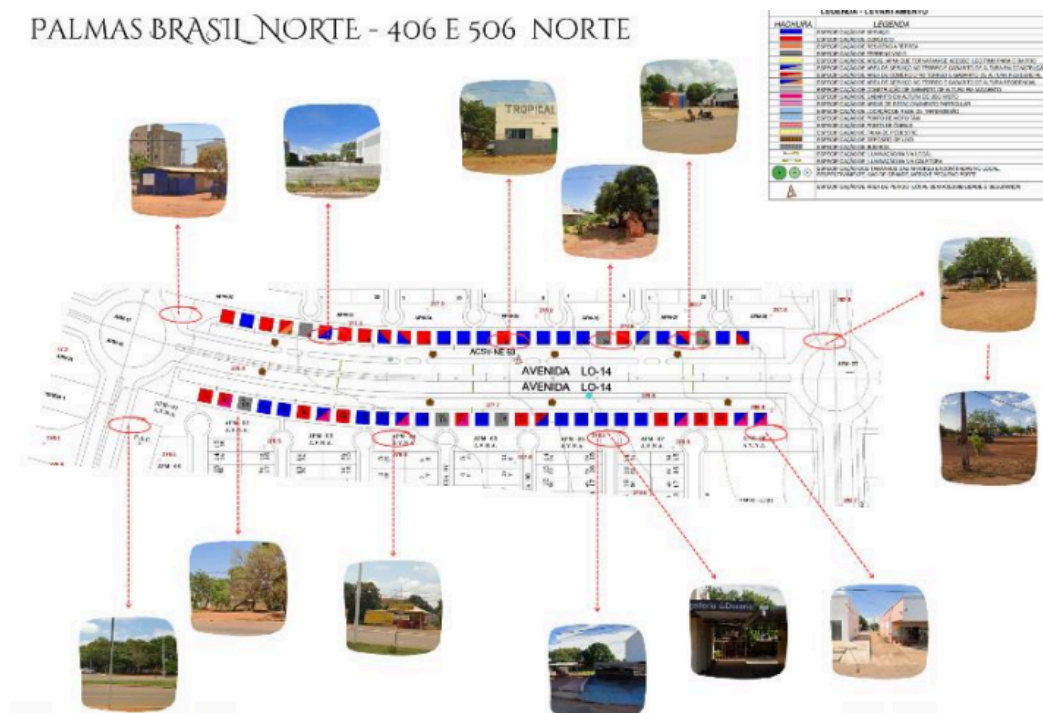
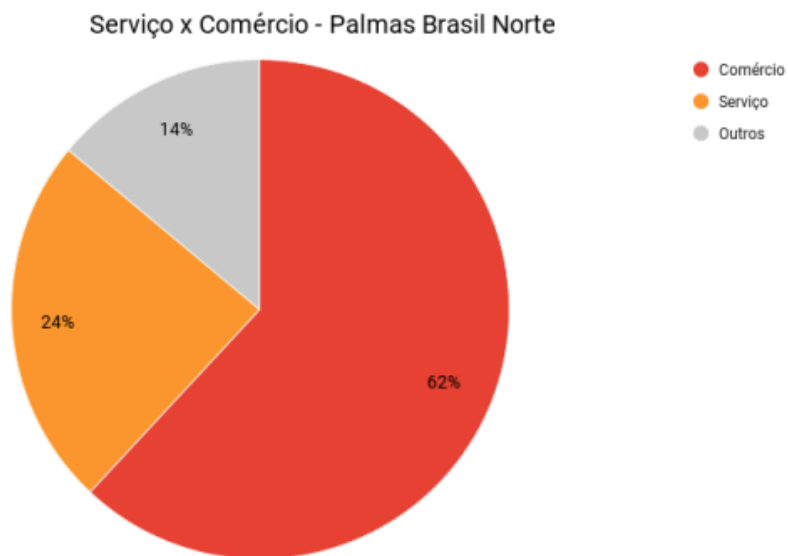


Figura 2 – Relação de comércio e serviço Palmas Brasil Norte



No levantamento de uso do solo da Palmas Brasil Sul, observa-se uma predominância de áreas comerciais, que ocupam 51% da

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE
INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

localidade. Os serviços correspondem a 36%, enquanto os 13% restantes são destinados a outros usos. Além disso, o levantamento destaca elementos do entorno, como arborização, acessibilidade e iluminação.

Figura 3 - Mapa de uso do solo Palmas Brasil Sul

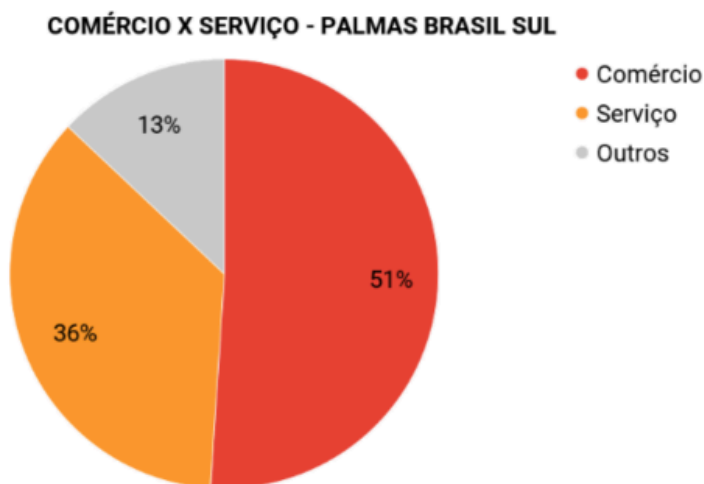
PALMAS BRASIL SUL - 604 E 704 SUL

LEGENDA



Fonte: Autoria própria (2024).

Figura 4 - Relação de comércio e serviço Palmas Brasil Sul



HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

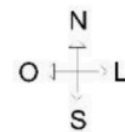
Fonte: Autoria própria (2024).

Ao analisar, observa-se que ambas as regiões possuem uma forte presença comercial. No entanto, a região Norte é mais intensamente comercial, enquanto a região Sul, em comparação, apresenta uma maior proporção de áreas dedicadas a serviços públicos e privados. Assim, a região Sul demonstra uma maior diversidade de usos do solo.

Em seguida, iniciou-se a etapa de representação bidimensional das fachadas, calçadas e arborização. Esse processo envolveu um levantamento físico detalhado e o mapeamento das espacialidades das ruas comerciais. Foram documentadas as características arquitetônicas das fachadas, a largura e condição das calçadas, bem como a presença e distribuição das árvores ao longo das vias. Esse mapeamento é essencial para entender a dinâmica urbana e planejar melhorias na infraestrutura e na qualidade ambiental das áreas comerciais. Verificou-se que as duas avenidas possuem elementos como portas opacas, grades e objetos que impedem a permeabilidade visual. Isso pode resultar em uma falta de interação entre o ambiente interno dos estabelecimentos e o exterior.

Figura 5 – Fachada de permeabilidade visual Palmas Brasil Norte

PALMAS BRASIL NORTE

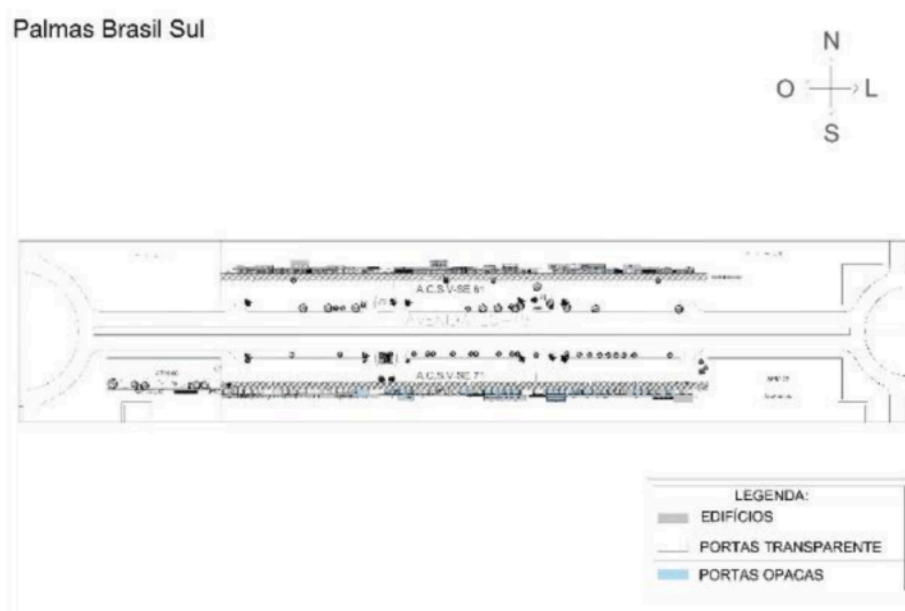


LEGENDA:	
	EDIFÍCIOS
	PORTAS TRANSPARENTE
	PORTAS OPACAS

Fonte: Autoria própria (2024).

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

Figura 6 - Fachada de permeabilidade visual Palmas Brasil Sul



Fonte: Autoria própria (2024).

Por fim, a última etapa consistiu na realização de entrevistas em ambas as regiões, direcionadas aos frequentadores das localidades. Essa fase envolveu uma análise comportamental das preferências e experiências individuais dos usuários. Para isso, foram aplicados questionários com entrevistas semiestruturadas, permitindo uma compreensão mais profunda das percepções e necessidades dos usuários em relação ao ambiente urbano. Essas entrevistas forneceram informações sobre como os diferentes aspectos das áreas comerciais, como acessibilidade, segurança e conforto, impactam a experiência dos frequentadores.

A primeira análise foca no perfil dos frequentadores. Na avenida da região norte, o gênero predominante é o feminino, com a maioria das pessoas se identificando como pardas. A faixa etária é majoritariamente adulta, e a maior parte dos frequentadores possui ensino médio completo. Já na avenida da região sul, o gênero é bem equilibrado entre feminino e masculino. O perfil étnico também é

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

majoritariamente pardo, mas a faixa etária é mais diversificada, incluindo adultos, jovens e uma pequena parcela de idosos. A escolaridade predominante nessa região é o ensino superior completo.

Figura 7 – Perfil de gênero Palmas Brasil Norte

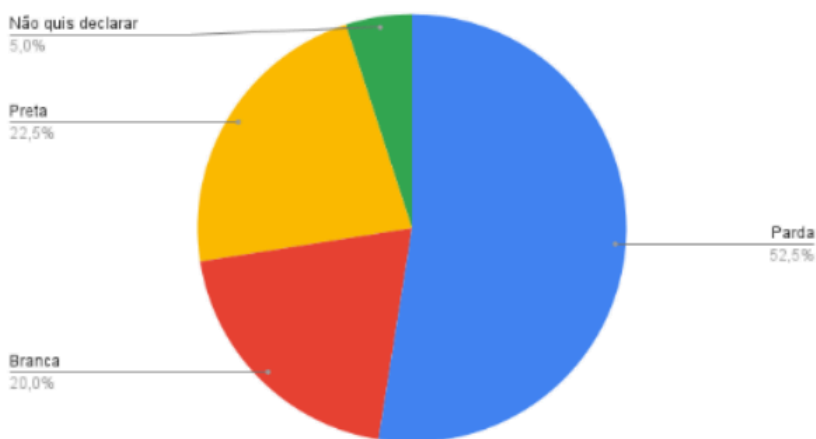
PERFIL DE GÊNERO NA AVENIDA PALMAS BRASIL NORTE



Fonte: Autoria própria (2024).

Figura 8 – Perfil étnico Palmas Brasil Norte

PERFIL ÉTNICO DA AVENIDA PALMAS BRASIL NORTE



Fonte: Autoria própria (2024).

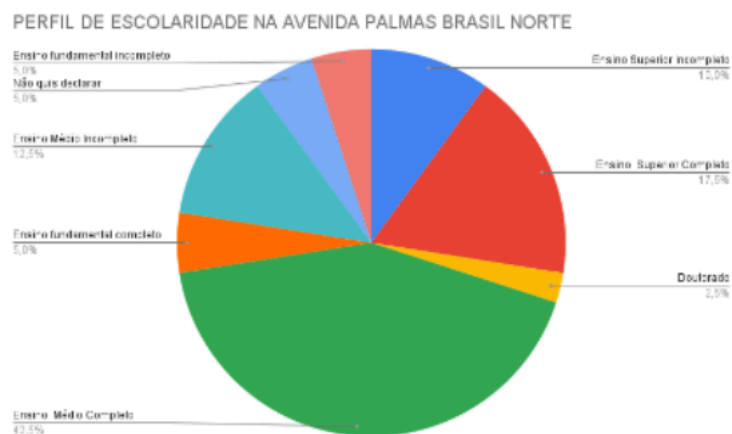
Figura 9 – Faixa etária Palmas Brasil Norte

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)



Fonte: Autoria própria (2024).

Figura 10 – Escolaridade Palmas Brasil Norte

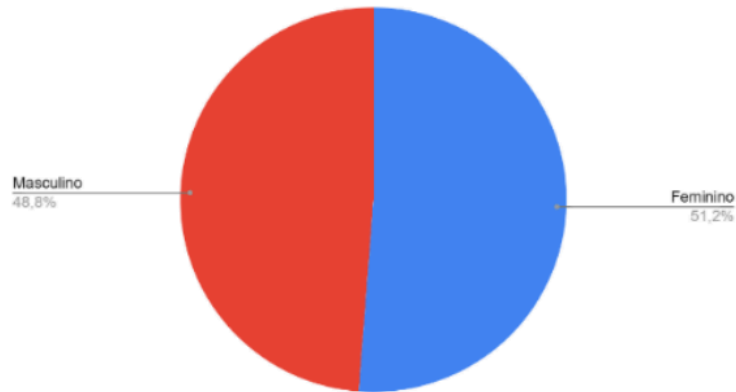


Fonte: Autoria própria (2024).

Figura 11 – Perfil de gênero Palmas Brasil Sul

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

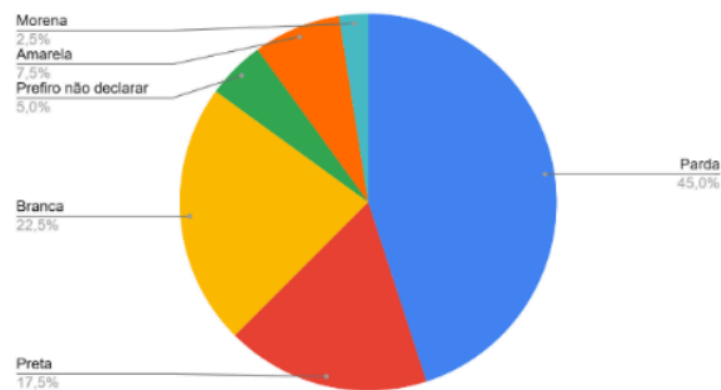
PERFIL DE GÊNERO NA AVENIDA PALMAS BRASIL SUL



Fonte: Autoria própria (2024).

Figura 12 – Perfil étnico Palmas Brasil Sul

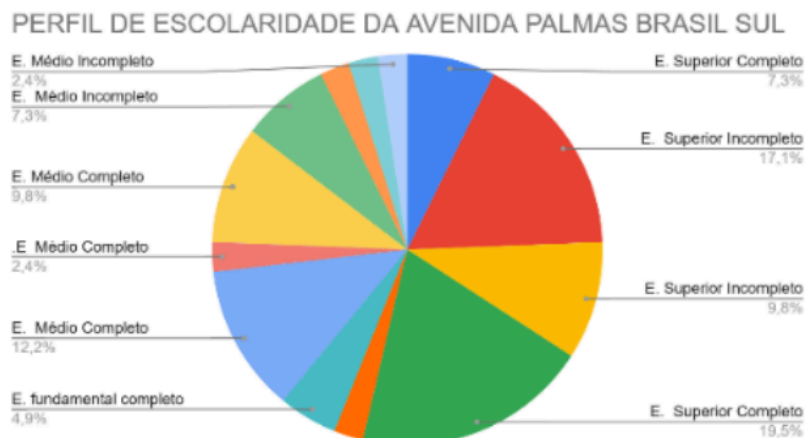
PERFIL ÉTNICO DA AVENIDA PALMAS BRASIL SUL



Fonte: Autoria própria (2024).

Figura 13 – Faixa etária Palmas Brasil Sul

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)



Fonte: Autoria própria (2024).

Figura 14 – Escolaridade Palmas Brasil Sul

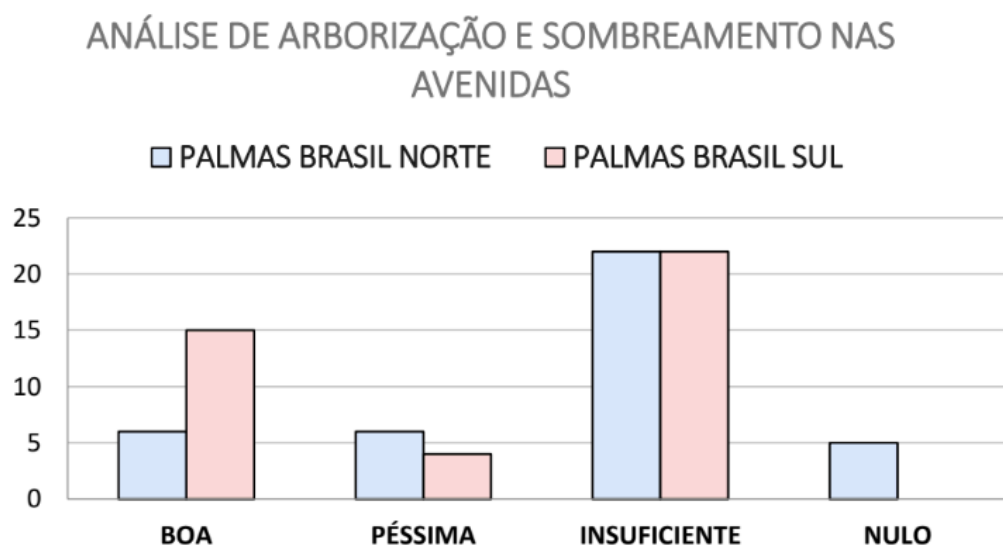


Fonte: Autoria própria (2024).

A segunda análise relaciona diversos parâmetros nas duas avenidas, como arborização e sombreamento, iluminação, pontos positivos, melhorias necessárias, segurança e os turnos mais frequentados. Em relação à arborização e sombreamento, tanto na região Norte quanto na Sul, os usuários destacaram a insuficiência. Quanto à iluminação, os números indicam que, embora seja considerada boa, ainda há insuficiência em ambas as regiões. Os frequentadores apontam a diversidade como a principal potencialidade das avenidas. Na análise de melhorias, a infraestrutura

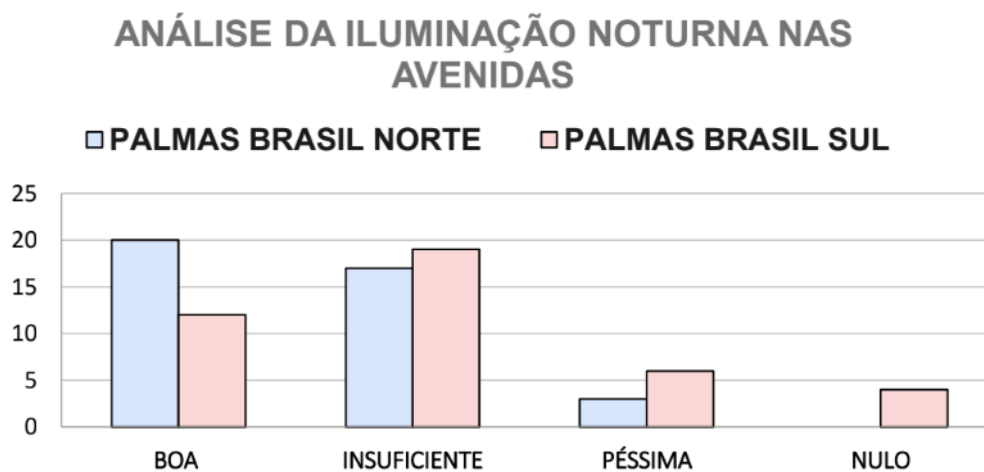
é a área que mais necessita de atenção. Tanto na região Norte quanto na Sul, as avenidas são consideradas seguras pelo público. Em termos de turnos mais frequentados, na região Norte predomina o turno noturno, enquanto na região Sul há uma preferência equilibrada entre os turnos diurno e noturno.

Figura 15 – Análise de arborização e sombreamento nas avenidas



Fonte: Autoria própria (2024).

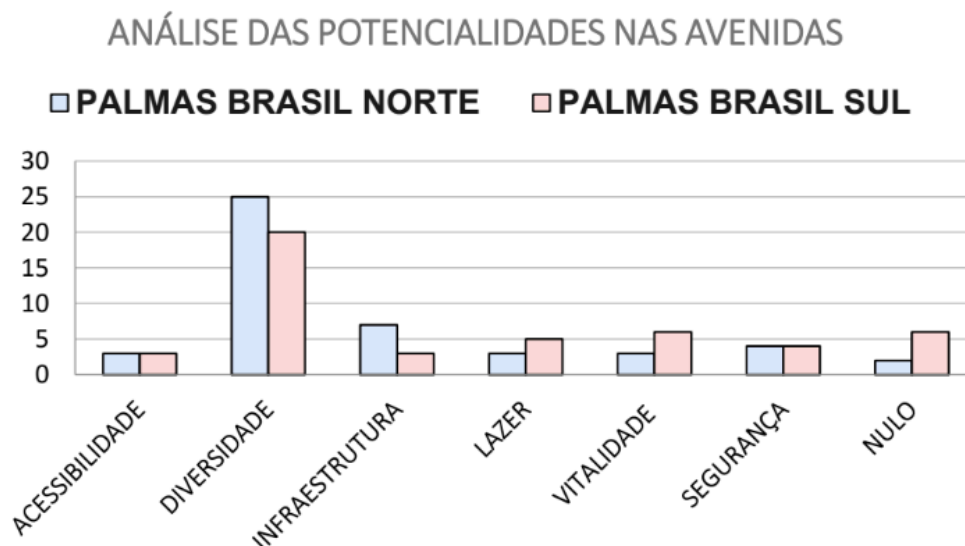
Figura 16 – Análise da iluminação noturna nas avenidas



HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

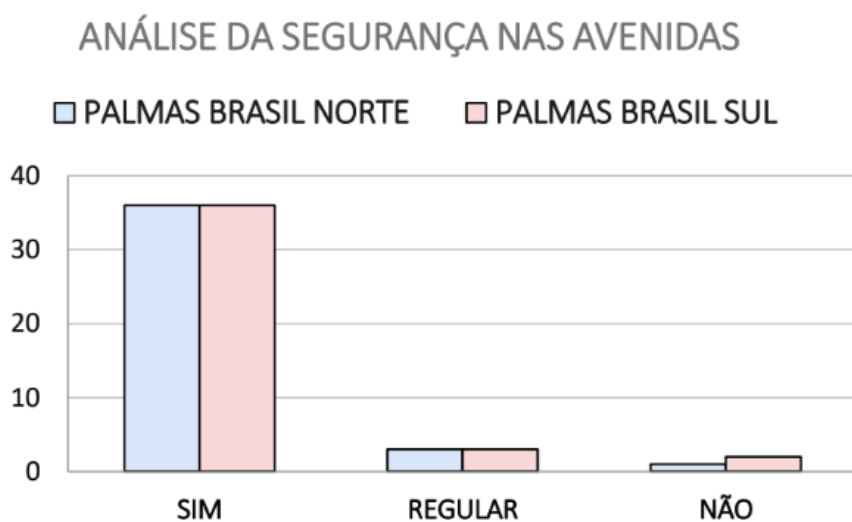
Fonte: Autoria própria (2024).

Figura 17 – Análise das potencialidades nas avenidas



Fonte: Autoria própria (2024).

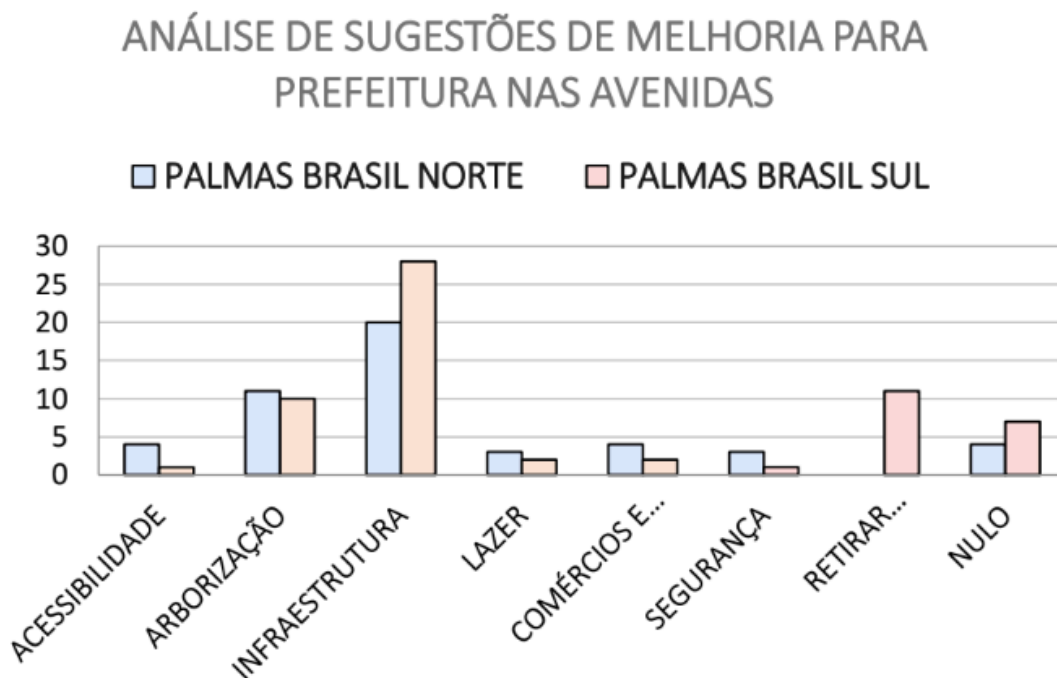
Figura 18 – Análise da segurança nas avenidas



Fonte: Autoria própria (2024).

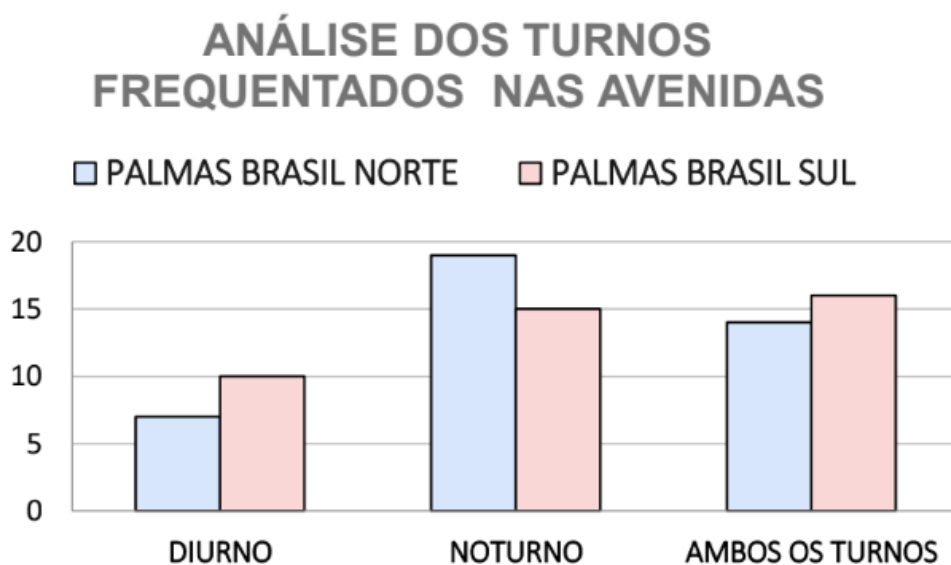
HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

Figura 19 – Análise de sugestões de melhoria nas avenidas



Fonte: Autoria própria (2024).

Figura 20 – Análise de sugestões de melhoria nas avenidas



Fonte: Autoria própria (2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A urbanidade, conforme descrita por Douglas Aguiar, é um conceito abrangente que vai além da mera presença de pessoas no espaço urbano. Ela se manifesta na relação entre o corpo individual e coletivo com o ambiente urbano, refletindo-se na qualidade dos lugares e na conduta das pessoas. A percepção da urbanidade é influenciada por diversos fatores, como cultura e vivência, e pode variar amplamente entre os indivíduos. Em suma, a urbanidade é tangível e visível, mas sua interpretação é moldada pelas experiências pessoais e contextos específicos, destacando-se como um parâmetro essencial na avaliação da qualidade dos espaços urbanos (AGUIAR, 2012, p. 78).

Para alcançar os objetivos da pesquisa, foram desenvolvidos instrumentos e metodologias específicas que guiaram o projeto ao longo de sua vigência. Ao longo da pesquisa, foram realizadas leituras e debates sobre a bibliografia essencial, visitas in loco para levantamento e mapeamento do uso do solo nas ruas comerciais de Palmas, além da produção de mapas diagnósticos e análises dos resultados. A pesquisa também incluiu a observação sistemática das atividades formais e informais, culminando na elaboração de um relatório final que sintetiza os achados e conclusões do estudo.

Com base nos resultados obtidos, serão apresentadas e comentadas análises que relacionam as duas principais avenidas da cidade, Palmas Brasil Norte e Palmas Brasil Sul, avaliando a urbanidade em ambas. Inicialmente, foram realizadas leituras bibliográficas e debates com o grupo de pesquisa sobre urbanidade, comércio e cidade, urbanismo com perspectivas de gênero e vida cotidiana. Posteriormente, foram feitas visitas in loco para levantamentos, diagnósticos e coleta de dados, visando à elaboração de mapas, tabelas e gráficos com análises desses resultados. Observou-se que a região Norte é mais intensamente comercial, enquanto a região Sul

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

apresenta uma maior diversidade de usos do solo, com uma proporção significativa de áreas dedicadas a serviços públicos e privados. O mapeamento das ruas comerciais documentou as características arquitetônicas das fachadas, a condição das calçadas e a distribuição das árvores, essenciais para entender a dinâmica urbana e planejar melhorias. As entrevistas com os frequentadores forneceram esclarecimentos valiosos sobre aspectos como acessibilidade, segurança e conforto impactam a experiência dos usuários.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Douglas. Urbanidade e a qualidade da cidade. *Arquitextos*, São Paulo, ano 12, n. 141.08, Vitruvius, mar. 2012. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/arquitextos/12.141/4221>. Acesso em: 05 set. 2024.

REIS, Patrícia Orfila Barros dos. Palmas: entre muros, vazios urbanos e ausência de vitalidade. *Arquitextos*, São Paulo, ano 10, n. 117.03, Vitruvius, fev. 2010. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.117/3379>. Acesso em: 05 set. 2024.

VIEIRA, Mariana Dias. Os Espaços Comerciais e as Centralidades Urbanas. In: *Anais do III Colóquio Internacional sobre o comércio e cidade uma relação de origem*. São Paulo, Labcom, 2015. VARGAS, Heliana Comin. *A localização comercial não se define por "decreto"*. São Paulo, Labcom, 2015.

TV ANHAGUERA. Para impulsionar comércio, avenida tem nome alterado para Palmas Brasil Norte. Palmas, G1 Tocantins, 2017.

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil.

Capítulo 7

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO TOCANTINS: ESTUDO DA APA SERRA DO LAJEADO

Pedro Henrique Porto Mangueira ¹
Suyene Monteiro da Rocha ²

RESUMO

A Constituição Brasileira de 1988 é a primeira Carta Magna que engloba em seu texto constitucional a importância da relação humana com o meio ambiente. Em outras palavras, traz a tutela ambiental tornando-a constitucional. Em 1988, surge também o Estado do Tocantins, que tem como bioma predominante do Estado o cerrado. Durante a linha temporal das leis ambientais tocantinenses, surge o principal objeto dessa pesquisa, a Lei nº 906, de 20 de maio de 1997 que cria a Área de Preservação Ambiental Serra do Lajeado. Esse documento delimita uma área de 121.415,4996 ha. (cento e vinte e um mil, quatrocentos e quinze hectares, quarenta e nove ares e noventa e seis centiares) destinados à preservação da biodiversidade, na proteção dos recursos naturais, históricos e culturais da região. Essa unidade de conservação influencia muito as questões culturais das cidades que a circundam. A partir desse contexto, o presente estudo objetiva estudar a tutela ambiental tocantinense e a APASL, em uma perspectiva analítica descritiva, alicerçada nos procedimentos de pesquisa bibliográfico e documental, com o fito de compreender o processo de criação da referida APA, analisando suas características ambientais e culturais. O objetivo principal deste estudo é a historiografia das leis ambientais tocantinenses, focando principalmente nas unidades de conservação estaduais, e, de maneira específica, estudar as tutelas ambientais relacionadas à APA Serra do Lajeado, que engloba quatro municípios (Palmas, Lajeado, Aparecida do Rio Negro e Tocantínia)

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

Palavras-chave: APA Serra do Lajeado, Cerrado Tocantinense, legislação ambiental.

¹ Graduando em 2026, Pibic/FAPT, Universidade Federal do Tocantins, pedro.mangabeira@mail.uft.edu.br

² Professora Adjunta do Curso de Direito, Universidade Federal do Tocantins, Campus Palmas, suyenerocha@mail.uft.edu.br

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 é a primeira constituição que abarca a tutela ambiental como matéria constitucional. Isso implica em dizer que o direito ao meio ambiente equilibrado é direito constitucional de todos os cidadãos brasileiros, sendo necessário a preservação do meio para as presentes e futuras gerações, como diz o artigo 225 da Constituição Brasileira.

Com a necessidade de proteção surgem as Unidades de Conservação no Brasil. Para definir, as Unidades de Conservação são áreas de terra destinadas à conservação do meio ambiente ao uso sustentável dos recursos naturais. No Brasil, elas são criadas pela União, Estados e Municípios e são regulamentadas Lei nº 9.985/2000, que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Essas áreas exercem um papel fundamental na proteção de espécies raras ou em extinção, na preservação dos ecossistemas e na manutenção dos serviços ecossistêmicos. (BRASIL, 2000).

Esse sistema nacional determina diferentes categorias de unidades de conservação no Brasil, onde cada uma delas é diferenciada por parâmetros específicos, tais como, objetivos de conservação e níveis de proteção. Alguns exemplos de unidades de conservação no Brasil são os parques nacionais, reservas biológicas, monumentos naturais, área de relevante interesse ecológico e a área de preservação ambiental Serra do Lajeado, o principal objeto de pesquisa deste resumo expandido.

MÉTODO E MATERIAIS

A pesquisa envolve procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental. Na pesquisa documental, três aspectos devem merecer atenção especial por parte do investigador: a escolha dos documentos, o acesso a eles e a sua análise.

A fundamentação teórica que permeou e orientou a pesquisa foi obtida por meio de instrumental bibliográfico, com a realização de leitura e fichamento da legislação, doutrina e, bem como de artigos publicados em periódicos e em meio eletrônico e de outros materiais que tratem de assuntos relacionados ao objeto do estudo.

A pesquisa bibliográfica foi realizada para obtenção de aportes teóricos relacionados ao tema da pesquisa, sendo que, na busca de artigos científicos pertinentes, foram utilizados os descritores iniciais “unidades de conservação”, “tutela ambiental”, “tutela ambiental Tocantins”,

“APA Serra do Lajeado”, tal análise permitiu o diagnóstico inicial para que novos descritores possam ser elaborados e refinados ao longo da pesquisa.

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

Na perspectiva documental teve como objetos de estudo: Constituição Federal de 1988, Lei 9.985/00 Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, Lei nº 906, de 20 de maio de 1997, Resumo Executivo (Anexo 6 do Produto 8) da Área de Proteção Ambiental Serra do Lajeado (APASL) sendo a análise realizada a partir de dados primários e secundários com o fito de compreender a da tutela ambiental para as UCs no Estado do Tocantins com foco na APA da Serra do Lajeado.

No que se refere à presente pesquisa, a partir do objetivo geral traçado, de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritiva, alicerçada no método dedutivo.

DADOS E DISCUSSÃO

A Lei nº 905 de 20 de maio de 1997, delimitou uma gleba de terras com 121.415,4996 ha. (cento e vinte e um mil, quatrocentos e quinze hectares, quarenta e nove ares e noventa e seis centiares), circundando 4 municípios – Palmas, Lajeado, Aparecida do Rio Negro e Tocantínia. Sendo é cortada pelas rodovias TO-010, TO-020 e TO-030 (NATURATINS, 2019) Dentre os objetivos dessa Unidade de Conservação estão, a proteção dos seus relevantes ecossistemas é importante biodiversidade está, também, a necessidade de resguardar os mananciais que ali nascem e que atualmente abastecem a cidade de Palmas e, ainda, o propósito de ordenar a expansão urbana e o uso do solo.

A APA Serra do Lajeado, se comparada com as outras unidades de conservação do Estado, tem baixa antropização. Segundo o NATURATINS, em 2019, a área vegetada compreende 93,5 mil ha, correspondendo a 83,78% da área da APA, sendo grande parte formada

por remanescentes de Cerrado Sentido Restrito (36,7%), Cerradão (38%) e Matas de Galeria/Ciliar (5,6%). Pequenas áreas em Campos Rupestres/Campos (3,4%).

Na contramão, o estudo ainda aponta que 16% da área dessa APA encontra-se antropizada, em pastos e lavouras. Nas áreas antropizadas além da pequena agricultura, ocorre ainda, nas chapadas, a grande lavoura mecanizada. Ademais, vale lembrar que essas atividades são realizadas sob inúmeras exigências dos órgãos competentes, buscando sempre degradar o mínimo possível dessas áreas. (NATURATINS, 2019)

Além da questão da vegetação e do uso do solo, a preservação da hidrografia da APA é muito importante é demonstrado a grande importância desta Unidade de Conservação na proteção de um grande número nascentes, abrangendo a totalidade do curso de todos estes córregos e rios. Esses cursos d'água são essenciais para a manutenção do equilíbrio hidrológico local e para o abastecimento de água de comunidades próximas, inclusive a cidade de Palmas, capital do Tocantins. (NATURATINS, 2019)

Nas questões da fauna, os dados recolhidos pelo órgão competente dizem a respeito dos vertebrados: peixes, anfíbios, répteis, aves e mamíferos, com as seguintes conclusões.

Sobre os peixes, não existe literatura específica a respeito da diversidade específica da APA. Desse modo, foi feito uma estimativa a partir da literatura de regiões próximas e limítrofes. Existe a ocorrência de 192 espécies pertencentes a 10 ordens e 37 famílias. Além disso, ainda existem 39 gêneros ainda sem definição do epíteto específico. (Bartolette et al., 2017)

Em relação aos anfíbios, os registros disponíveis são referentes ao Parque Estadual do Lajeado (PEL). Na região da APA, é possível que existam 53 espécies — equivalentes a 26,0% da diversidade encontrada

no estado —pertencentes a 5 famílias e a uma única ordem, a Anura. (NATURATINS, 2019)

No tocante dos répteis, foram registradas 18 espécies na área de influência do Parque Estadual do Lajeado, distribuídas em 11 famílias (Jesus & Ribeiro, 2002). Na área de influência da UHE Lajeado, há o registro de 103 espécies de répteis, pertencentes a 25 famílias, além de dois gêneros ainda em processo de identificação (Brandão, 2001).

Quanto as aves, o NATURATINS utilizou das seguintes referências: Bagno & Abreu (2001), Pinheiro (2002), Pinheiro & Dornas (2008), Corrêa (2012), Marcelino et al. (2012), Marcelino (2014), Barbosa et al. (2015), Moreira (2017). Após a análise desses dados, o instituto foi confirmado a existência de 388 espécies pertencentes a 68 famílias.

Para os mamíferos, devido à escassez de informações científicas disponíveis para a APA e à inclusão do Parque Estadual do Lajeado (PEL) como Unidade de Conservação, bem como à confirmação de registros na literatura e a proximidade de áreas semelhantes (como a UHE Luís Eduardo Magalhães), estima-se que possam ocorrer pelo menos 42 espécies de mamíferos na região pertencendo a 9 ordens e 20 famílias.

É possível compreender, a partir dos dados apresentados, a magnitude da APA Serra do Lajeado e a importância na manutenção da integridade ecológica da região, sendo um pilar na manutenção do equilíbrio natural e na proteção de uma vasta diversidade biológica, incluindo espécies vulneráveis ou ameaçadas de extinção.

Outrossim, a conservação dos habitats e das interações entre as espécies nativas é vital para sustentar os serviços ecossistêmicos fundamentais, como a polinização, dispersão de sementes, controle biológico de pragas e a regeneração do solo, que garantem o funcionamento saudável dos ecossistemas.

Além disso, a fauna tem um papel essencial na resiliência dos ecossistemas diante das mudanças climáticas e na adaptação a desafios futuros, como a perda de biodiversidade e a degradação ambiental.

A respeito da flora, como foi destacado anteriormente, a cobertura vegetal total é de 83,78% e as áreas antrópicas ocupam 16,12%, apontando a conversão da vegetação natural por áreas ocupadas (urbanas e parcelamentos), pastagens e plantios, predominantemente localizados nos vales e encostas.

Nos números específicos, foi verificada a presença de 246 táxons (unidade taxonômica nomeada, pela qual indivíduos ou conjuntos de espécies são assinalados), sendo 59 destes (24%) identificados até o nível de gênero, distribuídos em 67 famílias. (NATURATINS, 2019)

Com isso, é possível depreender a importância da preservação do ecossistema como um todo. A vegetação nativa aumenta a resiliência dos ecossistemas frente às mudanças climáticas, ajudando a adaptar-se a condições climáticas variáveis e a eventos extremos, como secas e tempestades. Por consequência, ecossistemas vegetais saudáveis são mais capazes de se recuperar de impactos ambientais e manter sua funcionalidade ecológica.

A preservação da vegetação e flora da APA Serra do Lajeado é essencial para a manutenção dos ecossistemas, a proteção da biodiversidade, dos serviços ecossistêmicos e a promoção de um desenvolvimento sustentável.

Outro ponto relevante, relacionado a essa unidade de conservação, é a questão do patrimônio cultural e histórico contido dentro da APA e nos seus arredores. Em todo o Estado do Tocantins, existem 994 sítios arqueológicos cadastrados no IPHAN. Na APA Serra do Lajeado e nas cidades em seu entorno, encontram-se 217 destes

sítios arqueológicos, sendo 105 em Palmas, 91 em Lajeado, 12 em Tocantínia e 09 em Aparecida do Rio Negro (IPHAN, 2018).

O IPAHN os classifica da seguinte maneira, a maior parte dos sítios são pré-coloniais e descritos como lítico-cerâmicos, cerâmicos e rupestres, em que se encontram artefatos líticos e cerâmicos, que são registros da existência das populações indígenas pré-coloniais, que provavelmente povoavam amplas áreas em toda a região do Tocantins. Vale destacar a existência de inúmeros sítios de alta relevância, em “Arte rupestre: pintura e gravura” (classificação IPHAN), principalmente em Lajeado e Palmas.

A respeito do patrimônio cultural e histórico, a sua preservação é necessária para que se construa e mantenha a identidade cultural de uma sociedade. Por consequência, a proteção desse patrimônio fortalece a coesão social, já que ele serve como um símbolo de identidade e orgulho coletivo. Assim, ignorar ou negligenciar essa preservação pode levar à perda irreparável de conhecimentos, memórias e valores que são fundamentais para a compreensão da nossa história e para a construção de um futuro consciente e equilibrado. (MURTA et al, 2002)

O último ponto a ser destacado neste tópico diz respeito as zonas de recuperação contidas na APA Serra do Lajeado, segundo o Plano de Manejo de 2019, os dados do NATURATINS apontam a existência de uma área de 2.132,88 há, cerca de 2% da área total da unidade de conservação, destinada a recuperação da mata nativa degradada pela ação antrópica.

Portanto, a Área de Preservação Ambiental Serra do Lajeado representa um ponto que merece destaque quando se discute a preservação do cerrado e da cultura tradicional encontrada em seu entorno. Outrossim, essa unidade de conservação ainda é uma potência na questão da biodiversidade específica do cerrado e na

influência das questões históricas e culturais nas cidades em seu redor. Dessa maneira, os órgãos responsáveis pela gestão e manutenção das unidades de conservação no Tocantins tem a difícil missão de encontrar o ponto de equilíbrio entre a preservação e o uso correto das matérias primas do cerrado

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos estudos realizados, conclui-se que a APA Serra do Lajeado possui inestimável relevância social, histórica, econômica e cultural para o Estado do Tocantins. Essencial para os municípios de Palmas, Lajeado, Tocantínia e Aparecida do Rio Negro, a APA foi instituída para assegurar a preservação da fauna, flora e solo, protegendo a qualidade e vazão dos mananciais, fundamentais à subsistência das populações circunvizinhas. Assim, a gestão eficaz deve buscar o "equilíbrio" entre a conservação dos recursos naturais e culturais e a presença humana na área, um desafio premente a ser enfrentado. (GESTO, 2020 apud ACÁCIO, 2022, p. 17)

Ademais, a APA da Serra do Lajeado, instituída em 1997 pela Lei n. 906/1997, é uma Área de Proteção Ambiental criada pelo governo do Tocantins com o intuito de conservar a biodiversidade, os recursos hídricos e o patrimônio cultural da região. Com vegetação predominante de cerrado, bioma típico do Brasil Central, essa APA reflete a evolução da legislação ambiental no estado. A iniciativa estadual na criação e fiscalização de unidades de conservação tem se mostrado eficaz, promovendo uma significativa redução da intervenção humana em áreas protegidas.

Evidencia-se, assim, a influência que a Unidade de Conservação, APA Serra do Lajeado, exerce sobre as cidades vizinhas, demonstrando a riqueza da diversidade biológica, cultural, material e histórica dessa

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

região. Nesse sentido, a implementação de uma gestão estabeleça ponto de "equilíbrio" entre conservação dos recursos naturais e culturais com a presença humana na área da APA é um desafio a ser enfrentado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. MOREIRA, D. C.; COLLICCHIO, E. Prerrogativas da legislação ambiental estadual em relação à APA Ilha do Bananal/Cantão, Tocantins. Revista Liberato, [S. l.], v. 18, n. 30, p. 197-212, 2017. Disponível em: <http://191.232.52.91/index.php/revista/article/view/486>. Acesso em: 8 maio. 2023;

NATURATINS, Resumo executivo (anexo 6. do produto 8) APA Serra do Lajeado, Palmas: 2019 Disponível em < <https://central.to.gov.br/download/245473>> Acesso em 01 mai.2023;

TOCANTINS (Estado). Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins. Lei Estadual nº 056. Dispõe sobre a obrigatoriedade de instituição da matéria sobre Ecologia e Meio Ambiente nas escolas públicas do Estado do Tocantins. Diário oficial do Estado nº 13:16 de junho de 1989. Disponível em: < <https://www.to.gov.br/naturatins/leis-estaduais/104it2hise9s> > Acesso em 25 de agosto de 2023;

TOCANTINS (Estado). Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins. Lei Estadual nº 071. Estabelece normas de proteção ao meio ambiente.

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

Diário oficial do Estado nº 16: 31 de julho de 1989. Disponível em: < <https://www.to.gov.br/naturatins/leis-estaduais/104it2hise9s> > Acesso em 25 de agosto de 2023;

TOCANTINS (Estado). Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins. Lei Estadual nº 261. Dispõe sobre a política ambiental do Estado do Tocantins e dá outras providências. Diário oficial do Estado nº 60: 20 de fevereiro de 1991. Disponível em: < <https://www.to.gov.br/naturatins/leis-estaduais/104it2hise9s> > Acesso em 25 de agosto de 2023;

TOCANTINS (Estado). Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins. Lei Estadual nº 858. Cria o Instituto Natureza do Tocantins e dá outras providências. Diário oficial do Estado nº 540: 26 de julho de 1996. Disponível em: < <https://www.to.gov.br/naturatins/leis-estaduais/104it2hise9s> > Acesso em 25 de agosto de 2023;

TOCANTINS (Estado). Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins. Lei Estadual nº 905. Cria a Área de Proteção Ambiental Foz do Rio Santa Tereza. Diário oficial do Estado nº 599: 20 de maio de 1997. Disponível em: < <https://www.to.gov.br/naturatins/leis-estaduais/104it2hise9s> > Acesso em 25 de agosto de 2023;

TOCANTINS (Estado). Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins. Lei Estadual nº 906. Cria a Área de Proteção Ambiental Serra do Lajeado. Diário oficial do Estado nº 599: 20 de maio de 1997.

Disponível em: < <https://www.to.gov.br/naturatins/leis-estaduais/104it2hise9s> > Acesso em 25 de agosto de 2023;

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

TOCANTINS (Estado). Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins. Lei Estadual nº 1.560. Cria o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza - SEUC. Diário oficial do Estado nº 1.896: 05 de abril de 2005. Disponível em: <<https://www.to.gov.br/naturatins/leis-estaduais/104it2hise9s>> Acesso em 25 de agosto de 2023;

TOCANTINS (Estado). Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS. Plano de manejo e os programas e subprogramas de manejo - Área de Proteção Ambiental Serra do Lajeado. Ano 2019. Disponível em: <<https://www.to.gov.br/naturatins/plano-de-manejo-de-unidades-de-consevacao/6j4iz2ljqqct>> Acesso em 25 de agosto de 2023;

TOCANTINS. Gestão das unidades de conservação do Tocantins. APA Serra do Lajeado. Disponível em <<http://gesto.to.gov.br/uc/52/>> Acesso em 01 jun. 2023;

LIMA, Hesley Rodrigues, COSTA, Maurício Martins, QUEIROZ, Samuel Silva Cardoso, ROCHA, Suyene Monteiro da. Perspectiva histórica das políticas ambientais no Estado do Tocantins. Ambiente: Gestão e Desenvolvimento, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 69-83, 2023. DOI: 10.24979/ambiente.v16i1.1135. Disponível em:

<https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/ambiente/article/view/1135..>
Acesso em: 26 nov. 2023.

DIAS, Leidiana Lopes. Responsabilidade social no processo de utilização do espaço natural do distrito de Taquaruçu: paisagem e os efeitos do ecoturismo na região. Palmas, Tocantins, 2014. 36 páginas. Monografia de Graduação (Disciplina Trabalho Final de Geografia II -

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

TFGII), Departamento de Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília UnB/Universidade Aberta do Brasil – UAB;

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Brasília: MMA, 2011. 76 p;

MOREIRA, D. C.; COLLICCHIO, E. Prerrogativas da legislação ambiental estadual em relação à APA Ilha do Bananal/Cantão, Tocantins. Revista Liberato, [S. l.], v. 18, n. 30, p. 197-212, 2017. Disponível em: <https://revista.liberato.com.br/index.php/revista/article/view/486>. Acesso em: 14 mar. 2024.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Universidade Federal do Tocantins e Edital FAPT/NATURATINS – meio ambiente pesquisa para Unidades de Conservação do Estado do Tocantins

Capítulo 8

O ENSINO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA A PARTIR DOS CURRÍCULOS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA REGIÃO NORTE

Layandra Viana de Sousa¹
Marciel Barcelos²

RESUMO

O texto busca analisar como os cursos de licenciatura em Educação Física na região Norte do Brasil lidam com o ensino da história da área. A pesquisa mapeou os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) de várias instituições, identificando que as disciplinas relacionadas à história da Educação Física frequentemente priorizam temas genéricos, como "corpo" e "esporte", em detrimento de uma abordagem histórica mais aprofundada. Observa-se uma fragmentação nas bibliografias adotadas, refletindo uma falta de coesão no ensino da história da Educação Física. Além disso, a pesquisa revela que a escassez de docentes especializados na área compromete o ensino qualificado dessa disciplina na região, resultando em uma formação precarizada para futuros professores. O estudo destaca a importância de uma abordagem histórica bem estruturada, que considere não apenas aspectos esportivos, mas também as práticas corporais, influências filosóficas e contextos socioculturais que moldaram a Educação Física ao longo do tempo. Com base nas análises, propõe-se que futuros estudos incluam a percepção dos estudantes sobre a eficácia dessas disciplinas na construção de sua identidade profissional, além de sugerir a necessidade de ajustes nos currículos para suprir as lacunas encontradas.

Palavras-chave: História da educação física; formação docente; currículo.

¹ Licencianda em Educação Física, Pibic/CNPq, Universidade Federal do Tocantins. E-mail: layandra.viana@mail.uft.edu.br

² Doutor em Educação Física, Departamento de Educação Física e Desportos, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, e-mail: marcielbarcelos@gmail.com

INTRODUÇÃO

A área da educação física tem enfrentado diferentes debates em sua constituição (Caparroz, 1997). Esse movimento deu contornos distintos para a educação física ao longo de sua história. Bracht (1999) destaca que a referida área em seu início no cenário brasileiro se associou às ciências da saúde em busca de uma prática pautada no cientificismo que marcou a produção do conhecimento no início do século XX. Nesse sentido, estamos falando da inserção dos conhecimentos sobre cineantropometria, anatomofisiologia entre outras ações interdisciplinares que almejam dar respaldo científico para as ações da educação física.

Contudo, Bracht (1999), também destaca que esse período histórico a educação física era marcada pela forte presença dos militares, sendo obrigação deles o ensino das práticas desportivas no contexto escolar a partir do conteúdo programático denominado “Ginástica”. É verdade que em meados dos anos 1920 a 1930, diferentes pedagogas que atuavam nas escolas normais no estado de Minas Gerais exerciam a cadeira de educação física (Vago, 2000), evidenciando a necessidade de uma virada pedagógica para além daquilo que era compartilhado.

No bojo desse movimento, a criação dos primeiros cursos de educação física para civis, nos estados de Espírito Santo e São Paulo tensionar ainda mais esse processo, inserindo no fazer do Criando programas que almejavam “pesar e medir” as crianças em idade escolar com o intuito de montar uma base esportiva de alto rendimento, o que não foi concluído, ora pelo próprio movimento transgressor dos professores, que não atendiam aquilo que era demandado em sua plenitude. Posteriormente, nos anos de 1980 e 1990, a educação física é impactada pelos estudos da escola de Frankfurt, criando o movimento que foi denominado de “renovador” que buscou, de certo modo, se

contrapor aquilo que vinha ocorrendo nos cotidianos escolar e, ao mesmo tempo, produziu um movimento de renovação da área por meio da formação de professores.

Estudos como os de Ferreira Neto, Schneider e Bueno (2005), e estudos recentes como os de Costa, Frossard e Barcelos (2021) e Barros et al. (2020) destacam que a tradição da área da educação física, tem sido fortemente marcada pelos debates da área, e isso vem tensionando os processos de reformulação curricular, por vezes, alheio aquilo que ocorre no contexto das políticas públicas nacionais (FREITAS et al. 2022).

Nesse sentido, nessa pesquisa de iniciação científica temos por objetivo compreender como os cursos de formação de professores de educação física da região Norte tem mobilizado os saberes em relação a história da referida área do conhecimento. Assim, poderemos compreender como os cursos têm tensionado a formação dos futuros processos a partir dos diferentes paradigmas inseridos nesse processo.

Entendemos, assim como Ginzburg (1989), que é necessário compreender as pistas deixadas pelos responsáveis por organizar os documentos oficiais. Em nosso caso específico, os PPC (projetos pedagógicos de curso) de educação física. Nesse movimento de produção de fontes e análises, também nos interessa compreender quais as bibliografias são mobilizadas pelas instituições, com o intuito de compreender o bojo epistemológico que orienta a formação profissional daqueles que atuaram na educação básica da região Norte.

Sobre a região Norte é importante compreender que trata-se de um local fortemente marcado por populações indígenas, ribeirinhas e quilombolas o que provoca a emergência de pensarmos em currículos decoloniais que permitam aos docentes captar as especificidades dos lugares (CERTEAU, 1994). Ao nosso ver, tal ação, só se materializa na

medida em que se assume uma concepção de educação física associada com aquilo que ocorreu na década de 1980 a 1990, no chamado “movimento renovador”, assim, acreditamos que esse período possa estar presente nos currículos tensionando a própria história da área. Assim, concordamos com Santos (2005) e Lano (2019) que destacam que para um movimento se constituir como renovador ele precisa, de certo modo, apagar o antecessor.

MÉTODO E MATERIAIS

O método científico deste estudo é o documental, Bloch (2001) destaca que, a pesquisa documental envolve a análise crítica de uma gama de documentos, incluindo escritos, registros oficiais, cartas, mapas e outros vestígios materiais do passado. O autor destaca, ainda, a necessidade de os historiadores abordarem esses documentos com uma mentalidade crítica, considerando o contexto, a autenticidade e as possíveis interpretações.

Portanto, para nós é importante utilizar esse método na medida em que a abordagem atual da disciplina de História da Educação Física nas instituições federais da região norte, muitas vezes, destaca temas como História da Educação, Educação Física e Esportes, e Lazer e Filosofia, negligenciando, assim, outros temas relevantes.

Essa ênfase desequilibrada pode prejudicar a formação dos alunos ao não proporcionar uma compreensão aprofundada do papel fundamental desempenhado pelo método ginástico na história da Educação Física, bem como da própria constituição da sua futura área de atuação.

Isto posto, as fontes desse estudo foram os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) das instituições de ensino superior da região norte, e esses dados foram produzidos durante a pesquisa de mestrado de

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

Nayane Moia de Freitas, defendida em 11 de julho de 23, durante a pesquisa dela foi mapeado os currículos dos cursos de formação de professores em Educação Física.

Esses documentos foram compartilhados no dia 08 de agosto de 2023, os dados de acordo com a dissertação de Freitas (2023) foram localizados nas páginas dos websites das universidades, e em dois formatos, PDF ou descrito na página.

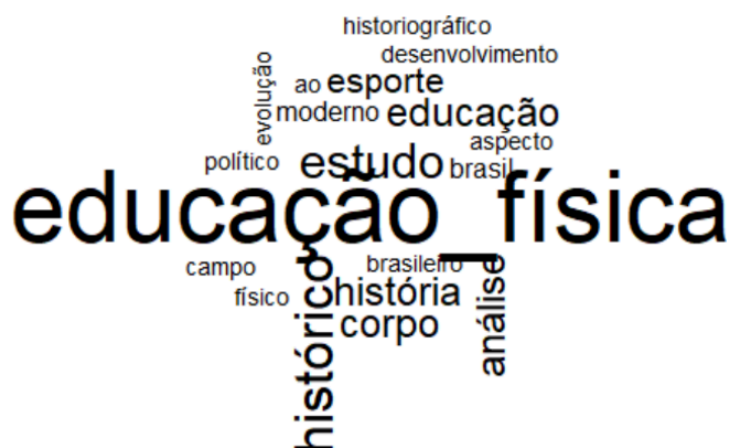
As instituições mapeadas foram, Universidade Federal do Acre (UFAC), Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Universidade Federal do Amazonas e Parintins (UFAM), Universidade do Estado do Pará (UEPA), Universidade Federal do Estado do Pará (UFPA), Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Universidade Federal do Tocantins (UFT) e Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT).

A Universidade do Estado do Amazonas (UEA) foi excluída, pois não tivemos acesso aos projetos pedagógicos do curso (PPC), entramos em contato com a universidade tanto por e-mail quanto por contatos informais como *WhatsApp*, no mês de setembro e outubro e não tivemos retorno. Com a recusa ou ausências de algumas instituições, demos andamento a pesquisa e organizamos as fontes mapeados por meio do *software Microsoft Excel* onde agrupamos as bibliografias por instituição, ementa e período, e produzimos tabelas que organizam as disciplinas em ementas e bibliografias que remetem a história da educação física. As análises serão a partir da crítica documental de Marc Bloch e dos estudos do cotidiano de Michel De Certeau.

DADOS E DISCUSSÃO

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

Imagem 1 – Nuvem de palavras produzidas com as emendas das disciplinas analisadas.



Fonte: os autores

Ao analisarmos a nuvem de palavras acima, é evidente a predominância de termos genéricos que não remetem à história da educação física, como: **histórico**, **corpo**, **estudo**, **análise** e outros, mas escondido, aparece o **esporte**. Essa predominância pode sugerir uma visão equivocada da disciplina, na qual o debate histórico fica em segundo plano em relação a aspectos mais superficiais, como o **corpo**, o **estudo** e a **análise**. No entanto, é importante ressaltar que a história da educação física vai além do âmbito esportivo.

Conforme observado por Hallal e Melo (2016), a área da educação física é caracterizada por uma fragmentação significativa, com diversas subáreas que muitas vezes têm pouca interação entre si. Essa fragmentação pode ofuscar a importância da história da educação física e sua influência na formação dos alunos.

A história da Educação Física é essencial para compreender não apenas a evolução do esporte ao longo do tempo, mas também as diversas práticas corporais, os contextos socioculturais e as políticas educacionais que moldaram a educação física como a conhecemos

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

hoje. A história da educação física não se restringe apenas ao desenvolvimento do esporte competitivo, mas abrange também aspectos como as práticas de exercícios físicos na Antiguidade, a influência das correntes filosóficas e pedagógicas na concepção do corpo e da saúde, a relação entre educação física e militarismo em diferentes períodos históricos, entre outros temas relevantes.

Portanto, negligenciar o que se aborda na disciplina história da educação física pode resultar em uma compreensão superficial e incompleta dessa disciplina, prejudicando a formação dos alunos. Nesse sentido, a nuvem de palavras coloca em xeque aquilo que está sendo produzido no âmbito das disciplinas sobre história da educação física na região norte. Acreditamos que possa estar ocorrendo um movimento de mesclagem dos objetos de ensino com a trajetória histórica da área, fragilizando a compreensão do debate histórico promovido e produzido no âmbito da educação física.

Para melhor compreensão das nossas fontes, mapeamos a bibliografia das disciplinas que lidam com o saber histórico da área, com o intuito de compreender quais fontes estão sendo compartilhadas no contexto formativo, são elas:

Tabela 1 – relação de livros mais utilizados nas disciplinas de história da EF na região norte.

Obra	Nº de Citações	% no nº total de PPC's
Castellani Filho (1988, 2003 e 2007)	6	100%
Soares (1994,1992,2001)	5	83,33%

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

Jacques Alain (2008)	3	50%
J.J. R. Ramos (1982,1983)	3	50%
Vitor Marinho (2000, 2012)	2	33,33%
Cecília Braslavsky (2003)	2	33,33%
Maria augusta Salin (1994)	2	33,33%
Marcelo Proni (2003)	2	33,33%
Carlos R.J. Cury (2002)	1	16,67%
Cláudio L. de Barbosa (2005)	1	16,67%
G.N.M. de Barros (1996)	1	16,67%
Paulo Ghiraldelli Junior (2003)	1	16,67%
D. Saviani (2007)	1	16,67%

Fonte: os autores

Ao analisar a tabela de citações, percebemos uma predominância de autores e obras relacionadas à educação física, com destaque para Castellani Filho, que é citado em todos os cursos analisados. Esse fato sugere que sua contribuição do referido autor para o debate na região norte é significativa se comparado com outros autores da área da história da educação física.

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

Outra autora com forte impacto é Carmen Lúcia Soares, que também se apresenta com 83% de menções nos documentos analisados, indicando sua relevância no contexto acadêmico da educação física. No entanto, ao examinarmos mais de perto as obras citadas, notamos que há uma ausência de textos que abordem especificamente a história da educação física.

Autores como Alain e Vigarello, conhecidos por seus estudos sobre o corpo na história, embora sejam importantes para compreender a relação entre educação física, corpo, sociedade e cultura, pouco acrescentam no debate sobre a história de como a área da educação física se desenvolveu de maneira estrutural, uma vez que elas focalizam nas discussões em torno do objeto corpo que não é exclusivo da educação física, é um objeto compartilhado com outras áreas, tanto das ciências da saúde como das ciências humanas e sociais aplicadas.

É interessante observar que há uma diversidade de abordagens e temas nas obras citadas, o que indica a riqueza e complexidade do campo da educação física. No entanto, é importante que os debates e estudos sobre a história da disciplina não sejam negligenciados. A compreensão do passado é fundamental para contextualizar as práticas atuais, identificar tendências e desafios futuros e promover uma reflexão crítica sobre o desenvolvimento da educação física como área de conhecimento.

NOTAS ANALÍTICAS

A nuvem de palavras reflete bem os focos principais das obras citadas na tabela de autores. Os termos predominantes na nuvem de palavras, como "histórico", "corpo", "estudo", "análise" e "esporte", correspondem aos temas tratados pelos autores mais citados nas

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

disciplinas de história da educação física. Isso demonstra uma coerência entre os conteúdos abordados nas disciplinas e as obras utilizadas.

No entanto, há a possibilidade dos docentes serem oriundos de outras áreas e essa desconexão se reflete nos nomes e conteúdos dessas disciplinas, disciplinas denominadas como por exemplo, “História da educação física e esporte” e “Fundamentos históricos-filosóficos da educação física”, o que demonstra que os elaboradores dessa ementas, procuram estar em suas zonas de conforto, ou como ações de negociação docente, uma vez que é preciso adequar a matriz curricular e a oferta de disciplinas as especificidades dos docentes.

Considerando que parte dos cursos de licenciatura na região norte convivem com ausência de docente, e cursos que funcionam com entrada anual, como o caso da UFT, UFNT, Unifap, UFRR e UFAC, o que limita a possibilidade de selecionar via concurso público um docente com expertise no tema, impactando significativamente nos aprendizados sobre a história da educação.

Portanto, estamos diante de um fenômeno regionalizado e com impactos na formação e na busca por condições iguais para os futuros professores via concurso público, na medida em que eles podem não dominar o debate da área de formação ou, confundir com outro cenário distinto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi compreender como os cursos de formação de professores de Educação Física na região Norte do Brasil

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

têm mobilizado saberes relacionados à história da área. Buscamos analisar os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) das instituições de ensino superior da região, identificando as principais bibliografias utilizadas e a coerência dos conteúdos abordados nas disciplinas de história da Educação Física.

A análise dos PPCs revelou uma predominância de obras e autores que abordam a história da Educação Física, com destaque para Castellani Filho e Carmen Lúcia Soares, cujas obras são amplamente citadas. No entanto, notou-se uma fragmentação nos títulos das disciplinas abordadas, com uma ênfase desequilibrada em aspectos genéricos como "corpo", "estudo" e "análise", que muitas vezes obscurecem o debate histórico específico da área.

As bibliografias mapeadas indicam uma diversidade de abordagens e temas, refletindo a complexidade do campo da Educação Física. Apesar disso, há uma lacuna significativa na inclusão de textos que tratem especificamente da história da Educação Física. Obras focadas no corpo e em contextos socioculturais e filosóficos, embora relevantes, não substituem a necessidade de uma compreensão aprofundada do desenvolvimento histórico da área.

Os desdobramentos futuros deste estudo incluem ouvir os estudantes e viajar às capitais da região Norte para entrevistar alunos que cursaram as disciplinas mapeadas. O objetivo é compreender o que de fato foi estudado, aprendido e lido nessas disciplinas e qual é a percepção dos alunos em relação. A essas disciplinas na construção de sua identidade na Educação Física. Esta abordagem permitirá uma análise mais profunda da eficácia dos currículos e da formação dos futuros professores na região.

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

REFERÊNCIAS

BARROS, J. L. C et al. Reflexões sobre o nível de conhecimentos específicos dos estudantes de licenciatura em Educação Física no Enade 2014. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 101, n. 257, p. 99-119, jan. 2020.

BLOCH, Marc Leopold Beijamim. *Apologia da história, ou, o ofício do historiador*. Prefácio Jacques Le Goff. Apresentação a edição brasileira, Lilia Moritz Schwarcz. Tradução, André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, p.160.

2001.

BRACHT, Valter. *Educação e Ciência: cenas de um casamento (in)feliz*. Ijuí: Unijuí, 1999.

CAPARROZ, F. E. *Entre a educação física na escola e a educação física da escola: a educação física como componente curricular*. Vitória: CEFD-UFES, 1997.

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

COSTA, J. R; FROSSARD, M. L.; BARCELOS, M. As práticas avaliativas na formação inicial: o que dizem os relatórios de estágio?. *Desafios: Revista*

interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins, Palmas. v. 8, n. esp, p. 30-43, 2021.

GINZBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LANO, M. B. *Usos da avaliação indiciária na educação física com a educação infantil*. 2019, 132

f. Tese (Doutorado em Educação Física) –Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Centro de Educação Física e Desportos, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

SANTOS, W. *Avaliação na educação física escolar: do mergulho à intervenção*. Vitória: Proteoria, 2005.

SCHNEIDER, O.; BUENO, J. G. S. A relação dos alunos com o saber compartilhado nas aulas de educação física. *Movimento*, Porto Alegre, v. 11, n. 3, 2005. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.2860>

VAGO, T. M.. *Cultura escolar, cultivo de corpos: educação physical e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920)*. *Educar em Revista*, n. 16, p. 121-135, jan. 2000.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil.

Capítulo 9

REDUÇÃO DE DANOS E PSICANÁLISE LACANIANA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Manuela Campos de Souza¹
Ricardo Monteiro Guedes de Almeida²
José Antônio Correia de Carvalho³

RESUMO

A Redução de Danos é um paradigma de cuidado alternativo às propostas de abstinência. Ao evitar o processo de estigmatização dos usuários, ela se aproxima da clínica psicanalítica, pois também problematiza o modelo terapêutico pautado na abstinência e considera diversas relações possíveis com as drogas. Diante disso, somo levados a questionar: como a literatura científica de ênfase lacaniana aborda e contribui com a temática da Redução de Danos? Objetivando investigar como a psicanálise, na perspectiva lacaniana, aborda e contribui com a RD voltada aos usuários que apresentam uso abusivo de álcool e/ou outras drogas, adotou-se a revisão integrativa de literatura com a busca centrada nas bases de dados LILACS, BVS e Google Acadêmico, usando os descritores "Redução de danos" AND "toxicomania"; "Redução de danos" AND "psicanálise"; e "Redução de danos" AND "Lacan", a fim de selecionar o que foi produzido nos anos de 2013 e 2023. Os dados coletados foram tratados com base na Análise de Conteúdo de Bardin. Emergiram para discussão e análise as categorias: Psicanálise e Redução de Danos: uma interlocução incerta; RD e as contribuições psicanalíticas. Conclui-se que a psicanálise pode contribuir teoricamente com a RD ao abrir espaços para outras formas de pensar o sujeito e sua relação com o uso de drogas, na medida em que se opõe à "Guerra às Drogas" e a lógica da abstinência como método terapêutico único.

Palavras-chave: Redução de danos; Toxicomania; Psicanálise

¹ Graduanda em Psicologia, Pibic/Fapt, Universidade Federal do Tocantins, manuela.campos@mail.uft.edu.br.

² Doutor em Psicologia Social, Curso de Psicologia, Universidade Federal do Tocantins, ricardo.almeida@uft.edu.br.

³ Graduando em Psicologia, Universidade Federal do Tocantins, jose.correia@mail.uft.edu.br.

INTRODUÇÃO

A contemporaneidade, a partir do modo de produção capitalista neoliberal, está sempre preocupada em garantir a manutenção da insatisfação dos sujeitos, ao passo em que vende a ideia de que todo mal-estar da sociedade deve ser rechaçado. Assim, tanto a premissa da insatisfação como a de mal-estar convergem para que o sujeito consuma, e consuma, é a máxima capitalista para se alcançar a felicidade ou o bem-estar. Portanto, diante da angústia gerada por essa insatisfação é constante busca por felicidade, os sujeitos passam a consumir os gadgets, conceito abordado por Jaques Lacan “para denominar as invenções criadas pela ciência, com o objetivo de divertir os sujeitos e de assumirem o papel de desejos na lógica capitalista, oferecendo aos sujeitos meios de uma virtual recuperação da satisfação pulsional” (FERREIRA, 2019, p. 215). Dessa maneira, os gadgets, como forma alternativa para se alcançar o bem-estar, também se apresenta no formato das drogas, substâncias psicoativas que possibilitam a fácil e rápida obtenção de prazer.

Em 2023, o Relatório Mundial sobre Drogas, conforme dados do UNDOC-Brasil, apontou que em uma escala mundial, no ano de 2021 em comparação ao seu ano anterior, houve um aumento de 18% no número de pessoas que injetaram algum tipo de droga, bem como ressaltou que mais de 296 milhões de pessoas usaram droga nesse mesmo ano. Somado a isso, o relatório sinaliza que o número de pessoas que sofrem com transtornos relacionados ao uso de drogas aumentou em 45% em 10 anos, e destaca a contribuição das desigualdades sociais e econômicas para a manutenção de uma grande lacuna no tratamento associado ao uso de drogas. Tendo essas informações como base, é possível perceber como a problemática do uso de drogas tem se mostrado atual, sobretudo entres as populações mais jovens, pois segundo a UNDOC- Brasil, na África e na América Latina, por exemplo,

indivíduos com menos de 35 anos correspondem a maioria dos pacientes em tratamento relacionado ao uso de drogas.

De acordo com Ferreira (2019), é possível classificar o uso de substâncias psicoativas em ocasional, recreativo, esporadicamente abusivo e toxicomaniaco. Esta última, é a forma mais limitante e que submete o sujeito a uma condição de maior vulnerabilidade por tratar-se do uso compulsivo da droga. Isso porque, na toxicomania, o sujeito encontra no objeto droga o seu mais- de-gozar absoluto, o que significa dizer que a substância se torna sua única forma de satisfação pulsional e a sua relação com o Outro perde importância. Conforme Lamego e Brito (2020), o gozo do sujeito toxicômano é cínico e se dá indissociável do próprio corpo, não passando pelo corpo do Outro, pois o sujeito rompe com suas relações sociais e casa-se com a droga.

Pensar o toxicômano a partir da perspectiva psicanalítica pressupõe, em um primeiro momento, direcionar um olhar para as formas de tratamento aos usuários de drogas estabelecidas nas políticas públicas. De fato, Lamego e Brito (2020) pontuam que para contribuir com o tratamento desses usuários, a psicanálise, sobretudo de base lacaniana, não se preocupa com o objeto droga, mas sim com o sujeito e sua relação singular com esses elementos. De modo parecido, a estratégia de tratamento baseada na Redução de danos (RD) efetiva-se ao evidenciar a importância de colocar os sujeitos no centro do cuidado, evitando julgamentos morais e de valores, pois o objetivo é a autonomia desses cidadãos bem como o seu envolvimento no tratamento. Ela é uma forma de tratamento que não exclui a abstinência como uma possibilidade terapêutica possível, distancia-se de uma perspectiva proibicionista e moralista, biologizante e hospitalocêntrica ao se propor considerar as diversas possibilidades de uso das drogas que podem estar associados a aspectos subjetivos, sociais e culturais.

Assim, a psicanálise e a RD abrem espaços para outras formas de pensar o sujeito e sua relação com o uso de drogas, para além dos estereótipos que os concebem como criminoso e doentes. Mais, principalmente, para além da exclusividade da prática da abstinência como método terapêutico, a qual se pauta em perspectivas biologizantes e farmacológicas, desconsiderando outros fatores que fazem parte da existência dos sujeitos, como o social, o cultural e o histórico. Apesar disso, a produção acadêmica, que busca articular a RD e a psicanálise de ênfase lacaniana, tem se mostrado insuficiente.

Esses são os motivos que fazem dos resultados decorrentes da execução deste plano de trabalho possíveis contribuições significativas para os futuros estudos sobre as modalidades de tratamentos adotadas nas políticas públicas brasileiras voltadas aos usuários com uso abusivo de álcool e/ou outras drogas; uma vez que contribuirá teoricamente com a RD, cuja prática tem sido ameaçada pelos avanços da contra reforma psiquiátrica brasileira. Isto posto, o presente texto é fruto de um plano de trabalho vinculado ao projeto de pesquisa “Redução de danos: uma análise a partir da perspectiva da psicanálise lacaniana”, e parte do seguinte questionamento: como a literatura científica de ênfase lacaniana aborda e contribui com a temática da RD voltada aos usuários com uso abusivo de álcool e/ou outras drogas? Por fim, objetiva investigar como a psicanálise, na perspectiva lacaniana, aborda e contribui com a RD voltada aos usuários que apresentam uso abusivo de álcool e/ou outras drogas.

MÉTODO E MATERIAIS

A revisão integrativa de literatura, de acordo com Roman e Friedlander (1998), consiste em “um método que tem a finalidade de sintetizar resultados obtidos em pesquisas sobre um delimitado tema ou questão, de maneira sistemática e ordenada, com o objetivo de

contribuir para o conhecimento desse tema ou questão" (p. 109). Para a realização desta revisão, foram adotados os procedimentos propostos por Botelho et al (2011), a saber: (1) identificação do tema e seleção da questão de pesquisa; (2) estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão; (3) identificação de estudos pré-selecionados e selecionados; (4) categorização de estudos selecionados; (5) análise e interpretação de resultados; e (6) apresentação da revisão do conhecimento.

Foram selecionados os artigos que respondem a pergunta norteadora, "como a literatura científica de ênfase lacaniana aborda e contribui com a temática da RD voltada aos usuários com uso abusivo de álcool e/ou outras drogas?", publicados entre os anos de 2013 e 2023, nas seguintes bases de dados: Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e Google Acadêmico, a partir dos seguintes descritores: "Redução de danos", "toxicomania", "psicanálise" e "Lacan". Os descritores foram agrupados dois a dois nas bases de dados, tendo sempre "Redução de danos" presente nos agrupamentos e o operador "AND", por exemplo: "Redução de danos" AND "toxicomania"; "Redução de danos" AND "psicanálise"; e "Redução de danos" AND "Lacan". Além disso, trabalhamos com materiais que são artigos completos que retratam a temática pesquisada, estando indexados nas bases de dados supracitadas, publicados em português, em periódicos nacionais.

DADOS E DISCUSSÃO

As coletas foram realizadas nos períodos de 4 de setembro de 2023 a 11 de março de 2024. Selecionamos materiais de literatura branca nas bases de dados LILACS, BVS e Google Acadêmico. Após a aplicação dos descritores, chegou-se ao total de 697 artigos. Com os descritores "Redução de danos" AND "toxicomania", foram 166; com "Redução de

danos” AND “psicanálise”, foram 65; e com “Redução de danos” AND “Lacan”, chegou-se ao total de 466. Em seguida, foi realizada uma leitura crítica dos títulos, resumos e palavras-chave dos artigos pré-selecionados. A partir dos critérios de inclusão e exclusão, chegou-se ao número de 8 trabalhos selecionados.

Os dados coletados foram tratados com base na Análise de Conteúdo de Bardin e a discussão ocorreu com base no referencial teórico psicanalítico lacaniano. Duas categorias foram elencadas e analisadas detalhadamente: Psicanálise e Redução de Danos: uma interlocução incerta; e RD e as contribuições psicanalíticas.

Psicanálise e Redução de Danos: uma interlocução incerta

Nesta categoria, apresenta-se como os trabalhos analisados abordam as possíveis aproximações e distanciamentos entre a RD e psicanálise.

Todos os textos analisados trouxeram a definição RD, com destaque para Salim e Henriques (2021), Ribeiro, Kyrillos-Neto e Vecchia (2021), Bastos e Alberti (2018), Ribeiro e Fernandes (2013), oportunizaram reflexões sobre as aproximações e distanciamentos entre essa modalidade de tratamento e a prática da psicanálise. Salim e Henriques (2021), compreende a RD como uma modalidade que caminha em direção contrária aos dos tratamentos guiados pela abstinência, surgindo como uma nova concepção para os tratamentos de usuários de álcool e outras drogas.

Para mais, Bastos e Alberti (2018) traz que, em acordo com a legislação vigente, a RD defende uma perspectiva do “tratar” que implica em um aumento do grau de liberdade e corresponsabilidade dos sujeitos, por meio do estabelecimento de vínculos com os profissionais, estes que também assumem parte da responsabilidade

pela vida daqueles que são atendidos. Diante disso, cabe retomar o trabalho de Ribeiro, Kyrillos-Neto e Vecchia (2021), justamente por apontarem que o consumo de drogas, bem como seu uso abusivo, também são assuntos relevantes para o âmbito da psicanálise. Assim “esse fenômeno é encarado pela psicanálise como pertencente ao campo da Linguagem, sendo estruturado como um discurso que, por sua vez, é formado através do encadeamento de diversos significantes” (p.104). Desse modo, o uso de drogas é visto, pelo viés psicanalítico, como parte da economia libidinal do sujeito, em que um objeto está à mercê de investimentos ou desinvestimentos pulsionais. Além disso, é possível reconhecer o significado que será atribuído ao objeto droga através do papel que ele terá na dinâmica pulsional do sujeito.

Também é possível realizar um diálogo entre as discussões realizadas por Ribeiro, Kyrillos- Neto e Vecchia (2021) e Ribeiro e Fernandes (2013), ao reconhecer que é fundamental, ao iniciar um aprofundamento sobre o método de tratamento orientado pela psicanálise, considerar tal proposta como radicalmente diferente das demais propostas existentes, por trabalhar com a noção de sujeito do inconsciente, estando para além do indivíduo e além da doença (RIBEIRO; FERNANDES, 2013). Ribeiro, Kyrillos-Neto e Vecchia (2021) nos explicam que, partindo da noção de sujeito do inconsciente, é primordial considerar que o ser humano é constituído a partir de uma falta. O sujeito sente, no decorrer de sua existência, uma necessidade de criar um discurso, por meio de recursos linguísticos, capaz de amenizar a angústia que acompanha essa falta inicial, esta que surge como resultado da castração.

Continuando as investigações sobre a RD no viés psicanalítico, Ribeiro, Kyrillos-Neto e Vecchia (2021) afirmam que a falta fundamental do sujeito acarreta novos ganhos, pois surge uma possibilidade de investir em múltiplos objetos para substituir o anterior, criando um

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

caminho no qual a pulsão, discutida anteriormente, possa fluir em direção ao desejo:

para a psicanálise, o que demarca a estruturação do psiquismo humano é a relação ao Outro, sendo ele entendido não como outra pessoa, mas como todo o universo simbólico ao qual o indivíduo encontra-se referido (discursos, rituais, códigos, crenças etc.). Na teoria lacaniana, esse universo simbólico é transmitido primeiramente por outro primordial (como a mãe ou outro que se encarrega da inserção da criança no mundo da linguagem), que, através de seu investimento libidinal, possibilita que o indivíduo deixe de ser um mero representante biológico da espécie humana e transforme-se em um ser dotado de desejo e inserido no laço social (Lacan, 1939/1985). (RIBEIRO; FERNANDES, 2013, p.41)

Nesse sentido, por compreender que todo sujeito humano depende de um Outro, os investimentos seriam novas formas de dependência, baseada no modo que o sujeito tem de se relacionar com o mundo. Partindo dessa breve explicação, é possível assumir que, para a psicanálise, “o recurso à intoxicação é entendido como uma escolha do sujeito. Mas uma escolha que não é movida exatamente por elementos racionais e lógicos, mas sim por desejos que muitas vezes escapam à racionalidade” (RIBEIRO; FERNANDES, 2013, p. 41).

Portanto, considerando os apontamentos realizados, pode-se compreender que as drogas não são um problema em si, o problema deve ser encarado a partir de certas formas de uso que os sujeitos podem fazer dela, usos que podem evoluir para uma forma de autodestruição. Assim, é preciso atentar-se para o fato de que “as modalidades de tratamento pautadas na abstinência à droga faz o toxicômano, à medida que as drogas são vistas como tendo um poder supostamente intrínseco de viciar os sujeitos, para a psicanálise, o toxicômano faz a droga” (RIBEIRO; FERNANDES, 2013, p. 43). No tratamento psicanalítico, é preciso considerar a função e o sentido de

cada sujeito no que tange ao uso da droga para então traçar uma possível identificação da relação existente entre o sujeito e o objeto tóxico (RIBEIRO; FERNANDES, 2013).

[...] essa identificação só é possível a partir do saber que é produzido pelo próprio sujeito ao longo do tratamento. Nessa perspectiva, o tratamento psicanalítico das toxicomanias pauta-se em uma escuta qualificada do sujeito, possibilitando a emergência do não-dito, do não-óbvio, do que está mais-além do princípio do prazer e que, sendo assim, aponta para o sujeito do inconsciente (RIBEIRO; FERNANDES, 2013, p.43).

Nesse momento, partindo das discussões realizadas acerca da RD e a Psicanálise, os autores analisados apresentam possíveis aproximações entre ambos os métodos de tratamento, além de também apontarem distanciamentos evidentes em ambas as modalidades. Ribeiro e Fernandes (2013) destacam a necessidade de considerar que ambos os métodos tendem a problematizar o modelo terapêutico pautado na abstinência e isolamento dos sujeitos. Também apontam que outro possível ponto de convergência é que ambas consideram que nem todo uso de substâncias pode ser caracterizado como patológico, visto que

A redução de danos aborda o uso de drogas a partir de uma retomada antropológica que considera os usos culturalmente definidos e o valor que as drogas têm em cada tempo e lugar. De forma semelhante, para a psicanálise, o recurso às drogas pode ser um modo encontrado pelo sujeito para lidar com alguma questão psíquica e que não necessariamente chegará a configurar a modalidade chamada de toxicomanias (SÁ, 2009 apud RIBEIRO; FERNANDES, 2013, p. 44-45)

O excerto anterior caminha em direção ao dito por Torres e Vidal (2017), ao considerar como uma das aproximações possíveis entre psicanálise e RD, justamente a necessidade de sustentar a

singularidade do caso a caso e a responsabilidade do sujeito frente seu gozo. Para além disso, Salim e Henriques (2021) apresentam uma importante perspectiva voltada para o cuidado, ao constatar que tanto a Psicanálise, de orientação Lacaniana, quanto a RD almejam uma abstenção do julgamento. Os autores também afirmam que essa aproximação ocorre pela visão de ambas em compreender as toxicomanias como um fenômeno sobredeterminado, que depende da relação que o sujeito estabelece com o objeto droga, evitando considerar esse objeto como algo perigoso por si.

Bastos e Alberti (2018) sustentam um posicionamento de que tanto a RD quanto a Psicanálise combatem um processo de demissão do caráter subjetivo que atravessa os modelos baseados apenas na desintoxicação e abstinência. As autoras compreendem que, ao seu próprio modo, ambas as modalidades de tratamento se compõem a esse movimento de exclusão da subjetividade, que elimina a capacidade do sujeito em questão se fazer ativo em seu tratamento, sendo capaz de realizar escolhas de forma independente. Nesse sentido, “tanto a psicanálise como a política de RD partem do princípio de que é preciso escutar o outro, pois dele nada se sabe a priori” (p. 218)

Apesar dos diversos pontos de aproximação entre o método da Redução de Danos e o método utilizado pela Psicanálise, Ribeiro e Fernandes (2013) apresentam um importante posicionamento no que tange ao distanciamento dessas duas formas de tratamento. Os autores afirmam que nenhum dos dois modelos devem ser adotados como estratégias universais, e que a escolha da proposta de tratamento deve ser feita levando em consideração o aspecto singular de cada indivíduo. Desse modo, é importante considerar a existência de um gozo que está envolvido nas práticas de intoxicação, gozo esse que pode agir de forma a subsidiar o sujeito (RIBEIRO; FERNANDES, 2013). Tratando-se desse gozo, é essencial refletir sobre o fato de que tanto o tratamento pela via da abstinência, quanto o tratamento por

meio da RD, não contemplam essa dimensão voltada para o mais além do princípio do prazer, visto que ambas não consideram a presença de uma compulsão à repetição que implicaria no toxicômano (RIBEIRO; FERNANDES, 2013).

Os autores apontam um importante questionamento sobre a proposta de tratamento da RD, que apesar de romper com a ideia de que o paciente precisa estar em abstinência para ser tratado, ainda apresenta certo ideal a ser alcançado, que seria o de realizar um uso do objeto droga que seja menos danoso ou até mesmo não realizar o uso. Já que o foco da psicanálise é o de manejar o gozo, fora de um ideal de interdição ou regulação, para que seja possível realizar uma responsabilização do sujeito (RIBEIRO; FERNANDES, 2013).

Salim e Henriques (2021) realizam uma diferenciação voltada para outras questões, afirmando que a Psicanálise se estrutura por meio de uma ética do desejo e do bem-dizer, enquanto a RD se orienta pela ética do bem-estar. Apontam que a psicanálise busca atuar por meio da escuta clínica, sendo o principal método para o tratamento, visto que para a RD a escuta é uma dentre várias formas de atuação. Assim, “o foco clínico na psicanálise determina seu enfoque na singularidade, enquanto a redução de danos, embora considere a variabilidade entre populações e usos, tenda ao universal do uso menos danoso de drogas” (SALIM; HENRIQUES, 2021, p.19).

Em concordância, para Bastos e Alberti (2018), existem características do tratamento analítico que não se confundem com o tratamento da Redução de Danos, que é justamente os desencontros abordados pelos autores supracitados. Destaca-se o fato de que “a psicanálise é subversiva na medida em que descentraliza o eu, privilegia a determinação inconsciente, reconhece o campo do gozo e visa um tratamento pela retomada do caminho do desejo” (p. 218).

RD e as contribuições psicanalíticas

Nesta categoria, apresenta-se os trabalhos analisados com indicações sobre as possíveis contribuições da psicanálise para as práticas de RD.

No âmbito dos cuidados voltados aos sujeitos que fazem uso abusivo de drogas, Nicodemos e Bernardo (2023) indicam que as contribuições de Freud e Lacan dizem respeito à introdução de um novo território de trabalho, a saber: o território do inconsciente. É com base nesse território, que alguns estudos desta revisão, com destaque aos realizados por Bastos e Alberti (2018), Alencar (2020), Ferreira (2019), indicam que a psicanálise pode contribuir com os profissionais redutores de danos através de uma sustentação teórica de uma prática, que se encontra inserida no mal-estar da cultura. Como Bastos e Alberti (2018) afirmam, a psicanálise pode ajudar na sustentação de um posicionamento ético, no qual seja possível trabalhar com o sujeito do gozo. Para tanto, se faz necessária a compreensão de que a pulsão de morte, conceito que Lacan retomou de Freud e associou com a noção gozo, e as pulsões de vida devem trabalhar em conjunto. Caso contrário, o ódio se faz presente, ou seja, a cultura da pulsão de morte. A ignorância sobre a pulsão de morte, ou seja, sobre o fato de que o indivíduo não busca apenas o prazer, mas associa prazer e desprazer, por um lado, pode levar ao profissional a fantasia de salvação do sujeito, daquele que, em seu uso abusivo, vai se encontrar em situações devastadoras. Por outro lado, essa ignorância é o que fundamenta as práticas maniqueístas das políticas públicas que defendem as drogas como um mal a ser erradicado. Somente reconhecendo a pulsão de morte é que será possível pensar em outras formas de fazer oposição a ela, tanto na clínica da psicanálise, como nas práticas de RD.

Salim e Henrique (2021); Bastos e Alberti (2018); e Ribeiro, Neto e Vecchia (2021) afirmam que a Toxicomania consiste num tipo de relação com a droga, na qual ela se torna parceira exclusiva ou principal do

sujeito, permitindo ao neurótico ser infiel ao gozo fálico, o qual segundo eles, é identificado como o gozo legítimo e valorizado pela sociedade. Tendo isso em vista, eles apontam que uma relação terapêutica pode ser atravessada por mais de um discurso, mas terá prevalência de um dos quatro discursos enunciados pelas teorias psicanalíticas: do mestre, da histérica, do analista ou do universitário. A clínica psicanalítica está para o discurso do analista, sendo assim, os autores discutem sobre a sua importância e suas contribuições para o tratamento das Toxicomanias nas práticas de RD.

A psicanálise se apresenta como o avesso ao discurso do mestre. Torres e Vidal (2017), por exemplo, afirmam, que ela consegue manejar e dar lugar ao que é do singular, bem como interroga e não se adequa às generalizações. Segundo esses autores, é nessa singularidade do caso a caso que a psicanálise pode contribuir com a RD. Salim e Henriques (2021) complementam que só há análise do singular, porque a ética da psicanálise lacaniana coloca o analista na posição de objeto *a*, com o intuito de disponibilizar escuta e silêncio para que o desejo do sujeito compareça na sua produção de significantes mestres, conforme o discurso do analista esquematiza.

Vidal e Torres (2017) acrescentam que uma das contribuições da psicanálise se sustenta no fato de não haver expectativa de um efeito terapêutico que vise o bem-estar dos usuários de drogas em virtude de uma posição ética que se propõe, conforme eles, ao não responder ao que lhes é demandado, ao não compactuar com uma expectativa de cura ou não oferecer um nome para identificações. Isso comparece nas discussões de Salim e Henriques (2021), quando mencionam que a clínica lacaniana é baseada na relação dissimétrica entre analista e analisante, pois cada um conduz-se com um discurso diferente. Vidal e Torres (2017) realizam seus estudos a partir da observação de uma prática de Grupo de RD guiada pela fala e pela palavra, coordenado pela equipe de RD vinculado ao CAPSad e o psicólogo de referência do

setor de internações. Os estudiosos relatam que nas práticas com esse grupo havia um giro pelos quatro discursos, e destacam que as estratégias que os usuários constroem com os redutores de danos produzem efeitos, mas é preciso haver um segundo tempo para acolher seus efeitos, e isso é possível com o Discurso do Analista, que segundo estes autores, os quais corroboram com a perspectiva de (PRATA; COSTA-ROSA, p. 681), o terapeuta opera com a função de instituir o sujeito no discurso do Outro, ou seja, na associação significativa.

A psicanálise lacaniana se vale do discurso do analista, o qual consolida-se na ética do desejo, sendo assim, com relação ao consumo de drogas, considera o sujeito usuário, inclusive, em suas formas de consumo abusivas para além do objeto droga, mas em sua relação com o objeto droga, o que permite dar voz ao sujeito inconsciente. Em outras palavras, Ribeiro, Neto e Vecchia (2021) conceituam o sujeito do inconsciente como constituído por uma estrutura linguística que é determinada por sua dimensão pulsional ou dinâmica de gozo e ainda ressaltam que essa dinâmica não deve ser ignorada caso desejemos nos aprofundar no entendimento dos efeitos que a RD exerce sobre aqueles que recorrem ao recurso tóxico. Bastos e Alberti discutem a partir de Leite (2005) que se intoxicar é uma escolha do sujeito, que dividido entre a falta e o desejo, busca formas de apaziguar esse conflito, o qual tem influência em forma de consumo. Quando não se é considerada esta escolha, mesmo sendo ela mortífera, isso pode acabar por se oferecer um tipo de tratamento que se consolida em um ciclo vicioso de internação intermediadas por episódios de abstinências e recaídas.

Alguns autores compartilham em seus estudos sobre uma certa dificuldade em iniciar uma análise com os toxicômanos, em virtude de uma intensa identificação do sujeito com a droga. Salim e Henrique (2021), ao diferenciarem queixa e demanda, por exemplo, assinalam que o toxicômano chega ao consultório com uma queixa relativa à droga,

seja de interromper ou de ter controle sobre o uso dela, posicionando-se como se o problema fosse exterior a si próprio, de forma a não haver espaço para o falasser, ou seja, aquilo que é da ordem do inconsciente.

Sobre isso, Ribeiro, Neto, Vecchia (2021), a partir de Miller (1992), afirmam que em todos os casos a possibilidade de análise passa pelo esforço de desfazer a identificação com o objeto: “eu sou toxicômano”. Giansesi aponta (2002 apud RIBEIRO; NETO; VECCHIA, 2021) que no discurso de cada sujeito a droga pode aparecer operando uma plástica movimentação, dessa forma, a construção de um discurso em análise traz consigo conteúdos reprimidos, que foram eclipsados pelo significante droga, o qual opera ocupando o espaço deixado vazio pelo recalçado. Assim, o sentido dado à palavra, que faz aparecer o sujeito inconsciente, possibilita que o excesso de investimento pulsional flui para outras representações e que o sujeito se identifique com novos discursos que possam ser reconhecidos como outras vias para o seu desejo.

Ribeiro, Neto, Vecchia (2021), definem, a partir de Lacan, a transferência como uma relação entre uma figura que representa o lugar de suposto saber e de um sujeito que não é senhor em sua própria casa. A esse respeito, Salim e Henriques (2021) dizem que ao analista é destinado erroneamente ao lugar de Outro, sendo um mestre que deteria as verdades mais íntimas sobre o sujeito. Ressaltam que a maneira como o sujeito se relaciona com este Outro diz muito de sua posição subjetiva, porque, a partir da transferência, as toxicomanias tornam-se mais evidentes, já que nessa relação terapêutica, tem-se uma impossibilidade de lidar com a falta e com os sentimentos intensos dirigidos ao analista, uma vez que o modo passional ou baseados no distanciamento e na incerteza do sujeito se relacionar com os objetos, reaparece na transferência.

De forma complementar, Ferreira (2019) comenta que no início do processo analítico, o sujeito toxicômano apresenta uma certa resistência à fala, à abertura subjetiva do dizer sobre si, justamente por estar inserido em uma forma de gozo que escamoteia a linguagem, no entanto, acrescenta que embora exista essa dificuldade de um questionamento subjetivo inicial sobre a função e o sentido do objeto droga em sua vida, aponta que o estabelecimento da transferência poderá começar por uma demanda sobre um bom uso da droga, a qual seria, inclusive, uma estratégia de RD, e isso permitiria a suposição e idealização de um saber sobre a droga por parte do analista que é fundamental para o desdobrar da transferência.

Nas toxicomanias, Salim e Henriques (2021) afirmam que a transferência se caracteriza pela mesma intensidade e dependência com que o sujeito investirá o tóxico, possuindo um caráter predominantemente imaginário e real. Ferreira (2019) contribui ao mencionar que ainda nos momentos preliminares ao processo de análise, pode ocorrer o estabelecimento de um vínculo em que o analista esteja em uma posição de disputa com o objeto droga, e ressalta que, em um primeiro momento, isso pode até ser necessário, mas ao permanecer ou se intensificar pode prejudicar a continuidade do tratamento. Nesse sentido, aponta que será através do fenômeno da transferência que o analista poderá ocupar um lugar que não o do objeto droga e dessa forma estabelecer uma relação terapêutica de trabalho. É possível perceber que para este autor o vínculo e transferência não são usados como sinônimos. Ao contrário, Ribeiro, Neto e Vecchia (2021), em alguns momentos dos seus escritos, sugerem uma proximidade ou uma interdependência entre ambos os termos, por exemplo, quando afirmam que o vínculo é abordado pela psicanálise sob a ótica da transferência ou que graças ao vínculo a transferência poderá ser manejada em análise, de forma a valorizar as experiências dos pacientes e implicá-los na construção de um saber sobre si mesmo. Além disso, acrescentam que isso possui grande relevância em

estratégias de RD, visto que para evitar uma posição prescritiva, os profissionais de saúde devem proceder com cautela, de maneira que seu desejo pela melhora do sujeito não se sobreponha aos desejos do próprio sujeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos artigos analisados nesta revisão, foi apontado que não existe um posicionamento universal sobre aproximações ou distanciamentos entre a Psicanálise e RD, visto que ao mesmo tempo em que ambas as modalidades de tratamento se aproximam ao considerar o caráter subjetivo do caso a caso, também se distanciam ao considerar que a RD ainda é marcada por um ideal que, em acordo com Ribeiro e Fernandes (2013), pode ser comparado a uma moral. Apesar dessa interlocução incerta, este trabalho também pôs em evidência que a psicanálise de ênfase lacaniana pode sim contribuir com as estratégias de RD através de contribuições teóricas, pois trabalha a partir do discurso do analista, o qual se coloca como objeto para que o sujeito do inconsciente, no discurso, apareça em sua relação particular com o objeto droga. Desse modo, a psicanálise contribui a partir do estabelecimento da transferência, ao possibilitar espaço de fala, o fazer falar e a escuta, a fim de que o sujeito se desvincule da sua identificação com a droga e com os estereótipos associados, de criminoso ou doente, e entre em contato com os próprios desejos, entendendo-se como sujeito barrado.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, R. As diferenças entre queixa e demanda no trabalho de redução de danos: possibilidades para uma escuta clínica em espaços heterogêneos. *BIS, Bol. Inst. Saúde, (impr)*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 124-130, dez. 2020.

BOTELHO, L. L. R., CUNHA, C. A., & MACEDO, M O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão e Sociedade*, 5(11), 121-136, 2011.

DE ASSUMPÇÃO BASTOS, A. D.; ALBERTI, S. Crack! A redução de danos parou, ou foi a pulsão de morte?. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 212-225, 2018.

DE OLIVEIRA NICODEMOS, J. C.; MARQUES BERNARDO, A. P. A política do psicanalista e a redução de danos no cenário de Guerra às Drogas. *Psicanálise & Barroco em Revista*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 126-144, 2023.

FERREIRA, A.V. S. Clínica psicanalítica da toxicomania: Reflexões teóricas e manejo clínico.

Estudos Contemporâneos da Subjetividade, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 212-226, 2020.

LIMA, B. A. P. Luto: o uso abusivo de drogas e sua relação com o trabalho de luto. *Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas*, Minas Gerais, v. 6, n.11, p. 236-253, 2021.

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

RIBEIRO, C. T; FERNANDES, A.H. Tratamentos para usuários de drogas: possibilidades, desafios e limites da articulação entre as propostas da redução de danos e da psicanálise. **Analytica: Revista de Psicanálise**. São João del Rei, v. 2, n. 2, p. 33 - 56, jun. 2013.

RIBEIRO, L.A; NETO, F.K.; VECCHIA, M.D. Transferência, escuta e singularidade: contribuições da psicanálise à redução de danos. **Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 32, p. 98-113, mai./out. 2021.

SALIM, A. L. D.; HENRIQUES, R.S.P. Psicanálise lacaniana e redução de danos: encontros e desencontros. **Mental: Revista de Saúde Mental e Subjetividade do UNIPAC**, Barbacena, v. 13 n. 23, p. 4-24, jan./jun. 2021.

TORRES, M.R.S; VIDAL, P. E. Redução de Danos e Psicanálise de orientação lacaniana nas internações de usuários de drogas. **Estudos Contemporâneos da Subjetividade**, Rio de Janeiro, v.7, n. 1, p., 2017.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Fundação de amparo à pesquisa do Tocantins (FAPT).

Sobre os organizadores

THIAGO NILTON ALVES PEREIRA

Possui graduação em Ciências Biológicas (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade Federal do Tocantins (2007), mestrado (2010) em Ciências Biológicas, área de concentração em Zoologia pela Universidade Estadual de São Paulo "Julio de Mesquita Filho", câmpus Botucatu (2010) e doutorado (2014) em Ciências, área de concentração em Biologia Comparada pela Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Zoologia, com ênfase em sistemática e taxonomia de grupos recentes, com ênfase em peixes, além de estudos comparativos da anatomia do Sistema Nervoso Central. Atualmente, é Professor Adjunto III do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Tocantins e Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade, Ecologia e Conservação. Atualmente é Diretor de Pesquisa junto à PROPESQ na UFT.

RUHENA KELBER ABRÃO

Professor Adjunto IV na Universidade Federal do Tocantins (UFT), Coordenador e Professor do Mestrado Profissional em Educação Física e do Doutorado em Educação na Amazônia. Coordena o Centro de Formação, Extensão, Inovação e Pesquisa em Educação, Lazer e Saúde (CEPELS) e atua como Presidente da Editora Universitária da UFT (EdUFT). Possui 12 anos de experiência na Educação Básica antes de ingressar no Ensino Superior em 2008. Atua nas áreas de docência e gestão com foco na Educação e Saúde e Lazer.

JOSÉ DE OLIVEIRA MELO NETO

Professor adjunto da Universidade Federal do Tocantins no campus de Gurupi vinculado ao curso de graduação em Engenharia Florestal. Graduado em Engenharia Florestal pela Universidade Federal de Sergipe, mestre e doutor em Recursos Hídricos em Sistemas Agrícolas pela Universidade Federal de Lavras, Pós-doutor pela universidade Federal de Alfenas - Campus Poços de Caldas, atuando principalmente nos seguintes temas: modelagem hidrológica e ambiental, hidrometeorologia, hidrologia florestal, gestão de bacias hidrográficas, hidrossedimentologia, manejo de solo e uso de geotecnologias na área florestal. Atualmente também é coordenador institucional do PIBIC na UFT.

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

VÂNIA DE PAULA NEVES

Graduada em Engenharia Agrônômica pela Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), atuou no desenvolvimento de pesquisas na área de tecnologia e processamentos de alimentos no laboratório da UNITINS, com vínculo de estágio. Realizou pesquisas de ensino e extensão na área de manejo e controle de plantas daninhas, relacionados ao herbicida glyphosate. Atualmente assessora técnica junto a Diretoria de Pesquisa.

LÚCIA MORAES E SILVA

Estudante de Jornalismo na UFT. Presidente da Sagaz Jr (Empresa Júnior de Jornalismo). Estagiária na Editora da Universidade Federal do Tocantins.

ANA JÚLIA CAMPOS VIEIRA

Estudante de Ciência da Computação na UFT. Diretora de Assuntos Estudantis do Centro Acadêmico de Ciência da Computação. Estagiária na Diretoria de Pesquisa na Universidade Federal do Tocantins.

